



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Lingüística, Português de Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Lingüística

Classificação regencial dos verbos nocionais em dicionários de língua portuguesa

Tathyana Chamon Ribeiro Soares Machado

Dissertação de Mestrado em Lingüística

Orientadora: Professora Dra. Orlene Lúcia de Saboia Carvalho

Brasília/DF
2008

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Classificação regencial dos verbos nocionais em dicionários de língua portuguesa

Tathyana Chamon Ribeiro Soares Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da
Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Professora Dra. Orlene Lúcia de Saboia Carvalho

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Orlene Lúcia de Saboia Carvalho
(presidente ó PPGL/UnB)

Prof^a. Dr^a. Vilma Reche Correa (membro
externo ó UnB)

Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes (membro
interno ó PPGL/UnB)

Prof^a. Dr^a. Heloísa Maria M. Lima Salles
(membro suplente ó PPGL/UnB)

Brasília/DF
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

Classificação regencial dos verbos nocionais em dicionários de língua portuguesa

Tathiana Chamon Ribeiro Soares Machado

Dissertação aprovada como requisito para obtenção de grau de Mestre em Lingüística pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:	Profª. Drª. Orlene Lúcia de Sabóia Carvalho Programa de Pós-Graduação em Lingüística - UnB
Examinadora Externa:	Profª. Drª. Vilma Reche Correa UnB
Examinador Interno:	Prof. Dr. Dionei Moreira Gomes Programa de Pós-Graduação em Lingüística - UnB
Suplente:	Profª. Drª. Heloísa Maria Moreira Lima Salles Programa de Pós-Graduação em Lingüística - UnB

Brasília/DF
2008

Agradecimentos

A Deus, meu amigo e ajudador, minha força e sustento, razão do meu viver e autor de toda a sabedoria. É Ele quem realiza os desejos do meu coração, mesmo os mais difíceis.

À minha mãe Jussara, de quem herdei a inteligência e a obstinação.

Ao meu pai Marquinhos, que sempre me acolheu sem críticas.

Ao meu pai-avô Ely, companhia preferida, que me apóia e faz meus sonhos se tornarem realidade.

À minha mãe-avó Agnes, que sempre orou por mim e que é só amor.

Ao meu paciente esposo Valter Machado, meu porto seguro, que me completa e me incentiva sempre a crescer em todos os sentidos.

Aos meus tão diferentes amigos, que são parte da minha história e fizeram de mim uma pessoa melhor.

Aos meus irmãos em Cristo, cuja oração sustenta minha fé e me faz invencível.

Aos meus alunos, que não fazem idéia do quanto me ensinaram sobre a língua e sobre a vida.

Aos meus professores do Mestrado da UnB, que suportaram minhas limitações teóricas e me deram acesso aos textos que enriqueceram este trabalho. Especialmente à professora Orlene Carvalho, modelo de lingüista e de mulher, que desde o início acreditou no meu potencial e, com sua postura firme e prática, não deixou que eu esmorecesse diante dos muitos obstáculos que surgiram no caminho.

Ao meu filho Gabriel, que ainda nem nasceu, mas já é a pessoa mais importante da minha vida.

õAgrada-te do Senhor e Ele satisfará os
desejos do teu coração.ö

Salmos 37: 4

Resumo

Esta dissertação propõe uma reflexão acerca dos critérios que nortearam as diversas classificações sintáticas dos verbos nocionais encontradas nos dicionários de língua portuguesa. A Gramática de Valências, que toma o verbo como centro estruturador da oração e concentra sua atenção em dois focos de análise (a sintaxe e a semântica), fornece o aparato teórico necessário ao estudo, principalmente no que tange aos pressupostos relacionados ao aspecto sintático. Da comparação das grades regenciais fornecidas pelos dicionários, percebe-se a diversidade de nomenclaturas e critérios utilizados pelos autores. Muitos deles, talvez influenciados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, diferenciam os complementos verbais dos adjuntos adverbiais, por exemplo, com base exclusivamente na função categorial desses termos (substantiva ou adverbial), sem levar em conta que existem constituintes do núcleo frasal com função categorial adverbial, bem como existem termos extranucleares com função categorial substantiva. Para diferenciar complementos e adjuntos, sugere-se a aplicação do teste da reformulação por um pro-verbo coordenado. Por outro lado, para diferenciar os diversos tipos de complementos verbais, devem-se tomar como critérios-base a função categorial do sintagma selecionado pelo verbo e a (im)possibilidade de substituição por pronome oblíquo correspondente. Uma vez definidos os tipos de complementos verbais existentes em língua portuguesa, é possível, então, montar uma grade classificatória para predicados nocionais, levando-se em conta que, porquanto a estrutura sintática de cada verbo pode variar consideravelmente de uma língua para outra, ou mesmo dentro de uma mesma língua, a classificação deve refletir a forma como as orações podem ser efetivamente construídas no idioma. **Palavras-chave:** Regência. Verbos nocionais. Classificação, Dicionários.

Abstract

This dissertation suggests a reflection about the criteria which guided the several syntax classifications of the notional verbs found in the Portuguese language dictionaries. The Valency Grammar, which has the verb as the main structure of the clause and focus its attention on two different analysis (syntax and semantics), supplies the necessary theoretical apparatus for the study, specially those regarding the syntax aspect. From the comparison of the verb structure patterns supplied by the dictionaries, a variety of nomenclatures and criterias which are used by the authors can be noticed. Many of them, maybe influenced by the Brazilian Grammar Nomenclature, differ the verbal complement from the circumstantial complement, for instance, mainly based on the categorial function of those terms (nouns or adverbs), needless to say that there are parts of the clause with adverbial categorial function, as it exists extranuclear terms having a noun categorial function. To differ complements and adjuncts, the application of a reformulation by a coordinated pro-verb test is advisable. On the other hand, to differ the several kinds of verbal complements, the categorial function of the phrase selected by the verb and the (im)possibility of its substitution by the correspondent pronoun should be taken as basic criteria. Once the kinds of verbal complements that exist in the Portuguese language are defined, then, it is possible to set a classifying grid for the notional verbs, taking into consideration that the syntax structure of each verb can vary considerably from one language to the other, or even within the same language, the classification should reflect the way the clauses can be effectively built in the language. **Key-words:** Regency. Notional verbs. Classification. Dictionaries.

Sumário

Lista de quadros	9
Introdução	10
Capítulo 1	
Pressupostos teóricos	13
1.1 <i>Gramática de valências: apresentação e esboço de aplicação à língua portuguesa</i> (Busse e Vilela: 1986)	13
1.1.1 Primeiro pólo de análise: a sintaxe	14
1.1.1.1 Valência verbal	14
1.1.1.2 Observações acerca da gramática tradicional	17
1.1.1.3 Núcleos frásicos	18
1.1.2 Segundo pólo de análise: a valência semântica	21
1.1.2.1 Características semântico-categoriais	22
1.1.2.2 Características semântico-relacionais	22
1.1.3 Aplicação da teoria: o <i>Dicionário sintático de verbos portugueses</i> (Busse, 1994)	23
1.2 <i>Uma gramática de valências para o português</i> (Borba: 1996)	25
1.2.1 A teoria argumentativa	25
1.2.2 Conjuntos de funções sintáticas	26
1.2.3 Constituintes básicos da oração	27
1.2.4 O predicado como centro da oração e os níveis de análise sintática	28
1.2.5 Teoria de valências	28
1.2.6 Gramática de casos	34
1.2.7 Aplicação da teoria: o <i>Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil</i> (Borba, 1990)	36
1.3 Considerações preliminares	41

Capítulo 2

A regência verbal nos dicionários de língua portuguesa	47
2.1 Questões preliminares	48
2.2 Organização de verbetes em dicionários	49
2.2.1 Minidicionários gerais	53
2.2.2 Dicionários especializados em regência verbal	55
2.3 Classificação dos verbos nos dicionários selecionados	56
2.3.1 Minidicionários gerais	59
2.3.2 Dicionários especializados	63
2.3.3 Classificações divergentes	69

Capítulo 3

Tipos sintáticos de complementos verbais e classificação regencial dos verbos nocionais da língua portuguesa	71
3.1 Funções categoriais	71
3.2 Valência e regência verbais	77
3.3 Complementos verbais	79
3.4 Critérios de classificação dos complementos verbais	81
3.4.1 Possibilidade de construção na voz passiva e presença/ausência de preposição	82
3.4.2 Função categorial do sintagma selecionado pelo verbo (substantiva/ adjetiva) e possibilidade de substituição pelo pronome oblíquo átono correspondente	88
3.5 Classificações e terminologias referentes aos tipos de complementos verbais existentes em língua portuguesa	89
3.6 Critérios para diferenciar complementos e adjuntos	98
3.7 Variação de regência verbal	103
3.8 Classificação sintática regencial dos verbos nocionais de língua portuguesa	109
Considerações finais	112
Referências bibliográficas	114

Lista de quadros

1	ó	Verbetes "carecer" no dicionário de SACCONI (1996)	53
2	ó	Verbetes "carecer" no dicionário de FERREIRA (2007)	53
3	ó	Verbetes "carecer" no dicionário de AULETE (2004)	53
4	ó	Verbetes "socorrer" no dicionário de LUFT (2006)	55
5	ó	Verbetes "socorrer" no dicionário de FERNANDES (1999)	55
6	ó	Verbetes "socorrer" na gramática de LIMA (2006)	55
7	ó	Grade de classificação verbal no dicionário de SACCONI (1996)	59
8	ó	Grade de classificação verbal no dicionário de AULETE (2007)	60
9	ó	Grade de classificação verbal no dicionário de FERREIRA (2004)	61
10	ó	Comparativo das classificações sintáticas nos minidicionários	62
11	ó	Grade de classificação verbal no dicionário de LUFT (2006)	63
12	ó	Grade de classificação verbal no dicionário de FERNANDES (2006)	66
13	ó	Grade de classificação verbal no dicionário de LIMA (2006)	67
14	ó	Comparativo das classificações sintáticas nos dicionários especializados em regência verbal e na gramática de Lima (2006)	68
15	ó	Comparativo de verbos classificados de forma divergente	69
16	ó	Função categorial e seleção obrigatória do termo como critérios não interligados	81
17	ó	Tipos de complementos e adjuntos do verbo segundo os dicionaristas e gramáticos estudados	93
18	ó	Critérios para diferenciar complementos e adjuntos verbais	95

Introdução

Os dicionários de língua portuguesa, gerais ou especializados em regência verbal, utilizam-se de grades classificatórias bastante variadas, tanto no que tange à nomenclatura empregada, quanto no que se refere aos critérios para o agrupamento dos tipos de verbos existentes. Por causa disso, os professores em sala de aula freqüentemente têm tido dificuldades para fazer o aluno compreender a estrutura oracional que circunda o predicado, e os usuários, por sua vez, acabam ignorando importantes informações sintáticas que poderiam ser obtidas por meio da classificação dos verbos, e fazem do dicionário uma fonte de consulta meramente semântica.

O objetivo desta dissertação é analisar, de forma minuciosa, como e por que os autores sugerem classificações verbais tão heterogêneas, e, na medida do possível, reunir elementos que possam fundamentar uma proposta sintática de grade classificatória para os verbos que não se fazem acompanhar de predicativos do sujeito ou do objeto (*verbos nocionais*, na terminologia de Luft: 2006 e Bechara: 2006c). Assim, tomando como referência teórica princípios da Gramática de Valências, como a centralidade do verbo na estrutura oracional, desenvolveremos um raciocínio que identifique os critérios mais adequados para, primeiro, diferenciar complementos de adjuntos, e, segundo, identificar os tipos de complementos verbais. Por fim, com base no princípio de que a classificação deve se apoiar na realização efetiva dos predicados nas sentenças, proporemos um sistema de rotulação para os verbos nocionais.

Para diferenciar complementos (termos constituintes do núcleo frasal) de adjuntos, sugerimos a utilização do teste da *reformulação por um pro-verbo coordenado*, constante dos escritos de Busse e Vilela (1986: 23-27). Assim, partimos do pressuposto de que é a natureza coordenativa ou subordinativa do grupo sintático, e não o critério morfológico (o fato de ter forma adverbial, por exemplo), o grande divisor de águas entre as duas espécies de grupos de palavras.

Para identificar os tipos de complementos verbais, após comprovar que os critérios da (im)possibilidade de construção na voz passiva e presença/ausência de preposição podem fornecer respostas duvidosas, sugerimos a aplicação dos seguintes testes: verificação da função categorial do sintagma selecionado pelo verbo e

(im)possibilidade de substituição por pronome oblíquo correspondente, no caso de complementos com função categorial substantiva.

A identificação de cada tipo de complemento nos levará, em última instância, à verificação dos tipos sintáticos de verbos existentes na língua.

Nosso trabalho constituir-se-á de três capítulos, a serem descritos a seguir.

No primeiro capítulo, que trata dos pressupostos teóricos que fundamentaram o desenvolvimento deste trabalho, veremos os princípios básicos da Gramática de Valências, sintetizados por Busse e Vilela (1986), que direcionaram os estudos ao português de Portugal, e por Borba (1996), que aplicou a teoria ao português do Brasil. Para comprovar como a Gramática de Valências pode ser útil à confecção de obras lexicográficas, citaremos exemplos extraídos do *Dicionário sintático de verbos portugueses* (Busse, 1994) e do *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (Borba, 1990).

O segundo capítulo é uma descrição do problema da diversidade de classificações existentes nos dicionários de língua portuguesa. Após vermos as formas como os verbetes podem ser organizados nos dicionários, analisaremos aspectos sintáticos e organizacionais das seguintes obras:

- a) *Miniaurélio* (Ferreira, 2004);
- b) *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa* (Sacconi, 1996);
- c) *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso* (Aulete, 2007);
- d) *Dicionário de verbos e regimes* (Fernandes, 1999);
- e) *Dicionário prático de regência verbal* (Luft, 2006).

As três primeiras referências são minidicionários gerais (obras de consulta rápida) e as outras duas são dicionários especializados em regência verbal. Por sua importância no que se refere à identificação dos tipos verbais existentes em língua portuguesa, descrevemos ainda a classificação sugerida por Lima (2006) em sua *Gramática normativa da língua portuguesa*.

Ao final do capítulo, compararemos as propostas classificatórias dos autores mencionados, visando melhor compreender as diferenças estruturais e terminológicas de suas obras.

O último capítulo é também o mais importante, pois nele desenvolveremos um raciocínio concernente aos critérios que comumente são e que devam ser utilizados para diferenciar complementos e adjuntos, bem como para identificar os diversos tipos de complementos dos verbos transitivos. Assim, e cientes de que a regência de cada verbo pode variar conforme seu emprego nas sentenças efetivas, proporemos, por fim, uma grade classificatória para os verbos nocionais de língua portuguesa.

Desse modo, esperamos de alguma forma colaborar para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos, especialmente no que concerne à confecção de dicionários que visem a informar, também, a classificação regencial dos verbos que os compõem.

Capítulo 1

1. Pressupostos teóricos

Este trabalho tem como referência a Gramática de Valências, proposta de análise lingüística baseada na Teoria de Valências - cujo berço remonta à Gramática de Dependências idealizada pelo francês Lucien Tesnière (1988) - e também na Teoria dos Casos, desenvolvida por Charles Fillmore (1968).

Sobre o assunto, em língua portuguesa, destacam-se as obras *Gramática de valências: apresentação e esboço de aplicação à língua portuguesa* (Busse e Vilela, 1986), *Uma gramática de valências para o português* (Borba, 1996) e *Gramática de valências: teoria e aplicação* (Vilela, 1992). Faremos a seguir uma breve síntese das duas primeiras sistematizações, com vistas a utilizarmos alguns dos conceitos da teoria em nossa investigação sobre a classificação sintática dos verbos portugueses nos dicionários.

1.1 *Gramática de valências: apresentação e esboço de aplicação à língua portuguesa* (Busse e Vilela, 1986)

Apresentaremos nesta seção um resumo das principais idéias de Busse e Vilela (1986) a respeito da gramática de valências.

A gramática de valências tem o verbo como centro dinâmico da frase, e concentra sua atenção em dois pólos de análise: a sintaxe e a semântica.

No primeiro pólo, são estudados fenômenos relacionados com as propriedades morfossintáticas dos elementos frásicos imprescindíveis (actantes), o condicionamento da ocorrência ou não ocorrência desses elementos, e a correspondência entre lugares vazios e sua realização por meio de actantes.

No segundo pólo, busca-se identificar as funções semânticas dos membros da frase (gramática de casos).

1.1.1 Primeiro pólo de análise: a sintaxe

Veremos nesta seção as características sintáticas que interessam à gramática de valências.

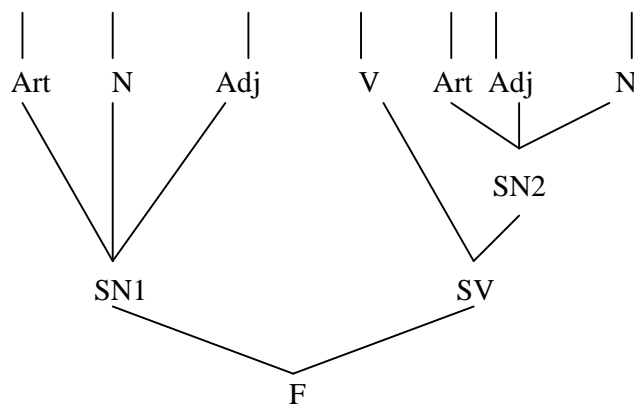
1.1.1.1 Valência verbal

Os estudos de sintaxe têm se desenvolvido, em geral, com base em um destes dois princípios de análise: o da *constituência* (que fundamentou a Análise em Constituintes Imediatos - IC, a Gramática da Estrutura Frásica ó PSG, e as Regras de Reescrita ó *Rewrite Rules*) e o da *dependência* (sobre o qual foi elaborada a Gramática de Valências).

O princípio da constituição considera a estrutura da frase como hierarquia de categorias sintáticas, e a relação estabelecida como de pertença ou decomposição, enquanto o princípio da dependência analisa os elementos da frase com base em uma relação de (co)ocorrência. Comparemos os esquemas produzidos pelos autores de acordo com cada um dos princípios:

CONSTITUËNCIA

Uma empresa conhecida apresenta os novos computadores.

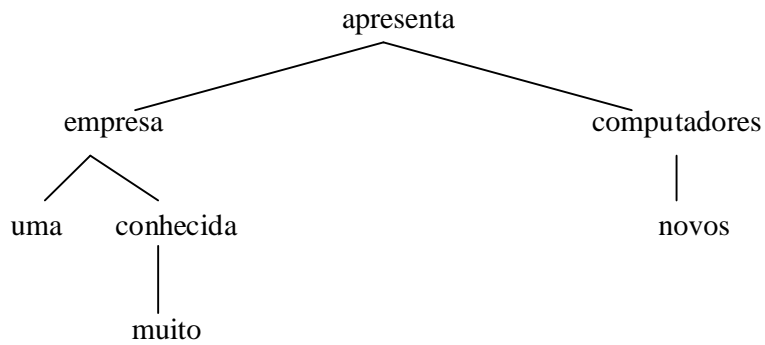


No esquema acima, a frase foi decomposta em sintagmas hierarquicamente organizados.

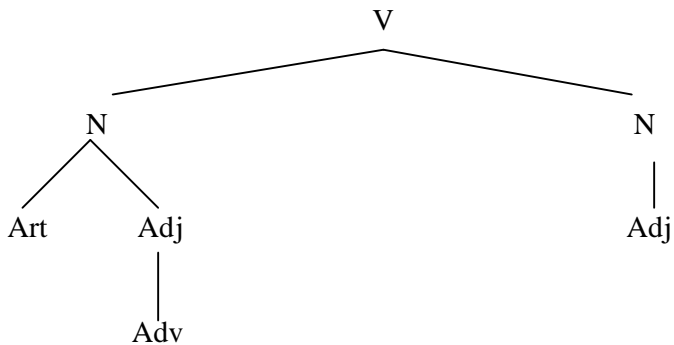
DEPENDÊNCIA

Uma empresa muito conhecida apresenta novos computadores.

Representação gráfica lexical (*stemma*):



Representação gráfica categorial (*stemma* abstrato):



Diferentemente do que ocorreu no esquema anterior, nas representações acima, o verbo, que exerce a função de predicado, ocupa a posição central na estrutura da frase, sendo, assim, o elemento de que dependem todos os outros.

Foi o avanço dos estudos sobre a dependência que deu origem à teoria de sintaxe verbal conhecida como gramática de valências.

A palavra *valência* representa o número de lugares vazios (ou argumentos, ou *relata*, ou actantes) previstos e implicados pelo (significado do) lexema. Explica-se: alguns lexemas são relacionais, ou seja, incluem em seu significado uma estrutura de relação. A palavra *pai*, por exemplo, é relacional, porque implica um elemento que corresponda ao filho (pai de alguém). Mas o mesmo não acontece com a palavra *mesa*, que não prevê na sua significação um termo que a complemente.

Grande parte dos verbos são valenciais. O verbo *dar*, por exemplo, possui três lugares vazios, correspondentes ao *doador*, à *coisa dada* e ao *recebedor*. Por analogia com a linguagem da lógica, os lugares vazios, ou actantes, podem ser considerados como variáveis de uma relação (o verbo), assim representáveis:

Dar (x, y, z)

Importante ressaltar que, na teoria de valências, o sujeito é considerado como um complemento do verbo da mesma natureza que os restantes.

Para Busse e Vilela (1986), o termo *valência* só deve ser usado para as estruturas relacionais das classes de palavras lexicais (substantivo, adjetivo, verbo e, eventualmente, o advérbio), excluindo-se classes como artigo e conjunção. O termo também não se aplicaria aos verbos auxiliares, copulativos (como *ser* e *estar*) e funcionais (que contêm nominalizações deverbais, como *fazer uma pergunta*).

Como vimos, é o verbo como predicado que assume a função central da frase, pois determina a estrutura frásica de base (*núcleo frásico*), quer do ponto de vista sintático, quer semântico. Essa função predicativa representa um quadro virtual e aberto, vazio de representação semântica, atualizado na frase pela inserção das expressões actanciais, de que resulta um conteúdo configurado em funções relacionais (semânticas).

Assim, ao reger o núcleo frásico, o verbo estabelece o número de lugares vazios, e também determina as propriedades morfossintáticas e sintáticas, bem como as propriedades semântico-categoriais e semântico-relacionais.

Na teoria alemã, fala-se em *valência quantitativa* ou *lógico-semântica* ou *lógica* (número de lugares vazios), *valência qualitativa* (características dos actantes, sintáticas e morfossintáticas) e *valência semântica* (características categoriais ó restrições de seleção ó e características relacionais ó casos).

Quanto ao número de lugares vazios, os verbos podem ser classificados em aivalentes (*chover*), monovalentes (*dormir*), bivalentes (*comer*) e trivalentes (*dar*)¹.

As características morfossintáticas e sintáticas se referem à colocação (ou não) de marcas preposicionais e às possibilidades de pronominalização, bem como às propriedades estruturais internas possíveis para cada actante (*sintagmas nominais, frases completivas, frases infinitivas*, por exemplo).

As propriedades semânticas, por sua vez, são as classes semânticas (ou restrições de seleção, referente a traços como + *ou ó animado*, + *ou ó humano*, etc.) e os casos (funções dos actantes nas frases, por exemplo, *agente, instrumento*, etc.).

1.1.1.2 Observações acerca da gramática tradicional

A gramática tradicional (GT) se utiliza de uma série de conceitos para a análise da estrutura da frase. Nela, fala-se em termos da oração e suas funções sintáticas, em estruturas subordinadas (completivas, relativas, infinitivas, conjuncionais), e em tipos de verbos classificados segundo seu comportamento regencial. Mas esse aparato teórico apresenta incoerências relevantes, tais como as abaixo demonstradas.

Segundo Busse e Vilela (1986), para a GT, as funções dos membros da frase (termos da oração) podem ser agrupadas em duas categorias: as que se referem diretamente ao verbo, indispensáveis para a formação do núcleo frásico (basicamente, o sujeito e os objetos), e as que não se referem diretamente ao verbo, dispensáveis, em tese, para a formação do núcleo frásico (adjuntos). Essa divisão baseia-se no critério morfológico: os termos com características substantivas (sujeito e objetos) seriam complementos, enquanto os termos com características adverbiais seriam necessariamente adjuntos. Mas essa associação esbarra em casos como os abaixo destacados:

(1) *Ele foi ao cinema.*

(termo indispensável, apesar de sua forma adverbial)

¹ Alguns autores admitem a existência de verbos tetravalentes. O verbo *traduzir* seria um deles: *Ana traduziu cartas do português para o alemão.*

(2) *Ela comprou o carro para o marido.*

(termo dispensável, apesar de sua forma substantiva)

Além de ignorar a existência de complementos do tipo não-nominal e adjuntos do tipo não-adverbial, a GT classifica sob o rótulo de *objeto indireto* dois tipos de complementos que se diferenciam entre si pelas suas propriedades sintáticas, como a (im)possibilidade de substituição por pronome oblíquo átono equivalente. Nos exemplos a seguir, os termos sublinhados são tradicionalmente denominados de *objeto indireto*, apesar de somente o primeiro poder ser substituído por pronome oblíquo átono:

(3) *O doente obedeceu ao médico.* - *O doente obedeceu-lhe.*

(4) *O doente recorre ao médico.* - *O doente recorre a ele.*

Quanto às estruturas dos membros frásicos (subordinadas), os autores tradicionais mencionam todas as possibilidades de ocorrência, mas o fazem em diferentes partes da gramática, no capítulo das orações complexas, dispersando, assim, fenômenos que estão intimamente ligados entre si e que também dependem do verbo, como o fato de uma *oração subordinada substantiva objetiva direta* corresponder sintaticamente ao *objeto direto* de uma oração simples.

Enfim, os critérios para a classificação dos verbos na gramática tradicional são heterogêneos e não esgotam as possibilidades de construção que se encontram na língua. A teoria de valências busca solucionar essas falhas, recorrendo a conceitos já formulados e organizando-os de modo sistemático.

1.1.1.3 Núcleos frásicos

Ao invés de *complemento* e *adjunto*, a gramática de valências utiliza os rótulos *actante* e *circunstante* para diferenciar, entre os termos diretamente ligados ao verbo, os que são indispensáveis à estrutura oracional (núcleo frásico) dos que não o são.

Os circunstantes podem ser dos seguintes tipos: *modal*, *locativo*, *temporal*, *causal*, *final*, *condicional*, *adversativo*, *concessivo*, etc., lembrando que alguns deles

podem se comportar como actantes em alguns contextos oracionais (o locativo, por exemplo).

A tradição gramatical, baseada no critério morfológico (a forma nominal do complemento, ou seja, o fato de ser constituído por um substantivo ou por sintagma ou oração equivalente a substantivo), classifica os complementos (actantes) em apenas três tipos: sujeito, objeto direto e objeto indireto. Essa tripartição, no entanto, não corresponde à realidade da língua, pois não relaciona os constituintes da oração com formato adverbial que necessariamente compõem o núcleo frásico. Corrigindo essa falha, Busse e Vilela (1986: 41-42) listam os seguintes tipos de actantes existentes na língua portuguesa²:

A1: sujeito	N - V
A2: complemento direto	- - V - N
A3: complemento indireto	- - V - aN (= lhe) ³
A4: complemento preposicional (com preposição fixa)	- - V - pN (p = em, de...)
A5: actante locativo	- - V - L
A5-b: actante situativo	- - V - S
A6: actante direcional	- - V - D
A7: actante temporal	- - V - T
A8: actante de medida, duração, preço	- - V - Q
A9: actante modal	- - V - M
A10: predicativo	- - V - P

A partir dessa classificação dos actantes, os autores identificaram estruturas frásicas nucleares⁴, abaixo exemplificadas:

1) Núcleo frásico sem actante:

- : [V]

Ex.: Chove.

² Note-se que a nomenclatura utilizada pelos autores em A1, A2, A3, A4 e A10 não se inicia com a expressão *actante*, como acontece com os demais tipos, de natureza adverbial. A nosso ver, seria mais coerente manter um mesmo padrão terminológico para todos os tipos de actantes.

³ A notação *-aN* simboliza a preposição *a* que antecede o nome e compõe o complemento indireto.

⁴ Compilamos as estruturas frásicas que envolvem apenas verbos nocionais, excluindo as que se faziam acompanhar de actantes modais ou predicativos. Os exemplos não foram integralmente extraídos do livro.

2) Núcleo frásico com um actante:

A1: [N + V]	Ex.: João gesticula muito.
A2: [V + N]	Ex.: Há mosquitos aqui.
A4: [V + pN]	Ex.: Trata-se de uma visita técnica.

3) Núcleo frásico com dois actantes:

A1 + A2: [N + V + N]	Ex.: A sua coragem me espanta.
A1 + A3: [N + V + aN]	Ex.: O filho obedece ao pai.
A1 + A4: [N + V + pN]	Ex.: A Maria pensa em ti.
A1 + A5: [N + V + L]	Ex.: A aldeia fica no monte.
A1 + A5a: [N + V + S]	Ex.: O caso ocorreu por imprudência dele.
A1 + A6: [N + V + D]	Ex.: O comboio veio do Porto.
A1 + A7: [N + V + T]	Ex.: Esta casa data de 1985.
A1 + A8: [N + V + Q]	Ex.: O saco pesa 50 quilos.
A4 + A4: [V + pN + pN]	Ex.: Para ele trata-se de mentira.

4) Núcleo frásico com três actantes:

A1 + A2 + A3: [N + V + N + aN]	Ex.: Ele deu-lhe o livro.
A1 + A2 + A4: [N + V + N + pN]	Ex.: Ele obrigou-o a esta decisão.
A1 + A2 + A5: [N + V + N + L]	Ex.: Ele pôs o livro na estante.
A1 + A2 + A6: [N + V + N + D]	Ex.: Ele mandou a carta para Lisboa.
A1 + A2 + A7: [N + V + N + T]	Ex.: Ele adiou a sessão para depois.
A1 + A2 + A8: [N + V + N + Q]	Ex.: Avaliou o valor da obra em mil reais.
A1 + A3 + A4: [N + V + aN + pN]	Ex.: Ele pediu ao ministro por mim.
A1 + A4 + A4: [N + V + pN + pN]	Ex.: Falei com ela sobre o assunto.

Importa lembrar mais uma vez que os actantes não assumem apenas a forma de sintagma nominal, podendo ocorrer também na forma de frases (completivas) ou construções infinitivas, além de interrogativas indiretas, entre outras. Cada verbo, na condição de predicador, determina quais as possibilidades permitidas ou excluídas para seus actantes.

1.1.2. Segundo pólo de análise: a valência semântica

Busse e Vilela (1986: 87) afirmam que a linguagem é uma actividade comunicativa (*parole*) efectuada por meio de um sistema de signos (*langue*), como resultado da capacidade de o homem comunicar e representar (*langage*). Essa actividade de comunicação e representação se dá por meio de um sistema de signos, que envolve a relação entre o meio material (som organizado sintática, morfológica e fonologicamente) e o significado. Assim, perguntam-se: a valência seria uma categoria morfossintática (formal) ou semântica (conceitual)?

Para os autores, é necessário distinguir três níveis de valência, abaixo descritos:

- a) a valência como tal, correspondente ao número de lugares vazios;
- b) a valência semântica, que compreende as restrições de seleção dos actantes (o verbo determina a classe semântica a que os termos devem pertencer) e suas funções semânticas (distinção estabelecida por meio dos semas inerentes de cada verbo);
- c) a valência sintática, que indica a ocupação obrigatória ou facultativa dos lugares vazios e determina as propriedades morfossintáticas dos actantes

Desse modo, ponderam que, se dissociarmos a valência semântica da sintática, correremos o perigo de querer sintatizar fatos semânticos⁵, e, por outro lado, se derivarmos a valência sintática a partir da semântica, tentaremos ver a isomorfia total entre os dois níveis, o que, na prática, não existe.

De fato, os verbos distinguem-se semanticamente por seus semas inerentes, dedutíveis a partir da comparação direta entre dois ou mais verbos construídos como o mesmo número de actantes e com os mesmos termos, mas, como dito anteriormente, entre as estruturas sintáticas e as estruturas semânticas não há isomorfia. *Ouvir* (perceber com o ouvido) e *escutar* (ouvir com atenção) são semanticamente diferentes, mas coincidem na estrutura sintática; enquanto *ver* (enxergar) e *olhar* (observar), por sua vez, têm diferentes estruturas semânticas e sintáticas, senão vejamos:

⁵ Entendemos, no entanto, que isso não significa que, porquanto não estejam totalmente dissociados, os dois níveis de valência não possam ser analisados de forma separada.

- (5) a. *Alguém ouve algo/alguém.*
b. *Alguém escuta algo/alguém.*

- (6) a. *Alguém vê algo/alguém.*
b. *Alguém olha para algo/alguém.*

Se o significado desses verbos fosse idêntico, as frases abaixo seriam incoerentes:

- (7) a. *Ele me ouve, mas não me escuta.*
b. *Ele me olha, mas não me vê.*

1.1.2.1 Características semântico-categoriais

As restrições de seleção não se aplicam às categorias sintáticas dos lexemas que preenchem os lugares vazios (=classes de palavras), mas referem-se aos traços semânticos gerais, que enquadram os lexemas numa classe semântica, uma subclasse de palavras, como *+animado* e *óanimado*, *+humano* e *óhumano*. Veja-se o exemplo abaixo, em que o verbo *balir* apresenta a restrição de seleção (*+animado*, *-humano*).

- (8) a. *A ovelha baliu.*
b. **A Maria baliu.*

1.1.2.2 Características semântico-relacionais

Na lingüística atual, tem-se procurado ver as funções dos membros da frase como pertencentes à estrutura superficial, e as funções semântico-relacionais dos actantes como parte da estrutura profunda.

Entre os estudiosos que se propuseram a listar as funções semânticas dos actantes, destaca-se Fillmore (1968), que estabeleceu uma lista de casos profundos.

Fillmore visa a atingir uma gramática universal, de modo que o seu conceito de caso tem pouco a ver com os fatos morfológicos, restringindo-se às categorias semânticas. Baseia-se nas relações semânticas idênticas, embora sintaticamente diferentes. O caso une semanticamente fatos sintáticos superficiais. Vejam-se os exemplos abaixo, em que os termos relacionados a *Maria* e *Pedro* fazem parte de diferentes estruturas sintáticas, mas o caso semântico permanece inalterado (*Maria: agente, Pedro: paciente*).

- (9) a. *Maria ama Pedro.*
- b. *Pedro é amado por Maria.*
- c. *O amor de Maria por Pedro.*
- d. *Pedro, o amado de Maria.*

O mesmo caso pode abranger várias formas de caso (*case forms*). Casos seriam, portanto, universais lingüísticos correspondentes à relação semântica entre um predicador e um portador de caso.

Eis alguns dos casos identificados por Fillmore:

- a) *Agente* - causador animado da ação;
- b) *Instrumento* ó causa inanimada imediata ou estímulo da ação;
- c) *Experienciador* ó entidade que, nos verbos psicológicos, por exemplo, é o sujeito do estado mental ou experiência implicados no significado verbal;
- d) *Objeto* ó entidade que suporta uma mudança ou é afetada pela ação do verbo;
- e) *Origem* ó ponto de partida ou estado anterior de qualquer processo;
- f) *Meta* ó ponto de chegada, ou estado final de um processo;
- g) *Lugar e tempo* ó casos que correspondem à localização no espaço ou no tempo;
- h) *Beneficiário* ó entidade em favor da qual uma ação é feita.

1.1.3 Aplicação da teoria: o *Dicionário sintáctico de verbos portugueses* (Busse, 1994)

No *Dicionário Sintático de verbos portugueses* (Busse, 1994), o autor aplica com clareza os pressupostos teóricos que foram explanados nas seções anteriores, sempre tomando o verbo, enquanto predicado, como o elemento central estruturador de toda a oração.

Não há, no dicionário, uma grade de classificação com rótulos para cada tipo de verbo, mas apenas a descrição das estruturas sintáticas possíveis para cada verbo, com exemplos.

Para ilustrar o conteúdo da obra, transcrevemos alguns verbetes⁶:

VERBO ALGEMAR:

N ó V ó N O guarda algemou o prisioneiro.

VERBO AGONIZAR:

Np ó V O vizinho já agoniza.

Np ó Vse <com N> Agoniza-se com preocupações.

VERBO ADMINISTRAR:

Np ó V ó N ó (a Np) Mandou-se vir o padre para lhe administrar os últimos sacramentos.

VERBO AVALIAR:

N ó V ó N Esta iniciativa visa ainda avaliar o papel das novas tecnologias na modernização da estrutura produtiva.

N ó V ó N ó Qem Avaliei o colar em cinco contos.

N ó V- de N Avaliar as causas de um acidente.

⁶ Por desnecessidade, nem todos os exemplos mencionados no dicionário foram transcritos.

1.2 Uma gramática de valências para o português (Borba, 1996)

Para Francisco da Silva Borba (1996), a elaboração de um dicionário que se proponha a descrever a regência dos verbos envolve muito mais do que a catalogação de verbetes. Com efeito, todo *modelo de descrição sintática*, para alcançar seus objetivos e não ser arbitrário, deve estar inserto em uma *teoria sintática*, integralmente abarcada por uma *teoria lingüística*, de forma a se manter a harmonia entre os postulados e pressupostos nos três níveis.

A teoria de Borba mescla casos e valências, semântica e sintaxe, esquema profundo e superficial, papéis temáticos e funções dos constituintes da oração. Foi com base nesses conceitos, entre outros, que o autor elaborou o *Dicionário gramatical de verbos* (1990), uma das mais inovadoras obras especializadas em regência verbal do país.

Conquanto nosso escopo não seja exatamente comparar as classificações constantes do dicionário de regência coordenado por Borba com as classificações dos demais dicionários, posto as obras terem gênese e resultado muito distintos, os pressupostos teóricos que nortearam o trabalho do referido autor serão úteis no desenvolvimento desta dissertação.

1.2.1 A teoria argumentativa

Borba (1996: 7) define teoria como um conjunto de enunciados definidos em termos de forma e conteúdo, isto é, em relação de consequência lógica, sujeitos a certas condições e capazes de predizer que certos fatos ocorrerão se tais outros ocorrerem, possibilitando assim o controle dos experimentos.

Um modelo de descrição sintática tem por objetivo identificar as fórmulas que explicam (todas) as frases/sentenças gramaticais, mas, tendo em vista que a atividade criativa humana freqüentemente gera novas regularidades, essa descrição terá sempre um certo grau de provisoriedade.

A gramática de valências integra sintaxe e semântica, relacionando assim a expressão ao seu conteúdo (o significante ao significado). Borba baseia-se nas propostas

sintáticas de Harris e Tesnière, conjugadas à gramática de casos de Fillmore, unificando-as por meio de uma teoria de predicados (ou teoria argumentativa), que se apóia em três premissas, abaixo citadas (1996: 10)⁷:

- a) na estrutura semântica das línguas naturais só há duas classes de unidade ó *predicado* e *argumento*⁸;
- b) na superfície, elas se fazem representar por *expressões predicativas* e por *expressões argumentativas*;
- c) as combinações de predicado e de argumento formam *estruturas P-A simples e complexas*, de representação superficial por expressões de formas diferentes, o que quer dizer que uma mesma estrutura P-A pode ser representada, na superfície, por um conjunto de estruturas formais (= mórficas).

1.2.2 Conjuntos de funções sintáticas

O conceito de função está vinculado à estrutura, configurando-se em uma relação entre duas grandezas que se condicionam mutuamente. Dessa forma, a função de um elemento não está vinculada à sua natureza (classe), de modo que um mesmo elemento pode ter funções diferentes (por exemplo, o nome pode funcionar como sujeito ou complemento) ou dois elementos podem exercer a mesma função (por exemplo, o nome, o adjetivo e o verbo podem funcionar como núcleo do predicado).

Segundo o autor, existem três grandes conjuntos de funções sintáticas (Borba, 1996: 12):

- a) *Solidariedade* ó Pressuposição recíproca ou interdependência entre os termos. Nas línguas românicas, por exemplo, o gênero do adjetivo pressupõe o do nome e vice-versa.

⁷ Nas referências bibliográficas, Borba cita apenas o livro de Lucien Tesnière (*Éléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1965), mas não menciona as obras de Harris e Fillmore.

⁸ Os termos *argumento-predicado* utilizados por Borba não correspondem à dicotomia *sujeito-predicado* utilizada na terminologia tradicional. Assim, para o autor, predicado seria somente o núcleo oracional (normalmente um verbo), em torno do qual se arranjam os argumentos (sujeito e complementos).

- b) *Seleção* ó Relação unilateral entre uma constante e uma variável. É o caso da preposição, que pressupõe outra unidade (nome, adjetivo, verbo); do complemento, que pressupõe o predicado; e do o sujeito, que pressupõe o predicado, mas nunca o contrário.
- c) *Combinação* ó Conjunto de duas variáveis sem implicação mútua. Por exemplo, em português, a relação entre um intensificador e um adjetivo é possível, mas não necessária (casa *muito* alta).

1.2.3 Constituintes básicos da oração

São três os constituintes básicos da oração, cada qual definido em termos de correspondência entre forma e conteúdo (Borba, 1996: 13):

- a) *Predicado* ó Quanto ao conteúdo, pode ser definido como a propriedade de um objeto ou relação entre dois ou mais objetos. Quanto à forma, caracteriza-se por ser o núcleo da comunicação e o objetivo central do falante (reação lingüística a um estímulo).⁹
- b) *Sujeito* ó Quanto ao conteúdo, é o ponto de apoio ou de referência do predicado, ou ainda sua localização ou suporte. Quanto à estrutura, é a função que representa um argumento realizado na posição exterior ao predicado. É o constituinte que controla a correferência (supressões, pronominalizações, reflexivização), a mudança de referência e a concordância. Sua posição neutra é antes do verbo.
- c) *Complemento* ó Quanto ao conteúdo, é o constituinte que completa (conclui, acaba) semanticamente a oração. Quanto à estrutura, é o que faz parte da estrutura interna do sintagma verbal.

⁹ Note-se que Borba não utiliza o termo *predicado* em oposição a *sujeito*, unicamente, mas divide a oração em três partes (predicado, sujeito, complemento), chamando de predicado apenas o *núcleo oracional*.

1.2.4 O predicado como centro da oração e os níveis de análise sintática

O predicado é o centro da estrutura oracional, em torno do qual se organizam os argumentos possíveis (ou casas vazias), previstos hipoteticamente de acordo com a semântica de cada verbo. Em outras palavras, o predicado é uma função, e os termos que dele dependem (argumentos) são suas variáveis. Assim, a fórmula básica de um ato comunicativo pode ser demonstrada por P(A).

Para Borba (1996: 14), existem dois níveis de análise sintática, denominados *esquema profundo* e *esquema superficial*:

A análise sintática opera em dois níveis: um subjacente, abstrato e regular, onde se definem relações básicas como conexão e número de constituintes, ordem, restrições de coocorrência, relações semânticas fundamentais; e outro, mais superficial, onde se decide a combinatoria dos morfemas tanto do ponto de vista da harmonia entre eles (concordância) como do ponto de vista das marcas de dependência entre os constituintes oracionais (regência).

O autor considera que a gramática deve dar conta de uma rede de dependências contraídas pelos argumentos com relação ao predicado ó *gramática de valências*, e deve estar acoplada a uma *gramática de casos*, em um modelo centrado no *léxico*.

Dessa forma, o sintaticista não deve se limitar a descrever, mas precisa demonstrar como a descrição relaciona uma frase com outra, criando vários subconjuntos de inter-relações e montando um conjunto de regras que permitem explicitar todas as combinações semânticas possíveis.

1.2.5 Teoria de valências

Uma gramática de valências se diferencia da gramática de constituintes da seguinte forma: enquanto esta tenta descobrir como um constituinte se encaixa no outro ou pertence a outro, através da decomposição do enunciado por meio de regras de reescrita que mostram como os constituintes se aproximam e se hierarquizam, aquela procura detectar relações de dependência entre categorias (básicas) que (co)ocorrem

num contexto, tomando como nuclear o verbo e demonstrando como os demais constituintes se dispõem em torno dele através das relações de dependência.

Pela teoria de valências, percebe-se que os itens lexicais da língua têm valor absoluto ou relativo. Os itens com valor absoluto são semanticamente auto-suficientes e têm necessidade nula de vinculação, como as palavras *pedra* e *tamanduá*, por exemplo, que são avalentes. Os itens com valor relativo, por sua vez, são semanticamente incompletos, tendo necessariamente de ligar-se a outros para se realizarem plenamente. A palavra *sogra*, por exemplo, implica outra que completa a expressão *sogra de*, motivo pelo qual é monovalente.

Assim, valência corresponderia ao número de casas vazias (argumentos) implicadas pelo significado de um item lexical, necessariamente pertencente a uma das seguintes classes: nomes, verbos, adjetivos, e advérbios (nem todos).

Determinantes, pronomes e relacionantes (preposições e conjunções) não têm peso semântico absoluto ou relativo: são meros instrumentos de realização dos itens lexicais.

Foi Tesnière (1965) quem primeiro chamou a atenção para o fato de que o verbo rege uma rede de dependências de até quatro lugares, a serem preenchidos por constituintes (actantes) que se relacionam com o núcleo verbal em escalas variáveis de distância (grau de coesão) e dependência (subordinação), sendo esse esquema abstrato o formador dos modelos oracionais da língua. Mas, para Borba, o termo valência não deve ser utilizado só para verbos ó também aos nomes, adjetivos e alguns advérbios se aplicaria o conceito de valência: õpropriedade que tem uma classe de elementos de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma propriedade faz que essa classe se distinga de outras de mesmo nível sintagmáticoõ (1996: 20).

Nesse contexto, o dicionarista diferencia complemento de participante oracional, e propõe que o termo *valência* seja usado em três níveis, quais sejam (1996: 20-21):

- a) *Valência quantitativa, lógica, ou lógico-semântica* ó É o nível mais geral, relativo ao número de argumentos que um predicado pode ter. Sob essa ótica, o item lexical pode ser avalente, monovalente, divalente, trivalente e tetravalente.
- b) *Valência qualitativa, sintática ou morfossintática* ó Trata das características dos actantes, das propriedades morfológicas das classes que preenchem as

casas vazias (sintagma nominal, preposicional, oracional, etc.), das funções sintáticas (sujeito, complemento, especificador, adjunto, circunstante, etc.), das propriedades sintáticas (pronominalização, ordem, etc.), das classes que preenchem os argumentos (nome, adjetivo, advérbio).

- c) *Valência semântica* ó Diz respeito às características categoriais (traços) que compõem cada uma das categorias (+humano, +animado, +contável, etc.), às funções ou papéis temáticos (*agente, causativo, beneficiário, experimentador*, etc.), e às restrições relacionais de coocorrência ou exclusão (por exemplo, o fato de um verbo da subclasse X combinar-se com um argumento *agente/beneficiário*, e selecionar o traço Y).

O autor também propõe a utilização dos termos correntes na teoria, selecionados em três níveis (1996: 21-22):

- a) *Primeiro nível* - Neste nível, mais abstrato, o termo *argumento* equivale a *casa vazia* ou *lugar*, e *predicado* equivale a *núcleo oracional*. A fórmula P(A) representa o esquema oracional básico, subjacente a qualquer seqüência realizada.
- b) *Segundo nível* ó Neste nível, mais concreto, os termos *nome, verbo, adjetivo* e *advérbio* designam *classes de distribuição*, que preenchem o núcleo do predicado e os argumentos. Desse modo, verifica-se que o predicado pode ser preenchido por um verbo, um nome ou adjetivo, e os argumentos, por nomes precedidos ou não de preposição, ou ainda por advérbios integrantes da valência verbal (modalizadores, temporais ou locativos selecionados pelo verbo).
- c) *Terceiro nível* ó É o nível da realização efetiva, em que se analisam os *actantes* como itens lexicais que preenchem os argumentos, funcionando como *sujeito* ou *complemento*. Os demais constituintes oracionais, que não fazem parte do esquema subjacente, são chamados de *participantes*, e podem ser de três tipos, abaixo relacionados:
- *Especificadores* ó Constituintes que identificam ou explicitam um conceito nominal implicado pelo verbo, pelo nome ou pelo adjetivo, como nos exemplos a seguir: *comer frango assado, a compra do anel por mil reais*. Quando alterar a classe semântica

do nome avalente (fórmula: de-N), o especificador é subdenominado de *classificador*. É o que ocorre em *asa da xícara* (=alça), por exemplo.

- *Adjuntos* ó Constituintes que acrescentam ou reforçam traços relacionados com os núcleos nominais, como o termo sublinhado na expressão *casa de pedra*.
- *Circunstâncias* ó São os que identificam em que condições ou circunstâncias se dá o que se indica na relação sintagma nominal + sintagma verbal. Por exemplo: *Lina dança bem (modo)*, *Lina dança no Municipal (lugar)*.

A diferença entre participantes e argumentos localiza-se no fato de que, enquanto estes são necessários à composição da matriz valencial e podem ou não realizar-se nas seqüências, dados os inúmeros acidentes e expedientes que operam na organização das orações efetivas, aqueles localizam, identificam ou acrescentam dados para a compreensão da mensagem, mas não alteram em nada as relações básicas entre o predicado e o argumento. Quer dizer: o jogo de complementos pode mudar o estatuto sintático e o valor semântico de um verbo, nome ou adjetivo, mas a presença do participante não altera basicamente o valor dessas palavras.

Os participantes não estão sujeitos a restrições de coocorrência (só precisam *õfazer sentido*) e por isso sua distribuição é livre, mas os complementos só ocorrem com elementos regentes particulares, o que torna sua distribuição restrita. A palavra *discussão*, por exemplo, pode ter como participantes itens como *acalorada*, *feroz*, *por causa do jogo*, etc., mas seu complemento deve obedecer à seguinte fórmula: *Sintagma preposicional [(de + Nome abstrato) + com ó Nome +humano]*, equivalente a *õdiscussão de algo com alguém*.

Em uma gramática de valências, Borba sugere utilizar os termos *dependência* (ou *vinculação*) e *regência* também em três níveis. No primeiro nível, o termo *dependência* seria entendido como a distância entre o predicado e o argumento (ex.: P + A; P + A₂, A₁); no segundo, a dependência seria interpretada como a exigência de predicado com relação às propriedades sintático-semânticas que preenchem as casas vazias [ex.: V + A (=N: +hum)], e, no terceiro, a palavra regência se aplicaria às exigências superficiais de combinatória mórfica [ex.: V + A (=SN → prep + N → prep: *a*, *em*)].

O que justifica os três tipos de valência arrolados é o fato de que os itens lexicais que partilham os mesmos traços básicos não apresentam necessariamente matrizes valenciais coincidentes. Exemplifiquemos com a análise dos verbos de atribuição *emprestar* (ex.: *Ele emprestou o carro para Fernando*) e *alugar* (ex.: *Ele alugou o carro para Fernando*): ambos têm a mesma estrutura e valência sintáticas (são verbos de três *lugares*, sendo os três argumentos preenchidos pelas mesmas *classes*, com as mesmas *propriedades morfossintáticas*, ocupando as mesmas *funções*), mas diferem quanto à valência semântica (apesar de os argumentos apresentarem as mesmas *funções temáticas*, os *traços categoriais* são diferentes, o que vem a ter implicações nas *restrições seletivas*), conforme demonstrado a seguir:

- (10) a. *A professora deu/atribuiu uma boa nota/um prêmio a Lúcia.*
b. *Pedro deu/*atribuiu um brinquedo a seu primo.*
c. *Pedro tem o hábito de atribuir/*dar aos outros os seus próprios defeitos.*

Por tudo o que foi explanado até o momento, pode-se observar que, entre as características de um modelo de gramática de valências, estão o fato de ela ser uma gramática de frase, que toma o verbo como ponto de partida e analisa os constituintes oracionais seguindo uma marcha descendente (dos constituintes maiores para os menores), e também o fato de utilizar uma classificação funcional, que permite distinguir constituintes com função primária (obrigatórios, por realizarem os argumentos) e constituintes com função secundária (facultativos, por serem oracionais).

Borba (1996: 25-27) considera ainda que, para dar a uma função sintática uma justificativa especificamente sintática, podem ser aplicados às estruturas elementares (frases simples) os seguintes testes ou operações que lhes determinam as propriedades:

- a) *Substituição* ó Teste que identifica as funções sintáticas, na medida em que se compreende que não é a palavra isolada que se substitui, mas sua função. Quando aplicada ao *sintagma nominal*, denomina-se pronominalização, realizando-se por partículas (clíticos) pré-verbais (formas tônicas) e pós-verbais (formas átonas), que sempre funcionam como sujeito ou complemento. Exemplifica-se: *Pedro encontrou Maria/Pedro a encontrou*. Aplicada ao sintagma verbal, a substituição assume diversos graus de complexidade, mas sempre obvia uma determinada função.

- b) *Deslocamento* ó Teste que serve, entre outras características, para identificar constituintes móveis (circunstantes, por exemplo) e fixos (artigos, por exemplo), levando-se em consideração a pressuposição de existência de uma ordem neutra (ou habitual ou automatizada) nas frases. São propriedades móveis a *movimentação simples* (a dos clíticos, por exemplo), a *permutação* (troca de posições entre constituintes) e a *extraposição* (deslocamento, para o fim da seqüência, de um sintagma complexo em função subjetiva). Podem-se ainda analisar os deslocamentos quanto aos seus resultados. Quando não há topicalização, o deslocamento ocorre com o objetivo de acomodação dos constituintes, sem ter, pelo menos aparentemente, uma atuação imediata sobre a função denotativa. Dentre os casos em que não há topicalização, citam-se a permuta espelho (ex.: *A tua proposta corresponde à minha/À tua proposta corresponde a minha*), o movimento dos clíticos ou dos circunstanciais (ex.: *Vi-o/Já o vi, O pagamento saiu hoje/Saiu hoje o pagamento*) e a extraposição (ex.: *É improvável que tenhamos um bom presidente/Que tenhamos um bom presidente é improvável*). Quando há topicalização, no entanto, o deslocamento pode alterar a função denotativa. São casos de deslocamento com topicalização a permutação simples sujeito-complemento (ex.: *Leo declamava um soneto/Um soneto declamava Leo*) e a permutação com ou sem redundância enfática do pronome correferente ao elemento deslocado (ex.: *Gina gosta de Leandro/O Leandro, Gina gosta dele, O pneu da Belina furou/A Belina furou o pneu*).
- c) *Redução/Acréscimo* ó Testes que contribuem para o reconhecimento da natureza de determinados constituintes. Pela redução pode-se distinguir entre constituinte obrigatório ou facultativo (ex.: *Encontrei Pedro na rua/Encontrei Pedro/*Encontrei*). O acréscimo identifica a compatibilidade entre constituintes, diferenciando, por exemplo, agentivo e causativo, na medida em que aponta para o fato de que só aquele aceita um participante que indica destinação (ex.: *O lenhador derrubou as árvores para fazer uma cabana/*O vento derrubou as árvores para...*).
- d) *Extração* ó Operação que, sendo um dispositivo de topicalização, isola um constituinte dos demais, contribuindo para a melhor delimitação entre eles. Constitui-se de dois mecanismos: *clivagem*, com operador *é...que/quem*, e

- pseudoclivagem*, com operador *é...o que*. Qualquer constituinte pode ser extraído, menos o verbo quando constitui, sozinho, o núcleo de um predicado.
- e) Apagamento ó Teste que consiste no cancelamento de um constituinte, aplicável tanto a *morfemas vazios* (elemento sem função no esquema superficial) quanto a *morfemas plenos* (os quais dependem de condições específicas que permitam recuperar o constituinte omitido, como regras de interpretação ou de reconstrução de contextos). São casos de apagamento de morfemas vazios no português: *Assisti (a) o jogo. Obedecer (a) os pais. Tenho certeza (de) que ela não vem. Este é pneu (em) que confio mais*. Já no exemplo seguinte, houve o apagamento de um morfema pleno: *Pedro declarou Pedro ser contra os rebeldes/Pedro declarou ser contra os rebeldes*.
- f) *Interrogação Parcial* ó Expediente que permite o reconhecimento do sujeito e de complementos. Na sentença *O tatu entrou no buraco*, por exemplo, a pergunta *Quem entrou no buraco?* fornece o sujeito da oração.

1.2.6 Gramática de casos

Além de identificar matrizes ou descrever a estrutura externa dos constituintes, para Borba, uma gramática de valências deve também determinar as relações sintático-semânticas ou temáticas que fazem parte da estrutura conceitual dos itens léxicos, ou seja, deve classificar os itens, também, quanto às funções ou papéis temáticos que exercem.

Uma estrutura conceitual compreende um vocabulário de categorias conceituais primitivas, entre as quais se podem citar as seguintes entidades:

- a) Objeto (coisa)
- b) Ação
- c) Estado
- d) Evento
- e) Lugar (direção, percurso, origem, etc.)
- f) Qualidade
- g) Quantidade

Regras de correspondência controlam relações entre constituintes conceituais e sintáticos. Uma das tarefas do analista é, então, verificar que categoria sintática pode expressar que categoria conceitual.

Não existe função temática neutra ou definida negativamente por ausência de outra: cada sintagma corresponde a uma posição argumental específica na estrutura conceitual, e, portanto, deve ter um papel temático específico.

As relações temáticas se fazem representar por um sistema de casos ou gramática de casos, entendendo-se caso como papel semântico. O nome de cada caso refere-se ao valor semântico que expressa, o qual não está ligado a um item léxico em si, mas a uma relação, sendo o semântico uma consequência do sintático.

Para os objetivos propostos, Borba (1996: 30) considera suficiente trabalhar com a seguinte relação de papéis temáticos:

- a) *Agentivo* ó o que por is mesmo desencadeia uma atividade, sendo origem dela e seu controlador. Ex.: *Certos políticos não raciocinam.*
- b) *Experimentador* ó traduz uma experiência ou disposição mental. Ex.: *Pedro ouve música.*
- c) *Beneficiário* ó afetado que marca o destinatário da posse/benefício: Ex.: *Gina tem um gato.*
- d) *Objetivo* ó entidade em relação à qual se verifica uma situação (afetado). Ex.: *A cortiça bóia. Apagaram a luz. A estrada é longa.*
- e) *Locativo* ó marca o lugar. Pode ser direcional (Ex.: *Vou a Santos*) ou de percurso (Ex.: *A princesa passeia pelo bosque*).
- f) *Instrumental* ó exprime uma causa indireta, e tem como traços básicos a atividade e o fato de ser controlado. Ex.: *Cortou o arame com o alicate. As mãos escondiam o rosto aflito.*
- g) *Causativo* ó provoca um efeito ou desencadeia algo. Ex.: *A geada matou as plantas. Caqui mancha.*
- h) *Meta* ó expressa o ponto de chegada, contém os traços afetado e transição. Ex.: *Os torcedores invadiram o campo.*
- i) *Origem* ó expressa o ponto de partida, contém os traços afetado e transição. Ex.: *A fonte jorra água.*
- j) *Resultativo* ó liga-se a verbos cujo complemento expressa algo que passa a existir, contém o traço efetuado. Ex.: *Carlos escreveu um soneto.*

- k) *Temporal* ó indica localização no tempo. Ex.: *Decorreram três meses.*
- l) *Comitativo* ó tem como principal característica a associação, é afetado, e pode ter os traços atividade e causa. Ex.: *Lina saiu com o noivo. Romeu morreu com Julieta.*

1.2.7 Aplicação da teoria: o *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (Borba, 1990)

O *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (Borba, 1990) é resultado do trabalho de diversos profissionais que se empenharam em uma pesquisa exaustiva coordenada por Francisco Borba. A influência da teoria de valências e casos nas páginas do dicionário é visível, pois cada verbo é classificado segundo suas propriedades valenciais e também temáticas, em uma mescla de sintaxe e semântica.

No capítulo introdutório da obra se encontram os princípios teóricos básicos e a orientação metodológica que norteou a organização dos verbetes. Passemos a estudá-los.

O verbo, núcleo do predicado, é o ponto de partida da análise oracional. Em torno dele se arranjam participantes ou argumentos, em graus diferentes de coesão e dependência.

Toda oração se estrutura em dois níveis: o subjacente (onde se estabelecem relações semânticas básicas e/ou restrições de coocorrência) e o superficial (onde se estabelece a combinatória mórfica e se ultima o conteúdo comunicado), sendo que, no dicionário, só são descritos os itens que fazem parte da valência do verbo.

Assim, para cada verbo, determinam-se, em primeiro lugar, suas relações sintático-semânticas básicas, ou seja, especificam-se o número e a natureza dos papéis inerentes ao sentido básico do verbo, e, em segundo lugar, mostra-se o arranjo estrutural em termos de categorias mórficas ou de tipos funcionais.

A natureza das relações estabelecidas entre predicado e argumento(s) é responsável pelo estatuto sintático-semântico dos verbos, que podem ter até quatro argumentos cada e são classificados da seguinte forma:

1) *Verbo de ação* ó se A1 é ativo (=agente)

Ex.: *Este rapaz não bebe.*

2) *Verbo de processo* ó se A1 é afetado

Ex.: *O galo morreu.*

3) *Verbo de ação-processo* ó se A1 é ativo/causativo, implicando A2 afetado/efetuado

Ex.: *A costureira estragou o pano.*

4) *Verbo de estado* ó se A1 é inativo (nem ativo, nem afetado, nem causativo)¹⁰

Ex.: *Mário permaneceu em silêncio.*

Como se vê, a classificação adotada no dicionário coordenado por Borba privilegia o critério semântico. Não se diferenciam terminologicamente os verbos segundo o número de argumentos que o circundam (*monovalente, bivalente, etc.*) e sua natureza sintática (*sujeito, objeto, etc.*), conquanto na descrição dos verbetes se mencione a quantidade de lugares do verbo e se qualifique os actantes.¹¹

Cada verbo do dicionário é descrito segundo os três níveis de valência:

- a) *valência quantitativa ou lógica* - quantidade de argumentos;
- b) *valência qualitativa ou sintática* - características sintáticas dos actantes;
- c) *valência semântica* - papéis temáticos.

O procedimento descritivo adotado foi o estabelecimento de oposições. Por exemplo: um complemento opõe-se a sua ausência; um complemento expresso por nome, a um expresso por oração; um complemento expresso por nome concreto, a um expresso por nome abstrato, etc.

¹⁰ A classificação só faz menção ao A1 e ao A2, mas na verdade aplica-se também a verbos de três e quatro lugares.

¹¹ Nos demais dicionários estudados nesta dissertação, veremos que a classificação privilegia o critério sintático, na medida em que os verbos são denominados de acordo com o número e a função sintática dos argumentos que o circundam

Em cada verbete, mencionam-se os papéis temáticos do sujeito (*agente, causativo, paciente* ou *inativo*) e, quando há, especificam-se os complementos, bem como os mecanismos sintáticos mais relevantes.

Assim, de posse dessas informações, e com o objetivo de ilustrar a aplicação da teoria valencial desenvolvida por Borba, vejamos como foram catalogados alguns dos verbetes do *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil* (1990)¹²:

VERBO CHOVER:

I - Indica **AÇÃO-PROCESSO** - Constrói-se com sujeito *causativo*.

1. Sem complemento

Significado: Fazer cair água em gotas da atmosfera.

Ex.: *Uma grande nuvem negra chovia sobre São Paulo.*

2. Com complemento expresso por **nome designativo de líquido ou de objeto de pequeno porte**

Significado: Fazer cair do alto em abundância.

Ex.: *Ninguém chove cerveja, nem mesmo caramelos para as crianças.*

3. Com complemento expresso por **nome**

Significado: Expedir água em abundância, derramar abundantemente.

Ex.: *Seu sorriso chove bondade.*

II - Indica **PROCESSO**

1. Na forma impessoal, com ou sem especificador.¹³

Significado: Cair água da atmosfera.

Ex.: *Já quase não chove.*

2. Com sujeito *paciente* expresso por **nome concreto designativo de líquido ou de objeto de pequeno porte**

¹² No dicionário, as informações encontram-se seqüenciadas. Optamos, no entanto, por apresentá-las em forma de tópicos para facilitar a visualização. Não inserimos todos os exemplos selecionados por Borba, mas apenas alguns, a título ilustrativo.

¹³ Segundo a teoria de Borba, *verbo de processo* é, por definição, aquele cujo A₁ é afetado. No exemplo citado, não há A₁, pois o verbo está na forma impessoal. Assim, parece-nos haver uma falha na grade classificatória.

Significado: Cair do alto em abundância.

Ex.: *Daí choveu cortesia.*

III - Expressão: **chover canivete**

Significado: Acontecer um fato improvável.

Ex.: *A mulher deve negar, nem que chova canivete!*

VERBO RIR:

I - Indica **AÇÃO** - Constrói-se, na forma *pronominal ou não*, com sujeito *agente*.

1. Sem complemento

Significado: Manifestar ou emitir riso.

Ex.: *Muita gente riu em torno dele.*

Obs.: Pode ocorrer com especificador cognato.

Ex.: *Iracema riu um riso quase descarado.*

2. Com complemento de origem da forma **de + nome humano**

Significado: Zombar, escarnecer.

Ex.: *Quem está rindo de mim?*

3. Com complemento de origem da forma **de + nome não-animado**

Significado: Achar graça.

Ex.: *Ângela ri dos casos que Jorge conta.*

4. Com complemento em **discurso direto**

Significado: Gracejar.

Ex.: *Puxa! Para zero já estão bem usados ó riu o homem.*

VERBO INSTAR:

I - Indica **AÇÃO** - Constrói-se com sujeito *agente*.

1. Com dois complementos: um, **destinatário, apagável**, da forma *a/com* + **nome humano** e outro, *oracional*

Significado: Pedir, solicitar com insistência.

Ex.: *O funcionário instava ao chefe que lhe desse folga.*

Damião instava com ele para dar-lhe uma ajuda.

O prisioneiro instava que lhe ouvissem as explicações.

Obs.1: A preposição **a** pode transferir-se ao 2ª complemento

Ex.: (...) *instando-o a zelar pela saúde.*

Obs.2: Pode também construir-se com um complemento da forma **em** + **nome abstrato/oração**

Ex.: *Ele instou em me ceder o leito inferior.*

2. Com complemento da forma **contra** + **nome abstrato**

Significado: questionar.

Ex.: *Ele instou violentamente contra a resposta que lhe deram.*

II - Indica **ESTADO** - Constrói-se com sujeito **inativo**.

Significado: Ser iminente, estar prestes a acontecer.

Ex.: *Instava uma violenta tempestade naquela tarde.*

Pelos exemplos acima, pode-se notar que o autor, após classificar o verbo em um dos quatro tipos (*ação*, *processo*, *ação-processo* ou *estado*), passa a descrever a quantidade e a qualidade (características semânticas e morfológicas. Por exemplo: nome humano, forma oracional, etc.) de seus actantes (sujeito, complemento). Com relação aos complementos, contudo, apenas explicita-se quando este deva vir acompanhado de preposição, sem diferenciar, por meio de uma nomenclatura específica (como acontece com dicionários voltados à descrição puramente sintática), complementos de base nominal (objeto direto, objeto indireto, etc.) e complementos de base adverbial (complemento circunstancial).

Como o tema deste trabalho está delimitado à classificação meramente sintática de determinada subclasse de verbos (nocionais), não aplicaremos à nossa análise os estudos formulados por Busse/Vilela e Borba no que se refere à valência semântica dos verbos, conquanto isso não signifique que consideremos o assunto como de menor importância. Por ora, e devido às limitações impostas pelo tema escolhido para a dissertação, ficaremos apenas com os conceitos relativos à teoria de valências sob a ótica sintática.

1.3 Considerações preliminares

Este trabalho há de tratar de diversos fenômenos lingüísticos, mas é importante que se tenha em mente que o escopo é único: a busca por uma classificação sintática coerente para verbos nocionais de língua portuguesa, a qual possa ser utilizada em dicionários de regência verbal. Assim, tomando como fundamento teórico conceitos ligados à chamada gramática de valências, analisaremos as propostas classificatórias de diversas obras lexicográficas, bem como veremos a opinião de alguns gramáticos a respeito do assunto, procurando identificar, com base no critério exclusivamente sintático, as espécies de verbos existentes no idioma e os rótulos mais adequados às características de cada tipo de verbo.

Ao delimitarmos o tema, optamos por envidar nossos esforços na compreensão de fenômenos relacionados com a (in)transitividade verbal (nocionais), excluindo-se os verbos que se façam acompanhar de *predicativos do sujeito* ou *do objeto* (relacionais).

Essa divisão dos verbos em *nocional X relacional* (predicativo ou de ligação) consta em obras de Bechara (2006c: 209) e Luft (2006: 10), entre outros. Incluímos, aqui, por uma questão de lógica, uma terceira classe ó a dos verbos *mistos*, como os que, sendo transitivos, exigem, para a integralização da estrutura oracional, um predicativo do objeto. Os exemplos abaixo ilustram a explicação:

(11) *Eu comi o bolo.* (verbo nocional)

(12) *Ele está feliz.* (verbo relacional)

(13) *O juiz julgou o réu inocente.* (verbo misto)

É importante frisar, desde já, que, conquanto a gramática de valências se sustente em dois pilares (sintaxe e semântica), nos ateremos ao critério sintático de classificação verbal.

De fato, existem hoje incipientes tentativas de se obter uma classificação semanto-sintática dos verbos, mas as propostas existentes ou não são completas (são restritas a determinados grupos semânticos de verbos) ou efetivamente não classificam o verbo sob os dois aspectos (geralmente privilegiam o critério semântico). Acreditamos que essa situação aconteça por uma das razões a seguir: ou de fato não há

correspondência entre as formas sintáticas e as categorias semânticas¹⁴ (dessa forma, o verbo poderia no máximo receber uma dupla classificação ó sintática e semântica, mas não uma classificação semanto-sintática), ou seria necessário realizar, primeiramente, uma investigação mais profunda sobre os tipos verbais existentes sob a ótica semântica e sob a ótica sintática, e só depois tentar verificar os pontos de contato e as influências de um e outro critério no estatuto dos verbos.

Conforme a teoria sintetizada nas seções anteriores, a valência seria uma propriedade do verbo que envolveria três aspectos: o *quantitativo* (número de casas vazias), o *sintático* e o *semântico*. Na verdade, entendemos que esses três aspectos configuram apenas dois tipos distintos de valência (a semântica e a sintática), sendo o aspecto quantitativo uma mera consequência da estrutura sintático-semântica de um verbo, e não um tipo autônomo. De fato, é porque determinado verbo exige, por exemplo, um *sujeito-agente* e um *objeto-beneficiário*, que dizemos que ele é bivalente, e não o contrário (é bivalente, por isso exigiria tais argumentos).

Partiremos da premissa de que o verbo é o núcleo da frase, e, como na gramática de valências, o chamaremos de *predicado*. Conquanto, nessa perspectiva, o sujeito seja considerado como um complemento do verbo da mesma natureza que os restantes, é bom esclarecer que o foco principal da nossa análise são os complementos à direita do verbo.

Não serão objeto de investigação fenômenos relacionados aos verbos auxiliares, copulativos e funcionais, entre outros.

Sabemos que a transitividade é, de certa forma, variável, e sofre influência de diversos fatores, como o contexto, a pragmática e as inovações lingüísticas. Até mesmo o tempo verbal ou um adjunto adverbial (considerado termo dispensável) podem licenciar ou não determinado uso de um verbo, como nos exemplos abaixo:

- (14) a. *Você bebe? Bebo.*
- b. *(?)Ele beberá.*
- c. *Eu vou beber muito hoje.*

¹⁴ Após analisarem quase exaustivamente o problema, Busse e Vilela (1986: 117), no final do livro, concluem que as estruturas semântico-relacionais (as configurações de casos) e as estruturas sintáticas não se correspondem.

- (15) a. (?)*Eu comi.*
 b. *Eu estou comendo.*
 c. *A criança já comeu.*

Note-se que as frases 14b e 15a não costumam ser empregadas no idioma português sem qualquer recuperação anafórica, nos tempos verbais e com os pronomes sugeridos, sem a presença de um advérbio que forneça uma informação adicional. Isso acontece porque cada verbo, na condição de predicador, determina quais as possibilidades permitidas ou excluídas para seus actantes, e isso de uma forma muito variável, o que dificulta sobremaneira a elaboração de uma classificação que leve em consideração todos esses fatores.

Um dicionário (especialmente de consulta rápida) não pode fornecer todas essas informações sem que isso traga transtornos consideráveis. Deixa-se, assim, para a gramática a análise de tais fenômenos, e trabalha-se, em lexicografia, com a palavra em estado de dicionário (lexema).

Pelo mesmo motivo, também não levaremos em conta, em nossa análise, a forma morfológica do complemento exigido pelo verbo (lexical, oracional, etc.). Assim, não serão alvo de estudos em separado questões como o fato de o complemento aparecer na forma de uma frase infinitiva ou completiva, por exemplo.

Para diferenciar *actantes* e *circunstantes* (*complementos* e *adjuntos*), utilizaremos não só os testes sintáticos tradicionais, como a *interrogação* e a *pronominalização*, mas também, e principalmente, o teste da *reformulação por um verbo coordenado* sugerido por Busse e Vilela (1986: 23-27). Assim, partimos do pressuposto de que é a natureza coordenativa ou subordinativa do grupo sintático, e não o critério morfológico (o fato de ter forma substantiva ou adverbial, por exemplo), o grande divisor de águas entre as duas espécies de grupos de palavras. Nas frases abaixo, por exemplo, vemos que o advérbio ora pode ser actante, ora circunstante (por vezes ligado ao verbo, por vezes ligado a uma palavra pertencente a outra classe gramatical ou mesmo à oração como um todo):

- | | |
|---|--|
| (16) <i>Eu vou <u>ao céu</u>.</i> | (actante) |
| (17) <i>Gosto <u>muito</u> de você.</i> | (circunstante referente ao verbo) |
| (18) <i>Você é <u>muito</u> bonita.</i> | (circunstante referente ao adjetivo) |
| (19) <i><u>Infelizmente</u>, não pude ir.</i> | (circunstante referente a toda a sentença) |

A identificação de cada tipo de actante (complemento) nos levará, em última instância, à identificação dos tipos sintáticos de verbos existentes na língua.

Uma de nossas principais preocupações, no desenvolvimento deste trabalho, será a busca pela compreensão do fenômeno denominado alternância sintática, que tantas incoerências tem gerado nas classificações regenciais existentes. Vejamos o exemplo abaixo:

(20) a. *A Maria preocupa o João.*

b. *O João se preocupa com a Maria.*

As informações semânticas fornecidas nas duas orações são idênticas: existe um *ser que se preocupa* e a *causa da preocupação*. mas essas informações estão distribuídas de uma forma sintática distinta: na primeira oração, o *ser que se preocupa* é o *objeto*, e a *causa da preocupação* é o *sujeito*, enquanto na segunda oração o *ser que se preocupa* é o *sujeito* e também o *objeto* expresso pelo pronome reflexivo, e a *causa da preocupação* é o *complemento circunstancial*.

Por que isso acontece?

Uma hipótese é a de que, na verdade, a valência verbal, considerada como conjunto de informações semânticas exigidas pelo verbo, seria uma propriedade universal e imutável de cada lexema com um significado exclusivo, enquanto a realização sintática seria um fenômeno bastante variável. Em outras palavras, a valência semântica seria fixa, e sua variação implicaria necessariamente mudança no significado do lexema (geraria um lexema distinto), mas as estruturas sintáticas poderiam se diversificar conforme a língua e, mesmo em uma determinada língua, poderiam assumir diversas formas. Vejamos, por exemplo, o que ocorre com o verbo *gostar* nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, respectivamente:

(21) *Eu gosto de você.*

(22) *I like you.*

(23) *A mi me gusta usted.*

Nos três casos, a valência *semântica* é a mesma: bivalência ó o verbo *gostar* exige, para constituir um núcleo frásico coerente e gramatical, um *õgostadorö* e um *õgostadoö* (em um segundo momento, poder-se-ia especificar a natureza semântica

desses actantes: + *ou ó animado*, + *ou ó humano*; *agente*, *paciente*, *beneficiário*, etc.). A forma como esses complementos se realizam é que varia de uma língua para outra: em português, respectivamente *sujeito* e *complemento relativo*¹⁵; em inglês, *sujeito* e *objeto direto*; em espanhol, *sujeito*, *objeto direto* e *objeto pleonástico*.

Um outro aspecto que nos interessará investigar neste trabalho é a questão da passividade. Vejamos os exemplos abaixo:

(24) a. Eu comi o bolo. (sujeito agente)

b. O bolo foi comido. (sujeito paciente)

(25) a. Vendem-se terrenos. (sujeito paciente)¹⁶

b. Vende-se terrenos. (sujeito agente, indefinido)¹⁷

(26) a. Eu quebrei a janela. (sujeito agente)

b. A janela quebrou. (sujeito paciente)

(27) O lobo morreu. (sujeito paciente)

(28) O lobo recebe um tiro. (sujeito paciente)

(29) A faca cortou minha mão. (sujeito instrumental)

Conquanto se possa dizer ser pacífico que nos exemplos 24a e 26a a voz é ativa, enquanto no exemplo 24b a voz é passiva, e que a maioria dos gramáticos tradicionais considera o exemplo 25 como um caso de voz passiva, há sérias divergências entre os lingüistas no que concerne à voz verbal nos demais exemplos. De fato, se na voz ativa o sujeito é agente, e na voz passiva o sujeito é paciente, mas, por outro lado, a voz passiva está adstrita a construções sintáticas que contenham verbo auxiliar ou partícula apassivadora, como explicar que nos exemplos 26b, 27 e 28 o sujeito é paciente,

¹⁵ Segundo classificação de Lima (2006).

¹⁶ No registro formal da língua culta.

¹⁷ Como se usa na fala espontânea. Para Luft (2006: 178), trata-se de voz ativa.

conquanto a estrutura sintática corresponda a uma frase na voz ativa¹⁸? E no caso do exemplo 29, em que o sujeito não é agente nem paciente?

Acreditamos que a estrutura sintática de uma frase não está atrelada à sua estrutura semântica. Sujeito e objeto são funções sintáticas, e qualquer termo que preencha os requisitos sintáticos dessas funções receberá a classificação correspondente. No caso do sujeito, ele é identificado, em língua portuguesa, como o termo que domina a concordância do verbo e se posiciona, geralmente, à direita do predicator, entre outras características ó tenha esse termo o papel semântico de agente ou paciente, ou até mesmo instrumento ou causa. Quanto à voz verbal, seria ela um fenômeno sintático (correspondente a uma determinada estrutura oracional) ou semântico (dependeria unicamente do papel temático do sujeito)?

Essas e outras questões serão mais bem discutidas no último capítulo deste trabalho.

¹⁸ Luft (2006: 177) afirma que nos exemplos 27 e 28 a voz é ativa, ampliando, para isso, o conceito de voz ativa, que ocorreria não só quando o sujeito fosse agente, mas também quando ele fosse o ponto de partida da afirmação (sujeito formal, gramatical). Para Sacconi (1994: 189), não se trata nem de voz ativa, nem passiva, nem reflexiva. Muitos gramáticos tradicionais sequer mencionam o problema.

Capítulo 2

2. A regência verbal nos dicionários de língua portuguesa

Os dicionários de língua portuguesa que utilizam classificações regenciais para os verbos diferem muito entre si, não só quanto à forma de exposição dos verbetes, mas também quanto ao reconhecimento, por cada autor, dos tipos de verbos existentes, e quanto aos critérios e à terminologia adotada para classificá-los.

Neste capítulo, procuraremos descrever as divergências encontradas em alguns dos dicionários mais consagrados do país, a fim de trazer à discussão um problema lingüístico da maior relevância: a classificação sintática dos verbos de língua portuguesa.

Serão analisados aspectos sintáticos e organizacionais das seguintes obras:

- a) *Miniaurélio* (Ferreira, 2004);
- b) *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa* (Sacconi, 1996);
- c) *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso* (Aulete, 2007);
- d) *Dicionário de verbos e regimes* (Fernandes, 1999);
- e) *Dicionário prático de regência verbal* (Luft, 2006);
- f) *Gramática normativa da língua portuguesa* (Lima, 2006).

As três primeiras referências são minidicionários (obras de consulta rápida). Escolhemos o do Ferreira por ser o mais utilizado nas escolas; o do Sacconi, por ser um dos mais fiéis à Nomenclatura Gramatical Brasileira, e o de Aulete, por sua tradição lexicográfica. Os dicionários de regência verbal de Fernandes e Luft são as obras específicas mais conhecidas no país. Lima não é dicionarista, mas sua classificação sintática dos verbos é imprescindível a uma análise mais profunda do tema. Por certo há outros dicionários expressivos e largamente consultados no país, mas a citação de todos eles acabaria por inviabilizar o estudo, além do que, as obras mencionadas são mais do que suficientes para ilustrar os problemas decorrentes da falta de uniformidade nas classificações.

Lembramos mais uma vez que, ao comentar as propostas, não analisaremos os verbos que se fazem acompanhar de qualquer espécie de predicativo (do sujeito ou do objeto), haja vista que o tema da dissertação está delimitado aos verbos nocionais.

2.1 Questões preliminares

Antes de decidir a forma como irá apresentar os verbetes na obra, o dicionarista tem primeiro que identificar, reunir e catalogar as ocorrências do verbo na língua, segundo seu uso.

De posse desses dados, então, tentará classificar essas ocorrências, de modo a reunir, sob uma mesma denominação, verbos de comportamento semelhante, sempre seguindo critérios pré-definidos, sejam eles sintáticos ou semânticos.

Assim, há dicionários que identificam não só os complementos, mas também o tipo de sujeito selecionado pelo verbo (Borba, 1990; Luft, 2006).

Alguns autores descrevem os papéis temáticos dos constituintes selecionados (Borba, 1990), enquanto outros se atêm às funções sintáticas desses termos (Luft, 2006).

Entre os que privilegiam o critério sintático, há os que se limitam a indicar a função sintática dos constituintes (Houaiss, 2003)¹⁹, enquanto outros efetivamente propõem uma classificação para os verbos (Luft, 2006).

Alguns dicionários visam à descrição da regência verbal, apontando as preposições selecionadas pelos verbos (Aulete, 2007), mas outros se contentam em indicar a classificação correspondente (*vi, vtd, vti, etc.*), desse modo fornecendo apenas a informação *≠solicita/não solicita complemento, preposição, etc.∅* (Ferreira, 2004).

Todas as obras analisadas privilegiam o critério sintático e classificam os verbos exclusivamente segundo os complementos que estes porventura selecionem.

Para facilitar o estudo, veremos primeiro como são organizados e depois como são classificados os verbetes em cada obra. Após, faremos uma comparação gramatical e terminológica dos tipos de verbos segundo cada autor, objetivando identificar

¹⁹ Exemplo de disposição de verbetes no Dicionário Houaiss de verbos da língua portuguesa (2003): **•APLICAR OD em OI.** *Aplicou um corretivo no aluno.* Note-se que o autor opta por não adotar uma classificação quanto ao tipo de verbo, conquanto eles sejam subdivididos em grupos paradigmáticos, mas os tipos de complementos são efetivamente classificados (OD, OI, etc.)

divergências e similitudes, e elaborando um estudo mais minucioso sobre os critérios adotados.

2.2 Organização de verbetes em dicionários

Há duas formas de organizar os verbetes em um dicionário, segundo sua variação de significado ou regência:

- a) reúnem-se as situações de uso do verbete com semelhança sintática, descrevendo-se os significados possíveis;
- b) reúnem-se as situações de uso do verbete com semelhança semântica, descrevendo-se as regências possíveis.

Os exemplos abaixo²⁰, relativos à descrição do verbete *quebrar* nos dicionários de Aulete (2007: 829) e Ferreira (2004: 671), ilustram a explicação:

Aulete:

QUEBRAR (verbo)

1. Fazer ficar ou ficar em pedaços; partir(-se); romper(-se); rachar(-se)

Transitivo Direto: *Quebrou os torrões de terra com a enxada.*

Intransitivo / Pronominal: *O pires quebrou(-se) na queda.*

2. Ter fraturado (osso, dente, etc.)

Transitivo Direto: *Quebrar a clavícula.*

3. Estragar(-se), danificar(-se)

Transitivo Direto: *Quem quebrou o meu despertador?*

Intransitivo / Pronominal: *A marcha da minha bicicleta (se) quebrou.*

²⁰ Os exemplos utilizados neste capítulo, extraídos de dicionários e gramáticas, representam muitas vezes recortes dos verbetes, haja vista que a transcrição integral do texto dificultaria a visualização e também o esclarecimento da observação que se deseja ilustrar.

Ferreira:

QUEBRAR

I - Verbo Transitivo Direto

1. Fazer em pedaços, despedaçar.
 2. Fraturar.
 3. Interromper: *Um grito quebrou o silêncio.*
 4. Infringir, transgredir: *Quebrar o protocolo.*
- (...)

II - Intransitivo

9. Romper(-se), partir(se).
 10. Falir
 11. Enguiçar (máquina)
 12. Dobrar-se, curvar-se
- (...)

III - Pronominal

14. Romper-se, partir-se.
15. Quebrar (12)

Enquanto Ferreira separa cada verbo segundo a regência, e é obrigado a repetir o significado quando este pode ser encontrado em outro tópico (comparem-se os significados 9 e 14, bem como o 15, do verbete respectivo), Aulete separa cada verbo segundo os significados possíveis, repetindo a classificação regencial em outro tópico quando necessário (observe-se que nos significados 1, 2 e 3 do verbete respectivo a tipologia *verbo transitivo direto* se repete).

Determinados verbetes com a mesma grafia e pronúncia podem assumir sentidos completamente diversos, muitas vezes (mas nem sempre) por razões etimológicas. Nesse caso, costumam os lexicógrafos considerar que se trata de palavras homônimas, e, por isso, na maioria das vezes, as dispõem em diferentes itens, tratando-as como lexemas distintos e lhes atribuindo diferentes números de acepção. Algumas vezes, a mudança de sentido se faz acompanhar pela mudança de regência, outras não. Observe-se o que ocorre, por exemplo, com os verbetes *tombar* e *pregar*, no *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Cândido Figueiredo (1939: vol. II: 1091, 691-692):

TOMBAR¹

Verbo transitivo: Deitar no chão; fazer cair; derrubar.

Verbo intransitivo: Cair no chão. Cair. Declinar; deslizar.

Verbo pronominal: Cair para o lado; virar-se.

(Do ant. alt. al. *tumon*)

TOMBAR²

Verbo transitivo: Fazer o tombo de, inventariar; arrolar.

(De tombo²: relaciona-se talvez com o latim *tumulus*)

PREGAR

Verbo transitivo: Pôr prego ou pregos em. Fixar com pregos: *pregar uma tábu*a. Unir, cosendo: *pregar folhos*. Aplicar: *pregou-lhe um pontapé*. Introduzir. Abotoar. Causar. Importunar com. O mesmo que preguear.

Verbo intransitivo: Arremessar alguém, arrastá-lo, conduzi-lo: *pregou com êle no chão*.

(Do lat. *plicare*)

PRÈGAR¹

Verbo transitivo: Pronunciar, declamando: *prègou um sermão*. Exaltar, preconizar. Fazer propaganda de. Comemorar. Alardear.

Verbo intransitivo: Discursar. Fazer sermões, evangelizar. *Fig.* Clamar; vociferar; ralhar.

(Do lat. *praedicare*)

PREGAR²

Verbo transitivo: *Ant.* Rogar, pedir com instância.

(Do lat. *precari*)

Como se viu, ambos os verbetes receberam diferentes números de acepção por causa das diferenças etimológicas que lhes conferem significados distintos.

As preposições, de uma maneira geral, apresentam carga semântica variada, sendo que, quando suprimidas ou substituídas umas pelas outras, podem alterar o significado do termo que introduzem e, às vezes, também, do verbo. Em estudo desenvolvido durante sua dissertação de mestrado, Salles (1992: 40) identifica casos em que: (i) a mudança de preposição altera o significado do constituinte, (ii) a mudança de preposição não altera o significado do constituinte, (iii) a presença de uma preposição em contraste com a supressão da mesma altera o significado do constituinte, (iv) o uso da preposição em contraste com a supressão da mesma pode não alterar o significado do constituinte, (v) a preposição é opcional diante de orações e obrigatória diante de SN/SD, (vi) a preposição é obrigatória diante de orações e de SN/SD. O verbo *implicar*, por exemplo, tem seu significado alterado conforme a preposição que introduz o complemento (Lima, 2006: 433):

IMPLICAR

Distinguem-se as seguintes significações:

- 1) Ter implicância com: *Implicar com os empregados.*
- 2) Comprometer-se: *Implicar-se em negociações árduas.*
- 3) Acarretar. *Tal procedimento implica desdouro.*

Mas também existem casos em que a variação de preposições não provoca alterações na semântica do verbo. O exemplo abaixo, também extraído da gramática de Lima (2006: 429), ilustra a constatação:

ESFORÇAR-SE

No sentido próprio de fazer esforço por alguma coisa, é essencialmente pronominal e seguido de complemento começado pelas preposições *em*, *a*, *por* e *para*.

As duas últimas são as mais comuns.

Exemplos:

- õEsforçava-se o papa em pôr termo a tais guerras.õ
- õSe és cristão no nome, esforça-te a sê-lo nas obras.õ
- õDebalde nos esforçávamos por gravar nas almas o verbo da força e do dever.õ
- õOs pés esforçavam-se... para se arrancarem aos cravos que os esfacelavam.õ

Os dicionários que se propõem a descrever a regência dos verbos precisam não só explicitar as preposições selecionadas como também relacioná-las às alterações semânticas que porventura venham a produzir.

Por fim, registramos que alguns verbos, quando ligados a determinadas palavras, podem formar uma expressão que muitas vezes possui semântica própria, de certa forma independente até da semântica individual das palavras que compõem a locução. É o caso de *dar em nada*, por exemplo, com sentido de *fracassar*. Por questão de delimitação do assunto, esse tipo de fenômeno, bem como o da auxiliariedade dos verbos leves²¹, não será discutido nesse trabalho.

Vencida essa etapa de considerações preliminares, façamos uma breve análise comparativa da forma como alguns dicionaristas dispuseram os verbetes em suas obras.

2.2.1 Minidicionários gerais

Os verbetes a seguir foram extraídos dos minidicionários de Sacconi (1996: 140), Aulete (2007: 186) e Ferreira (2004: 212).

Quadro 1: Verbetes “carecer” no dicionário de SACCONI (1996)

Carecer *v.t.i.* **1.** Necessitar, sentir falta. **2.** Não ter; não possuir.

Quadro 2: Verbetes “carecer” no dicionário de FERREIRA (2007)

Carecer *v.t.i.* **1.** Não ter, não possuir: *O caso carece de importância.*
2. Precisar, necessitar: *carecer de dinheiro. T.d.* **3.** Carecer (2).

Quadro 3: Verbetes “carecer” no dicionário de AULETE (2004)

Carecer *v* **1** Necessitar, ter carência de; PRECISAR. [**ti.** + *de*: *O assunto carecia de uma melhor explicação.*] [NOTA: Nesta acp., seguido de verbo no infin., carecer flutua de regência *td/ti.*: *Não carece (de) se explicar.*] **2** Não ter. [**ti.** + *de*: *Ele carece de bom senso.*].

²¹ Verbos leves, segundo Mateus *et alii* (2003: 312), são os que sofreram um processo de esvaziamento lexical, deslocando o centro semântico da frase para a expressão nominal subsequente. Exemplo: *Maria deu uma contribuição decisiva para o debate* (*Maria contribuiu decisivamente para o debate*).

Antes de compararmos a forma de disposição dos verbetes em cada obra, é importante registrar que não é nosso objetivo criticar o fato de determinado(s) autor(es) não ter(em) inserido todas as acepções possíveis, pois essa é uma falha na coleta dos usos/ocorrências, situação que foge à análise proposta neste trabalho. Assim, por ora, só nos interessa verificar o formato escolhido por cada dicionarista para descrever a regência dos verbos portugueses.

Enquanto Ferreira identifica as classificações regenciais possíveis e insere as acepções dentro do tipo sintático correspondente, sendo obrigado, por vezes, a repetir o significado (para isso, o dicionarista remete ao número cuja semântica já foi registrada), Aulete²² segue o caminho oposto: identifica as significações encontradas e insere em cada uma delas as classificações sintáticas possíveis, repetindo a classificação regencial, quando é o caso.

Minidicionários gerais não dão conta de fornecer descrições exaustivas de todas as acepções e regências de um grande número de verbos, até porque são obras de consulta rápida que reúnem palavras de todas as classes gramaticais, e cuja característica principal é a concisão. Mas ser conciso não necessariamente implica a omissão de informações gramaticais relevantes. Observe-se que Aulete, que também escreveu um respeitado dicionário exaustivo de cinco volumes, conseguiu em seu minidicionário indicar até a preposição selecionada pelo verbo segundo cada uso, e, como Ferreira, enriqueceu a obra citando exemplos que justificam a classificação regencial adotada. Sacconi, com menos frequência, também cita exemplos (não é o caso do verbo selecionado), mas existem dicionários que se limitam a fornecer a classificação regencial, e nunca citam exemplos ou mencionam as preposições solicitadas pelos verbos, como, por exemplo, o *Microdicionário Luft* (2000).

²² Logo após o prefácio da obra (Aulete, 2007: ix), na seção *Como usar o dicionário*, consta nota explicativa sobre a forma escolhida para o registro das regências. Transcrevemos:

15) **Regência verbal** Ao contrário do que ocorre na maioria dos dicionários, a regência verbal **não** constitui elemento estrutural do verbete. O verbete de um verbo é estruturado com base nas acepções, assim como os verbetes das outras classes, considerando-se a *semântica* o seu eixo referencial. As regências, nessa óptica, não são marcas de nascença de um verbo, mas uma incidência do uso. Quando todas as acepções seguem uma única regência, ela será indicada junto à classe (*v.t.d.*). Do contrário, as regências são indicadas na acepção. Se houver variação de regência **dentro** de uma mesma acepção, essa variação também é indicada dentro da acepção (em ambos os casos, geralmente seguida de exemplos esclarecedores).

15.1) Preposição No caso de regências indiretas (transitivo indireto [*tí.*] e transitivo direto e indireto [*tđi.*]), são indicadas as preposições mais frequentes naquele uso [*tí. + em, por...*]

2.2.2 Dicionários especializados em regência verbal

Vejamos agora como foram dispostos os verbetes nos dicionários especializados em regência verbal de Luft (2006: 485) e Fernandes (1999: 551), bem como na Gramática Normativa de Lima (2006: 445-446).

Quadro 4: Verbetes ÷socorrerø no dicionário de LUFT (2006)

SOCORRER 1. TD: socorrê-lo (OBS.). Prestar socorro ou auxílio a; auxiliar, ajudar: *Socorrer os flagelados.* // Defender, proteger: *Socorrer mulheres, crianças.* // Prover de remédio (doentes). // Dar esmola a (alguém). ó **OBS. TI** *socorrer a...*, *socorrer-lhe* foi a regência originária, òregência hoje desusadaö (Fernandes). òA sintaxe oscilou nos clássicos, mas modernamente fixou-se na transitividade diretaö (Nascentes, 1960: 191). Exemplos em Camões: ò*Este, que socorrer-lhe não queria*ö e ò... *a socorrê-la vinha diligente*ö. òNa linguagem moderna é transitivo diretoö (Rocha Lima: 414). O *socorrer-lhe* do português do Brasil tem o *lhe* objeto direto (=o) da sintaxe vulgar, coloquial: ò... *na esperança de que Waldomiro Lins (...) lhe socorresse no embarço*ö (Jorge Amado: Barbadinho). // **2. TDpl:** socorrer-se a, de... Pedir ou buscar socorro, auxílio; recorrer: ò*Socorro-me de todos os amigos. Socorro-me a todos eles*ö (Jucá). // *Socorrer-se de...* Lançar mão; valer-se: *Socorrer-se de expedientes escusos.*

Quadro 5: Verbetes ÷socorrerø no dicionário de FERNANDES (1999)

Socorrer Transitivo ó Defender; proteger; auxiliar, ajudar: òUm dos seus homens de armas voou a *SOCORRÊ-lo*ö (Herculano) òE coã famosa gente à guerra usada, vai *SOCORRER* o filhoö (Camões) // *Relativo* (Regência hoje desusada) ó Prestar socorro, auxílio: Este, que *SOCORRER-lhe* não queriaö (Idem) òVi que não lhe podia *SOCORRER*ö (Góis) // *Pronominal* ó Procurar auxílio; pedir socorro; valer-se: ò*SOCORREU-se* a filosofia do cinismoö (Camilo) ò*SOCORRESTES-vos* ao Senhor no dia da vossa aflição, e o Senhor vos abriu o porto bonançoso onde podeis rir-vos das procelas da vidaö (Herculano) ò*Socorri-me* do mais noticioso códiceö (Camilo) ò*Socorreu-se* de um stratagem profanoö (J. Ribeiro)

Quadro 6: Verbetes ÷socorrerø na gramática de LIMA (2006)

SOCORRER

1) Na linguagem hodierna é transitivo direto.
òVi o nome de Paula inscrito na lista das damas que *socorreram os aflitos*ö
òEstava muito pobre e já tinha poucos amigos que *o socorressem*ö
òUm dos seus homens-de-armas voou a *socorrê-lo*ö

2) Com a acepção de *valer-se*, apresenta, como este, pronome inseparável e rege complemento introduzido por *a* ou *de*:
ò*Socorreste-vos ao Senhor*, no dia da vossa aflição...ö
òO atribulado velho *socorreu-se de alguns cavalheiros* mais distintos da terraö

Tanto Luft quanto Fernandes subdividem os verbos conforme sua classificação sintática, discorrendo em cada item sobre os significados correspondentes. Lima, que não escreveu um dicionário, mas um capítulo da gramática com a descrição da regência

de alguns verbos em sua gramática, não parece manter um mesmo critério de organização para os verbetes.

As três obras ilustram ou mesmo explicam a regência dos verbos por meio de exemplos extraídos dos clássicos, e procuram registrar as informações sintáticas que consideram relevantes, com o objetivo de tornar a descrição o mais completa possível.

Ao contrário dos outros dois autores, Fernandes não tem a preocupação de explicitamente apontar as preposições selecionadas pelo verbo, apesar de que na maioria das vezes essa informação pode ser extraída da leitura dos exemplos selecionados.

2.3 Classificação dos verbos nos dicionários selecionados

A *Nomenclatura Gramatical Brasileira* foi um documento produzido em 1958 por notáveis gramáticos da época (entre eles, Antenor Nascentes, Rocha Lima e Celso Cunha), com o objetivo de unificar e fixar, para uso escolar, a nomenclatura relativa aos conteúdos gramaticais de língua portuguesa, e representou um grande avanço no ensino do Português no Brasil, já que, antes de sua adoção, havia uma enorme variação de terminologias, pois cada gramático de renome fazia questão de usar denominações próprias para as funções sintáticas, para as orações subordinadas, para as classes gramaticais, o que tornava quase impossível a homogeneidade no ensino gramatical.

Assim, desde a publicação da *Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959*, que recomendou a adoção da NGB no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado nos estabelecimentos de ensino, o esquema oficial de análise sintática da oração é o seguinte:

1. Termos essenciais da oração:

sujeito

predicado

a) Sujeito

- ✓ simples
- ✓ composto
- ✓ indeterminado
- ✓ oração sem sujeito

b) Predicado

- nominal
- verbal
- verbo-nominal

c) Predicativo

- do sujeito
- do objeto

d) Predicação verbal

- verbo de ligação
- verbo intransitivo
- verbo transitivo
 - ✓ direto
 - ✓ indireto

2. Termos integrantes da oração:

- complemento nominal
- complemento verbal:
 - objeto
 - ✓ direto
 - ✓ indireto
 - agente da passiva

3. Termos acessórios da oração:

- adjunto adnominal
- adjunto adverbial
- aposto

4. Vocativo

Como se pode ver, para a NGB, existem em língua portuguesa apenas um tipo de complemento verbal (o objeto, que pode ser direto ou indireto) e três tipos de verbo (de ligação, intransitivo e transitivo, este último subdividido em direto e indireto).

Ocorre que a NGB foi concebida com base nos conhecimentos de 1958, por gramáticos de formação tradicional, e desde então tem sido contestada por vários autores, tanto por causa da defasagem em relação aos avanços dos estudos lingüísticos, como por causa das incoerências que apresenta, dentre elas o não-reconhecimento da existência, além dos objetos direto e indireto, de outros tipos de complementos verbais,

como os de base adverbial. Além disso, parece-nos, e esta também é a opinião de Luft (2006: 12), que a classificação tripartite dos verbos mascara na verdade uma dicotomia: de ligação (verbos relacionais) x (in)transitivo (verbos nocionais).

Importa observar também a falha de classificação do *complemento nominal* e do *adjunto adnominal* como funções normais do sintagma (ao lado do *objeto direto*, do *indireto*, do *adjunto adverbial* ou do *predicativo*), quando sabemos que eles são *elementos internos aos sintagmas*, que não aparecem quando dividimos uma frase qualquer em suas partes constituintes, mas somente quando dividimos *as próprias partes constituintes* da frase. Em outras palavras, o complemento nominal e o adjunto nominal não são partes da oração, mas *partes das partes* da oração (vamos encontrá-los dentro de um sujeito, ou de um objeto direto, ou de um adjunto adverbial). Colocá-los no mesmo plano lógico das demais funções é misturar os níveis de análise, e equivale a dizermos que na América do Sul temos Argentina, Paraguai, Brasil, Minas Gerais, Curitiba e Equador (todos são lugares, porém dispostos em níveis distintos, hierarquicamente estratificados: país, estado, cidade).

A NGB influenciou as classificações encontradas em vários dicionários brasileiros, mas não impediu que alguns deles apresentassem inovações a fim de corrigir as limitações da nomenclatura oficial. Essas inovações surgem às vezes timidamente, na forma de comentários ou observações, como no dicionário de Luft (2006), mas outras vezes resultam em verdadeiras propostas paralelas de classificação, como no Minidicionário Aurélio (2004).

Vejamos então a grade de tipos verbais sugerida por cada um dos autores mencionados na seção 2.2.1 e 2.2.2, ressaltando que o dicionário de Francisco Fernandes, conquanto tenha sido reeditado 43 vezes até o ano 1999, foi originalmente escrito em 1939, bem antes, portanto, da confecção da Nomenclatura Gramatical Brasileira. O dicionário Caldas Aulete ó edição de bolso, confeccionado em 2007, guarda íntima relação com o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete* (1964), cuja primeira edição data de 1958. Porém, as classificações sugeridas na obra mais recente são mais completas e atuais do que as encontradas no compêndio original.

2.3.1 Minidicionários gerais²³

Veremos a seguir a grade regencial adotada pelos dicionaristas mencionados anteriormente e também por Lima (2006)²⁴.

Quadro 7: Grade de classificação verbal no dicionário de SACCONI (1996)

	CLASSIFICAÇÃO	ABREV.	EXEMPLO
1	V. INTRANSITIVO	v.i.	<i>Ela chorou. Fui ao estádio. O saco pesa 10 quilos.</i>
2	V. TRANSITIVO DIRETO	v.t.d.	<i>Eu quero um doce. Ele mandou a carta para Lisboa. O trem os transportava daqui para lá. Ela se cortou.</i>
3	V. TRANSITIVO INDIRETO	v.t.i.	<i>Eu gosto de doce. O filho obedece ao pai.</i>
4	V. TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	v.t.d.i.	<i>Eu dei um doce a ela. Ele obrigou o aluno a sair da sala.</i>
5	V. PRONOMINAL	v.p.	<i>Eu me arrependi do que fiz.</i>
6	V. DE LIGAÇÃO	v. de lig.	<i>Juçara é bonita.</i>
7	V. AUXILIAR	v.aux.	<i>Pode haver sobreviventes.</i>

Dos sete tipos mencionados por Sacconi, apenas os cinco primeiros se referem a verbos nocionais, de modo que, em virtude da delimitação do tema, não teceremos comentários sobre os denominados *verbo de ligação* e *verbo auxiliar*.

Em linhas gerais, e com relação aos verbos nocionais, pode-se dizer que o autor procura seguir a NGB, apesar de acrescentar os tipos *transitivo* (ao mesmo tempo) *direto e indireto* e *pronominal*. Em nota constante do tópico *Subsídios gramaticais ó classificação dos verbos*, observa, porém, que há verbos intransitivos que não se constroem sem um adjunto adverbial de lugar (1996: 25-26), mas ainda assim emprega a incoerente terminologia tradicional, que mantém sob o rótulo de *intransitivo* verbos que exigem um termo para completar a estrutura oracional:

²³ Ao contrário do que acontece nos dicionários especializados em regência verbal de Luft (2006) e Fernandes (1999), que nos capítulos introdutórios descrevem a grade regencial adotada, nos minidicionários gerais as estruturas verbais não estão explícitas, motivo pelo qual, nestes, deduzimos as classificações sugeridas por cada autor a partir da lista de abreviaturas constante das obras.

²⁴ Nem todos os exemplos constantes das tabelas foram extraídos dos dicionários, mas a classificação dos verbos neles utilizados corresponde à indicada pelo autor.

Há certos verbos intransitivos que exigem não complemento, mas adjunto adverbial de lugar. São os que sempre pedem onde (ou aonde). Ex.:

Ela **está**. Ela *está onde?*

Ela **foi**. Ela *foi aonde?*

Note: tanto o verbo *estar* quanto o verbo *ir* não se usam, praticamente, sem um adjunto adverbial de lugar:

Ela *está em casa*. (Apenas *Ela está* raramente se usa.)

Ela *foi à praia*. (Apenas *Ela foi* raramente se usa.)

O gramático também esclarece que não classifica como *pronominais* verbos como *cortar*, quando usados com pronome reflexivo, pois na verdade esse tipo de pronome seria o objeto direto de um verbo transitivo (1996: 26):

Verbos como *matar*, *enforcar* e *cortar* jamais podem ser classificados como pronominais, quando o sujeito exerce ação verbal. São, na verdade, transitivos diretos. Por isso, na frase *Ela se matou*, o verbo é transitivo direto, com objeto direto claro: *se*. Dicionaristas desavisados classificam tais verbos como pronominais, o que é imperdoável.

Quadro 8: Grade de classificação verbal no dicionário de AULETE (2007)

	CLASSIFICAÇÃO	ABREV.	EXEMPLO
1	V. INTRANSITIVO	int.	<i>O neném dorme tranqüilo.</i> <i>Nunca fui ao Nordeste.</i> <i>A criança pesa 25 quilos.</i>
2	V. TRANSITIVO DIRETO	td.	<i>Ele apanhou o pudim.</i>
3	V. TRANSITIVO INDIRETO	ti. + <i>de</i> ti. + <i>a</i>	<i>Ninguém gosta da nova secretária.</i> <i>Obedeça ao regulamento.</i>
4	V. TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	tdi. + <i>a, de...a</i> tdi. + <i>a, para</i> tdi. + <i>a</i>	<i>O trem transportava pessoas daqui para lá.</i> <i>Mandou o filho para a casa dos amigos.</i> <i>A censura obrigou-o a cortar a cena.</i>
5	V. DE LIGAÇÃO	lig.	<i>O pai dele é marceneiro.</i>
6	V. PRONOMINAL	pr.	<i>Cuidado para não se cortar.</i> <i>Ele ia pedir demissão, mas arrependeu-se.</i>

A classificação dos verbos nocionais proposta por Sacconi é terminologicamente idêntica à classificação sugerida por Aulete, mas, na prática, os dois autores divergem quanto à rotulação de determinados verbos. Enquanto este dicionarista considera que certos locativos podem funcionar como objeto indireto (veja o exemplo do verbo *transportar* e *mandar*)²⁵, aquele considera que todo locativo se comporta como adjunto adverbial de lugar, mesmo quando obrigatório na estrutura frasal (ex.: *Fui ao estádio*).

²⁵ Incoerentemente, porém, Aulete classifica o verbo *ir* (Ex.: *Nunca fui ao Nordeste*) como intransitivo.

Além disso, para Aulete, verbos como *matar* e *cortar* são pronominais, quando empregados reflexivamente. Como visto anteriormente, Sacconi condena postura.

Quadro 9: Grade de classificação verbal no dicionário de FERREIRA (2004)

	CLASSIFICAÇÃO	ABREV.	EXEMPLO
1	V. INTRANSITIVO	v.int.	<i>O neném dorme tranqüilo. O saco pesa 10 quilos.</i>
2	V. TRANSITIVO DIRETO	v.t.d.	<i>Eu investiguei a quadrilha.</i>
3	V. TRANSITIVO INDIRETO	v.t.i.	<i>Eu investi em ações. Ele obedece aos pais.</i>
4	V. TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	v.t.d.i.	<i>Deu pão ao pedinte. Obrigou-o a correr.</i>
5	V. PREDICATIVO	v.pred.	<i>Este homem é inocente.</i>
6	V. PRONOMINAL	v.p.	<i>Ele se cortou. Eu me arrependi do que fiz.</i>
7	V. BITRANSITIVO CIRCUNSTANCIAL	v.bit.c	<i>Do Rio a São Paulo vão 402 quilômetros. Este varal vai da varanda até o portão.²⁶</i>
8	V. BITRANSITIVO INDIRETO	v.bit.i.	<i>Seus pensamentos iam da mais funda tristeza a uma alegria esfuziante.²⁷</i>
9	V. TRANSITIVO CIRCUNSTANCIAL	v.t.c.	<i>Vou para Brasília.</i>
10	V. TRANSITIVO DIRETO E CIRCUNSTANCIAL	v.t.d.c.	<i>O governo enviou-o a Londres. O trem transportava-os daqui para lá.</i>
11	V. TRANSUBJETIVO	v.transobj.	<i>Ele torna fácil o difícil.</i>

No *Resumo Gramatical do Dicionário* (2004: 18), Ferreira faz as seguintes observações:

- a) Os complementos do verbo são o *objeto direto* e o *objeto indireto*. No primeiro caso, o verbo não pede preposição, mas no segundo caso ela é necessária: *Comprei flores; Não gostamos de chocolate.*
- b) Há verbos que não pedem complemento. São intransitivos: *Ontem saímos; O bebê nasceu; Ventou toda a noite.*

A grade de verbos de Ferreira contém vários rótulos que não são utilizados por outros dicionaristas, rótulos estes que carecem de uma melhor explicação para que o usuário da obra compreenda o raciocínio do autor, o qual, a despeito disso, é o mais conhecido dicionarista do país. Isso pode significar que muitos dos que manuseiam as páginas do seu dicionário provavelmente não compreendem as classificações propostas para os verbos, o que corroboraria a hipótese de que esses usuários buscam apenas informações semânticas, e não se atêm às informações sintáticas que poderiam fazê-los compreender melhor o funcionamento da língua.

²⁶ Exemplos extraídos do *Dicionário Novo Aurélio Século XXI* (1999).

²⁷ Idem.

Diante da carência de maiores explicações sobre a classificação sugerida, fomos buscar subsídios no *Dicionário Novo Aurélio Século XXI* (1999), encontrando apenas, em notas de rodapé, quando da exposição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, as seguintes observações:

1. Nesta obra usou-se *verbo predicativo*.
2. Também se usou, neste dicionário, a classificação *transitivo direto e indireto* (correspondente ao já tradicional *transitivo-relativo*). Por não considerarmos intransitivos os verbos *ir*, *vir* e outros assim, usamos para eles, por sugestão do professor Rocha Lima, querido Amigo, a denominação de *transitivo circunstancial*.

Apesar de afirmar, no minidicionário (2004: 18), que só existem dois tipos de complementos verbais, definidos conforme peçam ou não preposição, a adoção da terminologia *transitivo circunstancial* pressupõe que Ferreira admite a existência de um terceiro tipo de complemento verbal.

Talvez a expressão *bitransitivo* não seja apropriada, porque, a rigor, não se pode dizer que um verbo é duas ou mais vezes transitivo, mas a tentativa de classificar levando-se em conta que há verbos que se constroem com dois complementos de igual natureza sintática é válida. Observamos, porém, que, no exemplo sugerido para o verbo *bitransitivo indireto* (*Seus pensamentos iam da mais funda tristeza a uma alegria esfuziante*), os termos sublinhados não são objetos indiretos, mas sim dois circunstantes do tipo modal, motivo pelo qual o verbo deveria receber a classificação de *bitransitivo circunstancial*, como sugerido para o verbo *ir* nos exemplos anteriores (*Do Rio a São Paulo vão 402 quilômetro, e Este varal vai da varanda até o portão*)²⁸.

Quadro 10: Comparativo das classificações sintáticas nos minidicionários²⁹

	AULETE		FERREIRA		SACCONI
1	V. INTRANSITIVO	1	V. INTRANSITIVO	1	V. INTRANSITIVO
2	V. TRANSITIVO DIRETO	2	V. TRANSITIVO DIRETO	2	V. TRANSIT. DIRETO
3	V. TRANSITIVO INDIRETO	3	V. TRANSITIVO INDIRETO	3	V. TRANSITIVO INDIRETO
4	V. TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	4	V. TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	4	V. TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO
5	V. DE LIGAÇÃO	5	V. PREDICATIVO	5	V. DE LIGAÇÃO
6	V. PRONOMINAL	6	V. PRONOMINAL	6	V. PRONOMINAL
		7	V. BITRANSITIVO CIRCUNSTANCIAL	7	V. AUXILIAR

²⁸ Como vimos no primeiro capítulo, na seção 1.1.1.3, o termo *circunstante* não se refere apenas a *locativos*, mas também a *modais*, *temporais*, *causais*, etc.

²⁹ Os termos utilizados na grade classificatória de cada autor foram colocados lado a lado na tabela, mas não necessariamente se equivalem.

8	V. BITRANSITIVO INDIRETO
9	V. TRANSITIVO CIRCUNSTANCIAL
10	V. TRANSITIVO DIRETO CIRCUNSTANCIAL
11	V. TRANSUBJETIVO

Em síntese, podemos observar que os três dicionários adotam uma nomenclatura em parte derivada da NGB, com o acréscimo dos tipos *transitivo* (ao mesmo tempo) *direto e indireto* e *pronominal*. Ferreira vai mais além e admite a existência de outras espécies de verbo, dando-lhes nomes pouco convencionais, como *bitransitivo indireto*, *bitransitivo circunstancial*, etc.

Na prática, notamos que alguns verbos recebem rótulos classificatórios diferentes de um autor para o outro, mormente por causa da confusão que se faz com a inclusão do tipo *pronominal*, que na maioria das vezes se refere a verbos transitivos usados reflexivamente. Dos três autores, Ferreira é o único que formalmente reconhece a existência de complementos de base adverbial, apesar de que Aulete, ao classificar o verbo *transportar* como *transitivo direto e indireto*, percebe que locativos podem ser complementos, mas os iguala aos *objetos indiretos*.

2.3.2 Dicionários especializados

Nesta seção veremos a grade regencial dos dicionários especializados em regência verbal de Luft (2006) e Fernandes (1999), bem como a classificação sintática sugerida por Lima (2006).

Quadro 11: Grade de classificação verbal no dicionário de LUFT (2006)

	CLASSIFICAÇÃO	ABREV.	EXEMPLO
1	V. PESSOAL INTRANSITIVO	Int	<i>A criança dorme.</i>
2	V. PESSOAL TRANSITIVO DIRETO	TD	<i>A menina apanhou a boneca. Cuidou para não se cortar. (TDp)</i>

3	V. PESSOAL TRANSITIVO INDIRETO	TI	<i>Ele foi à festa.³⁰ Ele obedece aos pais. Eu gosto de você.</i>
4	V. PESSOAL TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	TDI	<i>Ele transportou as malas da casa para o carro. Ele os obrigou a estudar.</i>
5	V. PESSOAL PREDICATIVO	Pred	<i>A vida é bela.</i>
6	V. PESSOAL INTRANSITIVO PREDICATIVO	Int Pred	<i>A criança acordou com febre.</i>
7	V. PESSOAL TRANSITIVO DIRETO PREDICATIVO	TD Pred	<i>Eles o consideram um gênio.</i>
8	V. PESSOAL TRANSITIVO INDIRETO PREDICATIVO	TI Pred	<i>O policial chamou o cidadão de subversivo.</i>
9	V. IMPESSOAL INTRANSITIVO	Imp Int	<i>Choveu.</i>
10	V. IMPESSOAL TRANSITIVO DIRETO	Imp TD	<i>Houve complicações no parto.</i>
11	V. IMPESSOAL TRANSITIVO INDIRETO	Imp TI	<i>Passava das oito horas.</i>
12	V. IMPESSOAL PREDICATIVO	Imp Pred	<i>É primavera.</i>

No capítulo introdutório de seu *Dicionário prático de regência verbal*, Luft (2006: 5-17) se preocupou em expor preliminarmente os pressupostos teóricos que serviram de base para a organização da obra, dentre os quais os sintetizados a seguir.

O autor relembra, por meio de exemplo, a diferença entre regência verbal em sentido estrito e em sentido amplo. Assim, na frase *o motorista consertou o carro na garagem*, o verbo *consertou* rege, em sentido amplo, o sujeito, o complemento e o adjunto adverbial; em sentido estrito, rege apenas o complemento.

Em seguida, observa o dicionarista que a língua prevê moldes sintáticos segundo os quais se constrói toda e qualquer frase efetiva. Esses moldes, ou padrões, são constituídos de quatro posições básicas correspondentes às funções primárias da oração:

1. Sujeito (S)
2. Verbo (P)
3. Complementos Verbais (C) ou Predicativo (Pvo)
4. Adjuntos Adverbiais (A)

Os complementos verbais podem ser de dois tipos:

³⁰ Nenhum dos outros dicionaristas analisados classificou o verbo *ir*, na acepção deste exemplo, como *transitivo indireto*, a não ser Luft. A título de curiosidade, informamos que também o *Dicionário Melhoramentos da língua portuguesa* (1994: 582), apesar de sua orientação claramente tradicional, utiliza essa classificação, e exemplifica: *Foi à cidade*.

1. Objeto Direto (OD)
2. Objeto indireto (OI)³¹

Os complementos diferenciam-se dos adjuntos por serem aqueles absolutamente necessários à estruturação da oração, enquanto estes são supérfluos do ponto de vista sintático-semântico. Assim, não é o fato de exprimir circunstância ou de ser substituível por advérbio que faz com que um termo possa ser caracterizado como adjunto. Há termos que possuem tais características, porém comportam-se como complementos quando o verbo os prevê em sua significação e os traz implícitos nos seus traços semânticos (veja-se o exemplo sugerido na tabela para o *verbo transitivo direto e indireto: Ele transportou as malas da portaria para o carro*, em que o termo sublinhado constitui um locativo).

Segundo Luft, os verbos podem ser de dois tipos:

- a) *Nocional* ou *comum* ou *de significação plena* (ações, processos, fenômenos, etc.);
- b) *Relacional* ou *de ligação* ou *de significação gramatical* ou *predicativos* (*ser*, *estar* e semelhantes).

Nos padrões constituídos por verbos nocionais, o núcleo é o próprio *verbo*, enquanto nos padrões constituídos por verbos predicativos, o núcleo é um *nome* (substantivo, adjetivo, advérbio).

Cada um desses tipos de padrões (verbais e nominais) é subdividido, segundo o critério da presença ou ausência de sujeito, respectivamente, em dois outros grupos de verbos: *pessoais* e *impessoais*.

O dicionarista parece considerar equiparados a *objeto indireto* os termos circunstanciais exigidos pelo verbo, em oposição aos dispensáveis adjuntos adverbiais, mas não propõe uma nomenclatura específica para esse tipo de complemento, como faz Lima, que os chama de *complementos circunstanciais*. Assim, o verbo que exige complemento preposicionado, seja ele circunstancial ou não, é denominado transitivo indireto.

³¹ Ao classificar o verbo *ir* como *transitivo indireto* (ver exemplo da tabela), Luft parece considerar os *locativos* como *objetos indiretos*.

Para Luft, os verbos que os outros autores denominam *pronominais* são, na verdade, *transitivos diretos* ou *indiretos*, motivo pelo qual o autor resolveu fornecer esse tipo de informação de forma subsidiária (em letra minúscula, como uma subclassificação), e não ao lado da dicotomia *predicativo* x *(in)transitivo*. O verbo *falar*, por exemplo, é classificado como TIp.: *Aquelas pessoas não se falam*.

Quando um verbo pode ser construído com ou sem determinado complemento, o dicionário registra essa opcionalidade na classificação por meio de parênteses. O verbo *eliminar*, por exemplo, é classificado como TD(I): *Eliminar (do organismo) substâncias tóxicas*.

Conquanto não conste da lista de padrões verbais o termo *transitivo adverbial*, é este o nome usado por Luft para classificar verbos como *pesar* (**Tadv**: *pesar* + Comp. Adv. de Quantidade): *O bolo pesa cem gramas*. O dicionarista, no entanto, não utiliza essa classificação para os complementos do tipo *locativo*, mas os equipara a *objetos indiretos*.

Quadro 12: Grade de classificação verbal no dicionário de FERNANDES (2006)

	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLO
1	V. INTRANSITIVO	<i>A águia dorme nas rochas.</i>
2	V. RELATIVO	<i>Gosto muito de melão. A luz vai emergindo destas trevas. Batia na mulher, batia no Alfredo. Caminhei por montes e vales.</i>
3	V. BIRRELATIVO	<i>Instou-lhe muito para que se levantasse.</i>
4	V. TRANSITIVO	<i>Sem ingratidões não haveria finezas.</i>
5	V. TRANSITIVO-RELATIVO	<i>Acusou o réu de roubo.</i>
6	V. PREDICATIVO	<i>O negócio vai bem.</i>
7	V. TRANSITIVO-PREDICATIVO	<i>Julgo você inteligente.</i>
8	V. PRONOMINAL	<i>Ela se lavou hoje.</i>

Em seu *Dicionário de verbos e regimes*, no capítulo que antecede a exposição dos verbetes, denominado *Classificação dos verbos*, Fernandes (1999: 25-27) explica por que adotou a classificação transcrita na tabela, tecendo comentários interessantes, como o que trata da noção de transitividade:

NOTA II ó A teoria corrente, de que o verbo transitivo é aquele que exige complemento para formar sentido, não satisfaz, porquanto verbos há de predicação completa, que, por isso que aparecem seguidos de um *objeto direto*, passam para a categoria dos *transitivos*. Ex.: õAs raparigas da classe piscatória dançavam A CIRANDA e A CANA-VERDE.ö (...)

Por outro lado, não é menos comum encontrarem-se verbos de predicação incompleta, os quais, porque aparecem na frase desacompanhados do respectivo *objeto*, são considerados *intransitivos*. Ex.: *Esta faca não corta* (...)

Não há, pois, rigorosamente falando, diferença apreciável entre essas duas classes de verbos. A idéia que queremos exprimir é que torna o verbo transitivo ou intransitivo. (C. Lago, *ob. cit.*)

O dicionarista percebe também que os circunstanciais não se comportam de modo uniforme em todas as orações, uma vez que, ora são dispensáveis, ora são necessários à integralização do significado básico da oração. Assim, propõe uma subdivisão na nomenclatura, chamando de *adjuntos adverbiais* os prescindíveis, e inserindo na classificação *objeto indireto* ou *complementos terminativos* os exigidos pela semântica do verbo. Os verbos que se constroem com qualquer complemento preposicionado (denominado, como se disse, *objeto indireto* ou *complemento terminativo*), seja este complemento de base adverbial ou nominal, são denominados *relativos* (ver exemplos da tabela).

Fernandes nota, ainda, a existência de verbos que exigem dois complementos preposicionados, e os chama de *birrelativos* (ver exemplo da tabela).

Quadro 13: Grade de classificação verbal na gramática de LIMA (2006)

	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLO
1	V. INTRANSITIVO	<i>Este argumento não procede.</i>
2	V. TRANSITIVO DIRETO	<i>Talvez procurásseis prevenir uma desgraça.</i>
3	V. TRANSITIVO INDIRETO	<i>Eu devo obedecer ao meu amigo.</i>
4	V. TRANSITIVO RELATIVO	<i>Ontem assisti a um baile.</i>
5	V. TRANSITIVO CIRCUNSTANCIAL	<i>Irei a Roma.</i> <i>A guerra durou cem anos.³²</i>
6	V. BITRANSITIVO	<i>João entregou os recibos ao gerente.</i> <i>Ele obrigou-o a esta decisão.</i>
7	V. TRANSUBJETIVO	<i>O amor torna os homens humanos.</i>
8	V. DE LIGAÇÃO	<i>O livro é excelente.</i>

A classificação regencial adotada por Lima (2006) inova por diferenciar os dois tipos de complementos preposicionados não-circunstanciais existentes, segundo o critério da equivalência ou não com o pronome oblíquo átono: são chamados de *transitivos indiretos* os verbos cujo complemento equivale ao pronome oblíquo átono

³² Para Lima (2006: 253), este é um exemplo de verbo *relativo* que se constrói sem preposição.

lhe e de *transitivos relativos* os verbos cujo complemento não equivale a pronomes oblíquos átonos. Além disso, ao invés de *transitivo direto e indireto*, o gramático usa a terminologia *bitransitivo*³³, e reconhece a existência de *verbos transitivos circunstanciais*, quais sejam, os que selecionam complementos de origem adverbial.

Quadro 14: Comparativo das classificações sintáticas nos dicionários especializados em regência verbal e na gramática de Lima (2006)

	LUFT		FERNANDES		LIMA
1	V. PESSOAL INTRANSITIVO	1	V. INTRANSITIVO	1	V. INTRANSITIVO
2	V. PESSOAL TRANSITIVO DIRETO	2	V. TRANSITIVO	2	V. TRANSITIVO DIRETO
3	V. PESSOAL TRANSITIVO INDIRETO	3	V. RELATIVO	3	V. TRANSITIVO INDIRETO
4	V. PESSOAL TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO	4	V. TRANSITIVO-RELATIVO	4	V. TRANSITIVO RELATIVO
5	V. PESSOAL PREDICATIVO	5	V. PRONOMINAL	5	V. TRANS. CIRCUNSTANCIAL
6	V. PESSOAL INTRANSITIVO PREDICATIVO	6	V. BIRRELATIVO	6	V. BITRANSITIVO
7	V. PESSOAL TRANSITIVO DIRETO PREDICATIVO	7	V. TRANSITIVO-PREDICATIVO	7	V. TRANSOBJETIVO
8	V. PESSOAL TRANSITIVO INDIRETO PREDICATIVO	8	V. PREDICATIVO	8	V. DE LIGAÇÃO
9	V. IMPESSOAL INTRANSITIVO				
10	V. IMPESSOAL TRANSITIVO DIRETO				
11	V. IMPES. TRANSITIVO INDIRETO				
12	V. IMPESSOAL PREDICATIVO				

Note-se que os três autores divergem muito em suas classificações, com a agravante de algumas vezes utilizarem o mesmo termo com significados diferentes: *relativo*, por exemplo, não possui a mesma acepção nas obras de Fernandes e Lima: enquanto para aquele o termo abrange verbos que selecionam todos os tipos de complementos preposicionados, inclusive adverbiais, para este a expressão se refere apenas aos verbos que exigem complementos preposicionados não adverbiais e não substituíveis por pronome oblíquo.

³³ Luft (2006: 11 *apud* Nascentes, 1959: 26) considera inapropriado o termo *bitransitivo*, pois, em rigor, não se poderia dizer que um verbo é duas vezes ou mais vezes transitivo.

2.3.3 Classificações divergentes

Passemos agora à comparação exemplificativa de alguns verbos que foram classificados de forma divergente pelos dicionaristas mencionados³⁴:

Quadro 15: Comparativo de verbos classificados de forma divergente

	IR	GOSTAR	OBEDECER	ESCREVER	TRANSPORTAR	CORTAR (-SE)
SACCONI	VI	VTI	VTI	VTDI	VTD	VTD
C. AULETE	VI	VTI	VTI	VTDI	VTDI	V. PRON.
FERREIRA	V. T. CIRC.	VTI	VTI	VTDI	VTD	V. PRON.
LUFT	VTI	VTI	VTI	VTDI	VTDI	VTDp
FERNANDES	V. REL.	V. REL.	V. REL.	V. T.REL.	VT	V. PRON.
LIMA	V. T. CIRC.	V. T. REL.	VTI	V. BITRANS.	-	-

A classificação apontada no quadro acima corresponde aos verbos quando empregados nas acepções a seguir exemplificadas:

VERBO IR: Joana foi ao baile.

VERBO GOSTAR: Eu gosto de peixe.

VERBO OBEDECER: Eu obedeco aos superiores.

VERBO ESCREVER: Ele escreveu uma carta ao amigo.

VERBO TRANSPORTAR: Ele transportou os móveis de uma casa para a outra.

VERBO CORTAR(-SE): Ele se cortou.

Note-se que o verbo *ir* foi classificado por Sacconi e Aulete como intransitivo, enquanto os demais autores não ignoraram o fato de que o locativo solicitado pelo verbo é um tipo de complemento necessário.

Somente Lima e Fernandes sugerem uma classificação específica para os verbos que selecionam complementos de base adverbial (transitivos *circunstanciais*), mas o primeiro vai mais longe e diferencia também os três tipos de verbo que exigem complementos preposicionados, conforme sejam de base nominal ou adverbial, e

³⁴ Os verbos foram escolhidos aleatoriamente, com o fito de ilustrar as divergências de classificação entre os autores, e não guardam relação semântica ou sintática entre si.

possam ou não ser substituídos por pronomes oblíquos (comparar os verbos *ir*, *gostar* e *obedecer*).

Apesar da diferença de nomenclatura, todos os autores reconhecem que o verbo *escrever* exige dois tipos distintos de complementos, um preposicionado e outro não. Aulete e Luft utilizam o mesmo rótulo para classificar o verbo *transportar* (VTDI), e equiparam o complemento preposicionado selecionado por este verbo a um objeto indireto, apesar de que se trata de um locativo. Os outros autores simplesmente desconsideram o fato de que o verbo *transportar* solicita esse tipo de complemento.

Quanto ao verbo *cortar(-se)*, note-se que Sacconi não o reconhece como pronominal, e Luft menciona esse fato apenas a título de subclassificação.

Essa divergência de nomenclaturas, notações e principalmente de critérios para classificar os verbos portugueses tem sido um transtorno para os usuários de dicionários, que muitas vezes se vêm perdidos e outras vezes até desistem de entender o funcionamento dessa área tão essencial da língua portuguesa.

A presente dissertação tem o objetivo de trazer à tona a polêmica sobre o assunto, a fim de fomentar estudos que possam corrigir ou ao menos amenizar as falhas hoje encontradas nas classificações dos dicionários. No próximo capítulo, desenvolveremos um raciocínio sobre os critérios que devam ser seguidos para a elaboração de uma classificação coerente, de modo a identificar os diversos tipos de complementos existentes em língua portuguesa, e, se possível, verificar a forma como esses complementos se organizam em torno do verbo, em arranjos que refletem a estrutura das orações da língua portuguesa.

3. Tipos sintáticos de complementos verbais e classificação regencial dos verbos nocionais da língua portuguesa

Como vimos no primeiro capítulo, segundo a teoria de valências, o verbo assume na estrutura oracional a função central de predicado, e, desse modo, é o regente do núcleo frásico, o que significa dizer que é ele quem determina as propriedades sintáticas dos complementos que o cercam.

Com base nessa premissa, desenvolveremos, neste capítulo, um raciocínio sobre os critérios que devam ser adotados para o agrupamento dos complementos verbais em tipos sintaticamente semelhantes, com vistas a fundamentar uma classificação, também sintática, dos verbos nocionais de língua portuguesa.

3.1 Funções categoriais

Em artigo intitulado *Sobre las categorias verbales (õPartes de la oracionõ)*, Coseriu (1972) chama a atenção para uma confusão que normalmente se faz entre objetos e conceitos, esclarecendo que somente os conceitos podem ser definidos, e não os objetos correspondentes a determinada categoria (substantivo, adjetivo, etc.). Desse modo, *um substantivo* (este substantivo) é um objeto (uma palavra), mas *o substantivo* é um conceito, ou seja, a razão pela qual se diz que uma palavra é um substantivo.

As categorias são conceitos e, como tais, podem justificar a constituição de classes, mas não podem se definir como classes, assim como, por exemplo, o conceito de *triangularidade* antecede e até fundamenta a constituição de uma classe de *objetos triangulares*, mas não se confunde com esses objetos.

Analogamente, não podemos dizer que a *categoria substantivo* é a *classe dos substantivos*, porque as *categorias* são partes da oração, modos de ser das palavras no

discurso, enquanto a constituição de *classes* é uma forma de agrupar os objetos (no caso, as palavras) com base nas categorias existentes.

Em línguas como o português e o espanhol, por exemplo, existe a *classe de palavras substantivo*, composta por nomes comuns e próprios, mas a *função típica (categorial) do substantivo*, enquanto conceito, pode ser ocupada não só por palavras pertencentes a essa classe, mas também por palavras pertencentes a outras classes (pronomes, por exemplo) ou conjunto de palavras agrupados em sintagmas ou até mesmo orações³⁵. Em outras palavras, a *categoria substantivo* é um conceito relativo a determinadas funções sintáticas, e a *classe de palavras substantivo* é um conjunto de elementos com características em comum, os quais estão enquadrados no esquema formal de uma determinada língua, e são capazes de ocupar, na sentença, os lugares reservados às funções sintáticas da *categoria substantivo*.

Demonstrada a diferença entre categoria e classe, vejamos também a distinção entre *significado léxico* e *significado categorial*: enquanto aquele está ligado às referências semânticas de uma determinada palavra, este está ligado à função exercida pela palavra na sentença. Em inglês, por exemplo, *(the) fire* = fogo e *(to) fire* = incendiar são a mesma palavra abstrata do ponto de vista do significado léxico, mas não do ponto de vista do significado categorial, o que não ocorre com as palavras *(the) bear* = urso e *(to) bear* = dar à luz, que possuem significados léxico e categorial distintos.

Refletindo sobre esse aparato teórico, e utilizando o termo *categoria* empregado por Coseriu, façamos algumas considerações. Em primeiro lugar, poderíamos propor que as categorias são conceitos universais, enquanto as classes de palavras são manifestações concretas da realidade de uma determinada língua. Explica-se: existem idiomas que não expressam a categoria *adjetivo*, por exemplo, por meio da classe de palavras *adjetivo*, mas o conceito categorial *adjetivo* é universal e pode manifestar-se sem que seja necessária a presença de uma palavra pertencente à classe dos *adjetivos*. Mesmo na língua portuguesa, podemos expressar a categoria *adjetivo* com uma palavra ou conjunto de palavras que originalmente não pertencem à classe dos *adjetivos*, como nos exemplos a seguir:

³⁵ A respeito do *significado categorial*, leciona Bechara (2006c: 110):

(...) à gramática descritiva cabe tão somente comprovar quais são os meios materiais, isto é, os esquemas formais para expressar a categoria substantivo. Assim, a categoria substantivo expressa substantivos por meio de nomes como *homem*, *livro*, *saudade*, por meio de pronomes como *isto*, *isso*, *aquilo*, por sintagmas como *Rio Grande do Norte* ou orações (...)

(30) *jeito moleque*

(31) *moça que sabe dançar*

No caso do exemplo (30), poderíamos dizer que *moleque* pertence à classe dos substantivos, mas foi empregado com *função categorial adjetiva*, da mesma forma que em *eu comi* o pronome reto *eu* não muda de classe de palavra (não deixa de ser pronome), mas assume a *função categorial* (típica do) *substantivo*.³⁶

O esquema formal de classes de palavras em uma língua como o português obedece a critérios morfológicos, semânticos e também sintáticos. Desse modo, os elementos de cada classe podem apresentar uma estrutura morfológica semelhante (os *verbos*, por exemplo, admitem flexão de modo, tempo, número, pessoa e voz), ou expressar um determinado tipo de significado comum (os *advérbios* exprimem circunstâncias), além de normalmente ocuparem na sentença funções sintáticas pré-determinadas (as *conjunções* unem constituintes oracionais). Mas, como foi dito anteriormente, nem sempre as palavras são empregadas com a função categorial típica da classe a que pertencem, como no exemplo abaixo, em que o advérbio foi empregado com função substantiva:

(32) *Se houver amanhã, haverá esperança.*

Toda essa discussão tem um propósito. Em sintaxe, a identificação da classe de cada vocábulo na oração não é mais importante do que a identificação da função categorial de cada conjunto de palavras componente dessa mesma oração (constituintes)³⁷. No exemplo abaixo, os sintagmas foram classificados segundo sua função categorial:

³⁶ Para Margarida Basílio (2006: 79), a palavra *moleque*, no exemplo citado, sofreu um processo de mudança de classe, denominado *conversão*. Entendemos que a classe de palavras não mudou, mas tão-somente passou a ocupar um lugar na oração normalmente reservado a palavras da classe substantivo. Existem palavras, no entanto, que comumente exercem funções tanto de adjetivos quanto de substantivos (as cores, por exemplo). Não vamos enveredar por este assunto, para não fugirmos ao tema da tese.

³⁷ Com propriedade, Azeredo (2000: 150) esclarece:

A estrutura do plano do conteúdo de uma língua como o português comporta vários níveis. Cada nível caracteriza-se por uma espécie de **unidade**. O **morfema**, que é a menor unidade dessa estrutura, situa-se no nível mais baixo. Acima dele, temos, respectivamente, os níveis do **vocábulo**, do **sintagma**, da **oração** e do **período**. Segmentos de níveis mais altos do que o período, como o parágrafo e o capítulo, são constituídos graças a princípios estruturais que ultrapassam os limites da sintaxe (...). O estudo dos morfemas e de sua participação na estrutura e significado das palavras é o objeto da **morfologia**.

- (33) *A mãe da Ana comprou uma casa de praia no verão passado.*
(f.c. substantiva) (f.c. substantiva) (f.c. adverbial)

Assim, antes de falarmos em classificação de verbos, precisamos compreender como as funções categoriais estão relacionadas com as funções sintáticas de cada constituinte da oração. No caso dos complementos de verbos nocionais, esses somente se realizam na forma de expressões nominais (substantivas)³⁸ e adverbiais, as quais podem ou não ser introduzidas por preposição.

As expressões nominais e adverbiais a que nos referimos (complementos de verbos nocionais) são, na verdade, sintagmas³⁹ que circundam imediata e diretamente o predicado (verbo). Câmara Jr. (1964 *apud* Ignácio, 2003:97), divide os sintagmas, quanto à forma, em **lexical** (Ex.: *amo*), **locucional** (Ex.: *a vida*), **suboracional** (Ex.: *amo a vida*), **oracional** (Ex.: *eu amo a vida*) e **superoracional** ou **interoracional** (Ex.: *Eu amo a vida que Deus me deu. Você diz que ama a vida que Deus lhe deu*).

Segundo Azeredo (2000: 157), as palavras podem ocupar, na estrutura da oração ou do sintagma, cinco posições características: **núcleo**, **adjacente**, **coordenante**, **subordinante** e **demarcador**, assim definidas:

Núcleo

Ocupam a posição de *núcleo todas as classes de palavra que podem ocorrer como constituinte único de um sintagma básico*: o substantivo (núcleo do SN), o verbo (núcleo do SV), o adjetivo (núcleo do *sadj.*), os pronomes substantivos (núcleos do SN) e o advérbio (núcleo do *sadv.*). Por equivalerem a enunciados, também as interjeições se incluem na classe dos núcleos.

Adjacente

O conceito de adjacente é necessariamente relativo ao de núcleo. *Adjacente é todo termo cuja ocorrência está vinculada à do núcleo da construção*. Os adjetivos, por exemplo, são adjacentes na estrutura do sintagma nominal, ainda que sejam nucleares na estrutura do sintagma adjetival. Os advérbios são adjacentes na estrutura do sintagma verbal e do próprio enunciado⁴⁰, embora sejam nucleares na construção do sintagma adverbial. Quando ocorrem na

³⁸ O termo *nominal* engloba, para alguns autores, não só os substantivos, mas também os adjetivos. Neste trabalho, mormente quando nos referirmos a sintagmas, *nominal* aludirá apenas aos substantivos.

³⁹ Segundo Dubois *et alli* (1973: 557-558), òem lingüística estrutural, chama-se sintagma um grupo de elementos lingüísticos que formam uma unidade numa organização hierarquizada.õ

⁴⁰ Certos advérbios podem também ocupar a posição de adjacente no âmbito do sintagma adjetival ou nominal. Por exemplo: *Esta casa é muito bonita. Cada vez menos pessoas conseguem fazer isso.*

órbita do sintagma nominal, são adjacentes⁴¹ os artigos, os numerais e os pronomes demonstrativos, possessivos e indefinidos⁴².

Coordenante (ou conjunção coordenativa)

Chamam-se *coordenantes as palavras gramaticais que servem para unir palavras, sintagmas e orações da mesma categoria ou função*. Os coordenantes se posicionam entre as unidades ligadas e não participam da estrutura de nenhuma delas. São coordenantes típicos as conjunções coordenativas *e*, *ou* e *mas*.

Subordinante

Chamam-se *subordinantes as palavras gramaticais que introduzem sintagmas e orações junto aos quais passam a formar novos sintagmas distribucionalmente distintos das unidades a que se juntaram*. Os subordinantes, portanto, diferentemente dos coordenantes, servem para caracterizar a classe desses sintagmas que passam a integrar. Desempenham esse papel as preposições (capazes de originar sintagmas adjetivais e adverbiais derivados); conjunções integrantes, ou nominalizadores (que precedem orações na formação de sintagmas nominais derivados), conjunções adverbiais (que precedem orações na formação de sintagmas adverbiais derivados); pronomes relativos e advérbios relativos (que introduzem orações convertidas em sintagmas adjetivais derivados); pronomes interrogativos e advérbios interrogativos (que introduzem orações convertidas em sintagmas nominais derivados).

Demarcador

Assim como os adjacentes e os subordinantes, os *demarcadores acompanham outras construções, mas, diversamente daqueles, não tomam parte no sintagma que acompanham*. Demos o nome de demarcadores porque, do ponto de vista distribucional, seu lugar é no limite dos sintagmas, sem contudo uni-los como fazem os coordenantes. São exemplos de demarcadores os advérbios *até*

⁴¹ Pelos motivos já explicitados, frisamos que também os advérbios e os adjetivos podem ocupar a posição de adjacentes no âmbito do sintagma nominal.

⁴² Os pronomes se subdividem em dois grandes grupos, conforme a função categorial que exerçam: pronomes substantivos (que substituem o substantivo, ocupando a posição de núcleo do sintagma nominal) e pronomes adjetivos (que acompanham o substantivo, ocupando a posição de adjacentes no sintagma nominal). Assim, entendemos que não só os pronomes demonstrativos, indefinidos e possessivos *ó* e *não todos ó* podem ocupar a posição de adjacente do sintagma nominal. *Tudo* e *nada*, por exemplo, são pronomes indefinidos que costumam ocupar a posição de núcleo do SN. Por outro lado, o pronome interrogativo do exemplo a seguir ocupa a posição de adjacente: *Quantos anos você tem?* Concluimos, portanto, que, conquanto existam espécies de pronomes que são sempre nucleares (pronomes pessoais, por exemplo) e espécies de pronomes que são sempre adjacentes (pronomes possessivos), não é o tipo de pronome enquanto classe de palavra, mas a função categorial que ele exerce (função substantiva ou adjetiva) que define seu comportamento como nuclear ou adjacente.

e exceto nas frases *Até eu faria esse gol* e *O restaurante abre todos os dias exceto domingo*.

Desse modo, percebemos que cada palavra que compõe a oração pode ser classificada no nível lexical (substantivo, adjetivo, advérbio, etc.) ou no nível funcional, (nuclear, adjacente, coordenante, etc.). Por outro lado, os constituintes da oração (sintagmas) podem ser identificados pela função categorial (função substantiva, adverbial, etc.) que assumem no período analisado, bem como podem ser classificados conforme a função sintática que exercem (sujeito, objeto, etc.)

Na sentença *Vou para a casa dos meus pais*, por exemplo, não há sequer uma palavra pertencente à classe dos advérbios, mas não há dúvidas de que o termo sublinhado é um sintagma que exerce a função categorial de advérbio, e poderia, inclusive, ser substituído pelo advérbio *ali*⁴³.

Além da função categorial, cada constituinte também possui uma função sintática na estrutura da oração, sendo certo que existe uma relação direta e constante entre esses dois tipos de função. Diz-se, por exemplo, que somente o sintagma com função categorial substantiva pode exercer a função de sujeito, mas não o contrário, pois não é verdade que somente o sujeito pode ser expresso por um sintagma com função categorial substantiva (também os objetos direto e indireto, entre outros, o podem).

Como vimos no capítulo teórico, o predicado (verbo) é o centro da estrutura oracional, responsável pela seleção e organização de argumentos previstos em sua semântica, argumentos esses que podem ser basicamente de dois tipos: sujeito e complementos.

Do ponto de vista morfossintático, verifica-se que somente palavras ou conjuntos de palavras com função categorial substantiva podem figurar na posição de sujeito. A posição de complemento, por sua vez, em orações com verbos puramente nocionais, pode ser ocupada por palavras ou conjuntos de palavras com função categorial substantiva ou adverbial. E mais: podem ser sujeito apenas os sintagmas com função categorial substantiva não iniciados por preposição, mas a posição do complemento pode ser ocupada por sintagmas com função categorial substantiva ou adverbial, iniciados ou não por preposição. Os exemplos abaixo ilustram a explicação:

⁴³ Essa correspondência não necessariamente implica que o sintagma deva exercer a função sintática de adjunto adverbial. No exemplo sugerido, trata-se de um complemento, não de um adjunto.

- (34) *É necessário que você estude.* (f.c. substantiva, sujeito)
- (35) *João come caqui.* (f.c. substantiva, complemento não preposicionado)
- (36) *João gosta de caqui.* (f.c. substantiva, complemento preposicionado)
- (37) *Eu vou ao mercado.* (f.c. adverbial, complemento preposicionado)
- (38) *Eu vou ali.* (f.c. adverbial, complemento não preposicionado)
- (39) *A moça pesa 50 quilos.* (f.c. adverbial, complemento não preposicionado)⁴⁴

3.2 Valência e regência verbais

Depreende-se dos estudos relacionados à teoria de valências que a propriedade que tradicionalmente se denomina como *regência verbal* corresponde ao aspecto sintático da valência de um verbo (*valência sintática*). A nosso ver, no entanto, seria mais interessante para a terminologia lingüística se utilizássemos o rótulo *valência*⁴⁵ apenas para as questões relacionadas à natureza semântica dos argumentos selecionados pelo verbo (*valência semântica*), visto que, provavelmente, esses elementos são semelhantes para verbos equivalentes (com idênticos semas) de todas as línguas, o que não ocorre com a regência desses mesmos verbos. Assim, as estruturas sintáticas (grade argumental) possíveis para cada predicado (verbo) em uma língua específica deveriam ser analisadas, a princípio, de forma separada das questões semânticas envolvidas⁴⁶.

⁴⁴ Este tipo de complemento, conquanto exprima circunstância (quantidade), o que pode ser constatado pela pergunta que formulamos para obtê-lo como resposta (*quanto?*), guarda certas características substantivas, como, por exemplo, o fato de poder ser substituído pelo pronome substantivo *isso* (*Ela pesa isso*), e não por um advérbio que lhe corresponda, como ocorreu com os exemplos (36) e (37). Mas, como não é possível substituí-lo por pronome oblíquo átono equivalente (*o/a/os/as*), entendemos que não se trata de objeto direto, mas de complemento circunstancial, com função categorial adverbial.

⁴⁵ A partir deste momento, sempre que utilizarmos a palavra *valência* (em oposição a *regência*) estaremos nos referindo apenas à valência semântica.

⁴⁶ Isso não quer dizer que não se devam realizar estudos visando verificar possíveis relações e correspondências entre a valência e a regência de um verbo ou grupo de verbos em uma ou várias línguas, mas que esse tipo de análise deve ser feito após a identificação, em separado, de cada um desses aspectos.

Acreditamos que, em qualquer língua, verbos equivalentes selecionariam argumentos com idênticos papéis temáticos e restrições de seleção. Por exemplo, *comer*⁴⁷, na acepção de ingerir alimentos, selecionaria, para qualquer língua, dois argumentos: um que exerce o papel de *õcomedorö* (animado) e outro de *õcoisa comidaö* (animado ou inanimado). No entanto, a estrutura sintática desse verbo pode variar dentro de uma determinada língua ou mesmo de uma língua para outra. Em português, por exemplo, podemos realizá-lo de diversas formas, entre elas:

- (40) a. *Eu comi o bolo.*
 b. *O bolo foi comido (por mim).*
 c. *Comeu-se o bolo.*
 d. *Eu o comi.*
 e. *Eu comi do bolo.*⁴⁸
 f. *Comeram o bolo.*
 g. *Eu comi muito.*
 h. *O cachorro já comeu.*
 i. *Eu como o que você me oferecer.*

Note-se que o *õcomedorö* e o *õcomidoö* podem exercer tanto a função de sujeito quanto de complemento, e podem ser expressos por substantivos (40b), pronomes (40a) e orações (40i); podem ser determinados (40d) ou indeterminados, sem, contudo, deixarem de existir, como nos exemplos (40f), em que se sabe que *alguém* comeu o bolo, mas não se sabe quem foi, e (40h), em que se sabe que o cachorro comeu, mas não se sabe *o quê*; entre muitas outras características próprias do idioma. Com certeza nem todas as línguas suportam todas essas formas de expressar os argumentos solicitados pelo verbo *comer*, e outras possuem ainda outras maneiras sintáticas de fazê-lo (em UTE⁴⁹, por exemplo, até mesmo circunstâncias podem ser topicalizadas em uma estrutura de voz passiva). Mais uma vez ponderamos que isso só ocorre porque a estrutura sintática admitida para cada verbo pertence às gramáticas das línguas

⁴⁷ Pode haver línguas em que haja, por exemplo, mais de um verbo para expressar os semas que compreendem o verbo *comer* da língua portuguesa. Por exemplo, *comer carne = x*, *comer legumes = y*. Nesse caso, não se trataria de verbos equivalentes, pois os semas difeririam de uma língua para outra.

⁴⁸ Entendemos que a construção *Eu comi (parte) do bolo* é equivalente sintaticamente a *Eu comi o bolo*, pois o núcleo do objeto direto seria a palavra *parte*, em elipse.

⁴⁹ Língua indígena estudada por Givón (1988). Ver item 3.4.

específicas, e não a um sistema lingüístico universal, ao contrário do que parece ocorrer com a valência, no sentido semântico de eleição de papéis temáticos e restrições de seleção.

3.3 Complementos verbais

A questão da regência verbal é um dos fenômenos que merecem destaque nos estudos sobre a sintaxe de uma língua, e está diretamente relacionada com a natureza sintática dos argumentos normalmente posicionados à direita do verbo (complementos verbais).

Em síntese, pode-se dizer que são *intransitivos* os verbos que não selecionam complementos, e *transitivos* os que selecionam.

Contudo, para a NGB, somente os sintagmas com *função categorial substantiva* são considerados complementos, de modo que, se um verbo seleciona um elemento com *função categorial de advérbio*, mesmo que ele seja obrigatório à estrutura da frase, esse elemento não é considerado complemento, mas adjunto. Nesse raciocínio, os verbos transitivos só poderiam ter complementos do tipo objeto (com função categorial substantiva), e os objetos só poderiam ser de dois tipos - direto ou indireto, conforme venham ou não precedidos de preposição.

Muitos autores renomados, no entanto, discordam dos critérios utilizados na classificação tradicional, que une sob o rótulo de *adjunto* todos os termos com *função categorial adverbial*, tanto os que são obrigatoriamente solicitados pelo verbo quanto os que não são, e, por outro lado, classifica sob o rótulo de *complemento* somente os termos com *função categorial substantiva* que são obrigatoriamente solicitados pelo verbo, excluindo-se os que não o são⁵⁰.

⁵⁰ Inácio (2003: 100), por exemplo, afirma que:

A NGB engloba na categoria de Adjuntos todo complemento que não se caracteriza como Objeto, dado o seu valor circunstancial. Desse modo, todos os complementos de **tempo** e de **lugar** são classificados como Adjuntos Adverbiais.

Evidentemente esse critério peca por não fazer a distinção, por exemplo, entre um elemento obrigatório (nuclear ou argumental), exigido pela valência verbal, e um facultativo (extranuclear). Comparem-se os dois casos:

a) *Estive em Franca.* (nuclear, portanto é **complemento**) [Aqui o verbo estar exige um **complemento de lugar**]

b) *Comprei calçados em França.* (extranuclear, portanto é **adjunto**) [O verbo comprar não exige um **complemento de lugar**]

De fato, os advérbios e termos que constituem sintagmas com função categorial adverbial são muito heterogêneos, tanto do ponto de vista semântico (podem exprimir diversos tipos de circunstância, como tempo, modo, lugar, assunto, etc.) quanto sintático (a expressão adverbial pode se referir ao predicado, a uma expressão adjetiva ou adverbial ou ainda a toda a oração, e pode ter natureza de complemento obrigatório ou funcionar como mero adjunto). Vejam-se os exemplos abaixo, em que os termos sublinhados, todos com função categorial adverbial, foram classificados conforme: (a) sejam complemento ou adjunto; (b) sejam referentes ao verbo, ao adjetivo, a outro advérbio ou à oração como um todo; (c) a circunstância que exprimem (tempo, lugar, etc.).

(41) *Vim do escritório.* (complemento referente ao verbo ó lugar)

(42) *Amanhã conversaremos sobre isso.* (adjunto referente ao verbo ó tempo)

(43) *Ele é um homem muito bom.* (adjunto referente ao adjetivo - intensidade)

(44) *Ele escreve muito bem.* (adjunto referente ao advérbio - intensidade)

(45) *Exatamente, foi isso que eu vi.* (adjunto referente à oração ó confirmação)

Apesar dessas diferenças, para a GT, todos os termos sublinhados acima são *adjuntos adverbiais*. Essa rotulação leva em conta apenas o critério semântico (o fato de os termos sublinhados exprimirem circunstância), e ignora que as expressões com função categorial adverbial, quando integrantes da chamada *õfrase mínimaõ* ou *õnuclearõ*⁵¹, são, na verdade, complementos verbais⁵², e não adjuntos.

Assim como existem sintagmas com função categorial de advérbio que podem ser complementos ou adjuntos do verbo, assim também existem sintagmas com função

⁵¹ Inácio (2003:100) utiliza a expressão *õfrase mínimaõ* ou *õnuclearõ* para designar a parte da estrutura oracional composta unicamente dos elementos exigidos pela valência do verbo, e ilustra com o seguinte exemplo: *Margarida, durante as férias, em companhia de amigos, percorreu as lojas duas vezes por semana*. Essa frase, reduzida aos seus elementos mínimos obrigatórios, ou seja, à frase nuclear, será: *Margarida percorreu as lojas*.

⁵² Vimos, na seção 3.1, que os advérbios podem ocupar na estrutura da oração as posições de núcleo, adjacente, subordinante ou demarcador. No entanto, somente os advérbios com função de núcleo podem ser complementos de verbos nocionais.

categorial de substantivo que podem ser complementos ou adjuntos do verbo. Vejam-se os exemplos a seguir:

(46) *Dei o livro para a Raquel.* (complemento)

(47) *Construí um balanço para a Raquel.* (adjunto)

Sabemos que nos dois exemplos o termo sublinhado exerce função categorial substantiva porquanto em ambos podemos executar a substituição de *para a Raquel* por pronome oblíquo equivalente, e isso é uma característica exclusiva de expressões substantivas (*Dei-lhe o livro. / Comprei-lhe o livro.*). Mas, como somente no primeiro exemplo a expressão sublinhada integra a frase mínima ou nuclear, somente nesse caso trata-se de complemento.

O quadro abaixo ilustra bem o fato de que a seleção obrigatória do elemento pelo verbo e a função categorial desse elemento são critérios distintos não necessariamente interligados, de modo que a dicotomia *complemento X adjunto* deve se basear apenas no critério da obrigatoriedade do termo para a integralização da estrutura sintática oracional:

Quadro 16: Função categorial e seleção obrigatória do termo como critérios não interligados

FUNÇÃO CATEGORIAL	OBRIGATORIEDADE	Exemplo:
Substantiva	SIM (Complemento)	<i>Comi o <u>bolo</u>. Gostei de <u>você</u>.</i>
Substantiva	NÃO (Adjunto)	<i>Pegue <u>aquele livro para mim</u>.</i>
Adverbial	SIM (Complemento)	<i>Fui <u>ao cinema</u>.</i>
Adverbial	NÃO (Adjunto)	<i>Comi pipoca <u>no cinema</u>.</i>

3.4 Critérios de classificação dos complementos verbais

Veremos a seguir por que são falhos os dois critérios mais comumente utilizados para diferenciar objetos diretos e indiretos: a *possibilidade de construção na voz passiva* (seriam transitivos diretos os verbos que podem ser construídos na voz passiva) e a *ausência/presença de preposição no início do complemento* (seriam transitivos diretos

os verbos cujo complemento não se inicia por preposição, e transitivos indiretos os verbos cujo complemento é introduzido por preposição).

Veremos também os motivos pelos quais consideramos que devem ser priorizados os seguintes critérios: *identificação da função categorial do sintagma selecionado pelo verbo* (substantiva ou adverbial) e, no caso dos complementos com função categorial substantiva, a *(im)possibilidade de substituição do complemento pelo pronome pessoal oblíquo átono correspondente* (por este critério, podemos diferenciar três tipos de complemento: os que equivalem aos pronomes oblíquos *o/a/os/as*, os que equivalem a pronomes oblíquos *lhe/lhes*, e os que não são substituíveis por pronomes oblíquos átonos).

3.4.1. Possibilidade de construção na voz passiva e presença/ausência de preposição

Câmara Jr. (1964 apud Luft, 2002:55) nos explica a etimologia da palavra *transitivo*

O epíteto de *transitivo*, do latim *transire* *passar* era dado aos verbos de predicação incompleta, porque tais verbos podem *passar* para a voz passiva, com o objeto (acusativo) transformado então em sujeito (nominativo). Já os intransitivos não permitiam essa *transição* ou *passagem*. Na conceituação atual, vê-se que tal definição etimológica não serve mais, já que, em rigor, só o transitivo direto (v. adiante) é transformável em passivo: *amar/ser amado*; em rigor, porque também há passivação de transitivos indiretos: *ser (alguém) iludido, falado, obedecido, pago, perdoado*... Alguns interpretam: verbo transitivo é aquele em que a ação *passa* direta ou indiretamente a um complemento. Evidentemente, uma *etimologia* adaptada.

Vê-se, assim, que historicamente o termo *transitivo* estaria relacionado com uma característica que determinados verbos apresentam: a possibilidade de serem empregados numa estrutura de voz passiva. Mas, será que esse critério é suficiente para classificarmos um verbo como transitivo (direto)?

A NGB identifica três tipos de vozes verbais, e os gramáticos tradicionais costumam distingui-las a partir do papel temático exercido pelo sujeito na construção da oração, como faz Sacconi (1994: 188), por exemplo:

1. *Voz ativa* é quando o sujeito pratica a ação verbal (agente);

2. *Voz passiva* (com auxiliar ou com pronome apassivador) ó quando o sujeito recebe a ação verbal (paciente);
3. *Voz reflexiva* ó quando o sujeito sofre e pratica ao mesmo tempo a ação verbal (agente e paciente).

Essa correspondência, porém, nem sempre se aplica ao caso concreto. Vejam-se os exemplos a seguir, em especial os identificados com a numeração (48c), (49b), (50), (51), em que não podemos associar o papel temático de paciente do sujeito à voz passiva, bem como os identificados com a numeração (49a), (52) e (53), em que o sujeito não é nem agente nem paciente, e (54), em que a oração não possui sujeito.

- (48) a. Eu quebrei a janela. (voz ativa ó sujeito agente)
b. A janela foi quebrada. (voz passiva ó sujeito paciente)
c. A janela quebrou. (sujeito paciente)

- (49) a. O calor derreteu a manteiga. (sujeito causativo)
b. A manteiga derreteu. (sujeito paciente)

(50) João morreu. (sujeito paciente)

(51) Os pais sofrem as dores dos filhos. (sujeito paciente)

(52) Essa faca cortou o meu dedo. (sujeito instrumental)

(53) Gina tem um gato. (sujeito beneficiário)

(54) *Havia muitas pessoas na festa.* (oração sem sujeito)

(55) Vendem-se terrenos. (voz passiva ó sujeito paciente)

Acreditamos que, na verdade, a correspondência \rightarrow voz ativa ó sujeito agente / voz passiva ó sujeito paciente \emptyset não seja absoluta, possivelmente porque a voz verbal é um

fenômeno também sintático, relacionado à estrutura oracional e à posição que os argumentos podem assumir na frase, e não somente às características semânticas desses argumentos.

Em UTE⁵³, por exemplo, não só o objeto direto, mas também outros termos, como o advérbio de modo e o verbo-complemento, podem se tornar tópicos na voz passiva:

a) O OBJETO DIRETO pode ser tópico na voz passiva:

Tukua-vi tuka-ta-xa
carne-OBJ comer-PASSIVA-ANTERIOR
:A carne foi comidaø/ :Alguém comeu a carneø

b) O ADVÉRBIO DE MODO pode ser tópico na voz passiva:

Tuu-tuka-ta-xa
Bem-comer-PASSIVA-ANTERIOR
:Alguém comeu bemø

c) O VERBO-COMPLEMENTO pode ser tópico na voz passiva

Tuka-vaaci asti-ta-xa
comer-COMP. querer-PASSIVA-ANTERIOR
:Alguém quis comerø

Assim, em UTE, não é o papel temático de agente ou paciente do sujeito que define a voz verbal, mas a opção do falante por utilizar a estrutura comum ou topicalizada, bem como por explicitar ou não o agente da ação verbal.

Ao falar de vozes verbais, Bechara (2006b: 95-96) deixa claro que um verbo na voz ativa pode ter sentido passivo, isto é, exprimir passividade (por exemplo: *Os vadios recebem o castigo*), e, assim, ao classificar e definir as vozes verbais possíveis para a língua portuguesa, relativiza um pouco o conceito encetado de que a voz ativa é a que possui sujeito agente e chama a atenção para o fato de que a voz é um formato (uma estrutura) da oração. Segundo o autor, uma oração da língua portuguesa pode se apresentar na forma de uma das estruturas a seguir:

1. *Voz ativa* ó forma usual simples do verbo pela qual *normalmente* se indica que o sujeito é o agente da ação expressa pelo verbo. Ex.: *Ela visitou a prima.*

⁵³ Língua indígena estudada por Givón (1988).

2. *Voz passiva* - forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que o sujeito é o paciente da ação verbal.

- a) *Analítica* é construção em que se junta um verbo auxiliar temporal ao particípio do verbo principal. Ex.: *Eles foram visitados por Ana*.
- b) *Pronominal* é construção em que se junta a um verbo na forma ativa o pronome átono *se*. Ex.: *Alugam-se casas*.

3. *Voz medial* é emprego da forma ativa do verbo conjugado com pronome átono da mesma pessoa do sujeito.

- a) *Reflexiva* é o sujeito pratica a ação verbal sobre si mesmo é *Nós nos penteamos (OD)*. *Ele se reservou o melhor lugar (OI)*.
- b) *Recíproca* - havendo mais de um sujeito⁵⁴, um pratica a ação verbal sobre o outro. - *Eles se abraçaram (OD)*. *Eles se gostam (OI)*.
- c) *Dinâmica* é por meio dessa voz, indica-se um movimento executado pelo sujeito ou um ato em que aparece vivamente afetado. - *Sentamo-nos na poltrona*. *Foram-se embora*. *Todos se queixaram*. *Em me batizei*.

Esclarece o lingüista que, em tese, somente os verbos transitivos diretos poderiam dar origem a uma construção na voz passiva, ressaltando, porém, o fato de que nem todo VTD tem essa capacidade, e isso acontece meramente por uma questão de uso, como no caso dos exemplos abaixo:

(56) *Eu tudo posso*. (VTD é **Tudo é podido*)

Quanto aos supostos verbos transitivos indiretos que figuram em construções passivas, isso aconteceria, segundo o autor, porque tais verbos passaram a ser

⁵⁴ Na verdade, o sujeito é único, porquanto a função de sujeito é um conceito sintático, gramatical, referente ao lugar ocupado pelo termo na estrutura da frase. O que se quer dizer, na verdade, é que, no caso da voz recíproca, existe a necessidade de que o objeto seja co-referente com o sujeito e que este se refira a mais de um ser, não sendo sequer necessário que esteja no plural: *A manada se espregia para caber no recinto*.

empregados na linguagem coloquial como transitivos diretos, possibilitando assim a sua ocorrência em construções passivas:

(57) *Eles foram pagos.* (Voz ativa: *João pagou vocês.*)

(58) *Suas ordens foram obedecidas.* (Voz ativa: *Eu obedeci suas ordens.*)

(59) *A sentença foi apelada.* (Voz ativa: **Alguém apelou a sentença.*)⁵⁵

O fato é que, por causa da existência de verbos transitivos diretos que não podem participar de construções passivas (56), e, por outro lado, a existência de verbos transitivos usados com preposição na voz ativa (59) que podem ser empregados na voz passiva), não se pode associar de forma terminante a voz verbal à natureza sintática do verbo, mas apenas dizer que verbos que podem ser usados na voz passiva tendem a ser transitivos diretos. Dessa forma, quebra-se de vez a idéia inversa de que o verbo é transitivo direto quando pode ser usado na voz passiva, mas usa-se o raciocínio oposto: se um verbo está sendo usado na voz passiva, é porque ele pôde ser empregado sem preposição, como os verbos transitivos diretos, possivelmente porque a preposição, no caso, não tem conteúdo semântico, e seja, assim, dispensável.

Essa possibilidade de alteração na estrutura da oração (verbos normalmente usados como transitivos indiretos que passaram a ser empregados na voz passiva) corrobora também a idéia de que o critério da presença/ausência de preposição não é suficiente para subclassificar os verbos transitivos.

De fato, existem línguas que não conhecem a classe de palavras *preposição* e se utilizam de outros expedientes para marcar o caso de cada tipo de complemento.

Em português, a preposição que obrigatoriamente introduz certos tipos de complementos verbais pode ter ou não a utilidade de acrescentar nova informação semântica. Algumas vezes, quando a ausência de preposição não altera a compreensão da frase, ela passa a ser suprimida pelos usuários e gera um novo emprego do verbo. O verbo *obedecer*, por exemplo, que já foi empregado no passado exclusivamente como transitivo indireto, hoje conhece uma versão direta:

⁵⁵ Na voz ativa, o verbo *apelar* só admite a construção preposicionada: *Alguém apelou da sentença.*

- (60) a. *Obedeço suas ordens.*
b. *Eu as obedeco.*
c. *Suas ordens são obedecidas.*

Existem, também, verbos que admitem elipse da preposição em complementos originalmente preposicionados:

- (61) *Ela precisa (de) chegar cedo.*

Do mesmo modo, há estruturas com verbos transitivos diretos que admitem ou até solicitam a preposição, seja por uma questão estilística ou de opção estrutural (para evitar ambigüidade, por exemplo), seja por causa da forma do complemento (objetos constituídos por pronomes oblíquos, por exemplo). Vejam-se os seguintes exemplos de verbos transitivos empregados com complementos preposicionados:

- (62) *Amo (a) João e (a) Maria.*

- (63) *Amo a todos.*

- (64) *Ao caçador matou o leão.*

- (65) *Ele olhou para fora e só viu a mim.*

Ressalvamos, no entanto, que os objetos diretos preposicionados, tal como acima exemplificados, não devem ser confundidos com os casos em que há a inserção de uma preposição capaz de alterar o significado do verbo, quando, segundo Antenor Nascentes (1960: 17 *apud* Bechara, 2006b: 419), a preposição assume a característica de posvérbio⁵⁶. Nesse último caso, não é possível transformar o objeto em sujeito da voz passiva ou pronome pessoal oblíquo átono, sem perder o significado que se deseja imprimir. Por isso, advogamos que, quando iniciado por posvérbio, o termo não deve ser classificado como objeto direto preposicionado, mas como um tipo de complemento semelhante ao que Lima (2006: 340) chama de *relativo*.

⁵⁶ Posvérbio seria, assim, a preposição que, depois de certos verbos, mais serve para lhes acrescentar um novo matiz de significação do que reger o complemento desses mesmos verbos (Bechara, 2006-c: 419).

(66) *Amo Deus. Amo-o. Amo a Deus.*

(objeto direto preposicionado)

(67) *Arrancar a espada. Arrancar da espada.*

(pósverbo ó acentua a idéia de uso do objeto, a retirada total da bainha ou cinta)

(68) *Cumprir o dever. Cumprir com o dever.*

(pósverbo ó acentua a idéia de zelo ou boa vontade para executar algo)

Assim, seja porque existem verbos transitivos indiretos que podem ser usados na voz passiva, seja porque nem todo verbo transitivo direto pode ser construído na voz passiva, entendemos que o critério da (im)possibilidade de passivação, utilizado isoladamente, não pode servir como base para a subclassificação dos verbos transitivos em direto e indireto. Tampouco o critério da presença/ausência de preposição no início do complemento é eficiente para esse propósito, pois existem objetos diretos que podem ou devem ser iniciados por preposição, bem como existem objetos indiretos que podem ser usados sem preposição.

3.4.2 Função categorial do sintagma selecionado pelo verbo (substantiva/adverbial) e possibilidade de substituição pelo pronome pessoal oblíquo átono correspondente

Por tudo o que foi exposto no item anterior, ao diferenciar os verbos existentes na língua, não devemos usar como critério-base, mas como mero indício, a questão da possibilidade de ocorrência do verbo em construções na voz passiva.

Também o fato de ser ou não o complemento iniciado por preposição não serve, por si só, ao propósito mencionado, porque há verbos que admitem elipse da preposição em complementos originalmente preposicionados, bem como há objetos diretos que são facultativa ou obrigatoriamente preposicionados.

Como os critérios da possibilidade de construção na voz passiva e da presença/necessidade de preposição não dão conta, por si só, de diferenciar todos os casos de complementos verbais, devemos considerar o critério da função categorial e,

no caso dos complementos de natureza substantiva, o da possibilidade de substituição pelo pronome pessoal oblíquo átono correspondente.

Como vimos, os complementos verbais podem apresentar função categorial substantiva ou adverbial.

Os complementos de natureza substantiva podem ser de três tipos: os que são substituíveis pelos pronomes oblíquos *o(s)/a(s)*, os que são substituíveis pelo pronome oblíquo *lhe(s)*, e os que não são pronominalizáveis.

Os complementos de natureza adverbial, em regra, não são substituíveis por pronome oblíquo.⁵⁷

Em suma: os complementos verbais podem ser constituídos de um sintagma com função categorial de *substantivo* ou *advérbio*. Os complementos com função substantiva podem ser de três tipos: (1) os equivalentes a pronomes pessoais oblíquos átonos com marcação de gênero (*o/a/os/as*), (2) os equivalentes a pronomes pessoais oblíquos átonos sem marcação de gênero (*lhe/lhes*), e (3) os que não equivalem a pronomes pessoais oblíquos átonos. Os complementos com função adverbial não se subdividem segundo esse critério.

Geralmente, mas não sempre, os complementos do tipo (1) não são iniciados por preposição, os do tipo (2) são iniciados pelas preposições *a/para*, e os do tipo (3) são iniciados por qualquer tipo de preposição.

3.5 Classificações e terminologias referentes aos tipos de complementos verbais existentes em língua portuguesa

Vejamos agora as classificações e terminologias adotadas por alguns autores.

Em sua gramática e também no dicionário, Luft (2002, 2006), procurando seguir a NGB, distingue apenas dois tipos de complemento: o objeto direto (termo obrigatório não iniciado por preposição necessária) e o objeto indireto (termo obrigatório

⁵⁷ Por isso acreditamos que os complementos de medida, peso, preço e tempo não substituíveis por pronome oblíquo átono exercem função categorial adverbial. Vejam-se os exemplos: *Esta ponte mede cinquenta metros*. *Este saco pesa quatro quilos*. *Este carro custa vinte mil reais*. *Esta aula durou uma eternidade*. Mas não se deve confundir esses tipo de complemento com casos como o exemplificado a seguir: *O atleta percorreu dez quilômetros*. Observe-se que o termo sublinhado pode ser substituído por pronome oblíquo átono: *O atleta percorreu-os*, e a oração admite a voz passiva: *Os quilômetros foram percorridos*, com sujeito substituível pelo pronome pessoal reto *eles*: *Eles foram percorridos*. Por isso, consideramos que, nesse caso, trata-se de um sintagma com função categorial substantiva.

necessariamente iniciado por preposição). Diferentemente da GT, no entanto, inclui no rótulo *objeto indireto* não só os termos de natureza substantiva, mas também os de natureza adverbial, e toma, desse modo, como critérios relevantes para a diferenciação dos tipos de complemento, primeiro: o fato de o termo estar ou não previsto na significação do verbo, e segundo: o fato de o termo ser ou não iniciado por preposição obrigatória.

Dessa forma, o autor parece não considerar relevantes para a classificação verbal os critérios da função categorial e da (im)possibilidade de substituição por pronome oblíquo, mas com propriedade esclarece que a língua prevê moldes ou padrões sintáticos segundo os quais se constrói toda e qualquer frase efetiva, padrões esses constituídos de quatro posições básicas correspondentes às funções primárias da oração, quais sejam, no caso dos verbos nocionais: (1) Sujeito, (2) Verbo, (3) Complementos verbais e (4) Adjuntos adverbiais.

A observação é importante na medida em que fornece um panorama geral de como é constituída a oração, mas, como nosso escopo é justamente identificar e diferenciar os tipos de termos que podem ocupar a posição (3) *Complementos verbais*, e mensurar os limites que os distinguem dos termos que ocupam a posição (4) *Adjuntos Adverbiais*⁵⁸, a subdivisão proposta por Luft para os complementos verbais (*objeto direto* e *objeto indireto*) nos parece incompleta, na medida em que engloba, sob um mesmo rótulo, termos com características sintáticas distintas, como os sublinhados nos exemplos (70), (71) e (72):

(69) a. *A menina apanhou a boneca.* (objeto direto)

b. *A menina a apanhou.*

(70) a. *Os filhos obedecem ao pai.* (objeto indireto)

b. *Os filhos lhe obedecem.*

(71) *Todo passarinho gosta do seu ninho.* (objeto indireto)

⁵⁸ Imprescindível ressaltar a inadequação da terminologia *adjuntos adverbiais*, tradicionalmente usada para todos os tipos de adjuntos que se referem ao verbo, pois podem ocupar a posição (4) não somente termos com função categorial adverbial, mas também termos com função categorial substantiva (por exemplo: *Pegue o livro para mim*), de modo que talvez fosse mais apropriado falar em *adjuntos do verbo* ou *adjuntos verbais*.

(72) *O zelador foi da portaria até a carro.* (objetos indiretos)

(73) Ela trocou de roupa na garagem. (adjunto adverbial)

Vê-se, assim, que, para o dicionarista, são igualmente considerados *objetos indiretos* complementos com função categorial adverbial (72) ou substantiva (71). Luft também não diferencia os complementos que podem ser substituídos pelos pronomes oblíquos *lhe/lhes* (70) dos que não podem (71).

Na *Gramática da Língua Portuguesa* escrita por Mateus *et alli* (2003), distinguem-se três tipos de complementos para os verbos nocionais: o *objeto direto* (equivalente aos pronomes *o/a/os/as*), o *objeto indireto* (equivalente aos pronomes *lhe/lhes*) e o *oblíquo do tipo complemento* (não equivalente a pronomes átonos). Ressalte-se que, para os autores da obra, a terminologia *oblíquo* engloba, na verdade, tanto os complementos com função categorial substantiva não equivalentes a pronomes átonos, como os adjuntos com função categorial substantiva, além dos complementos ó e adjuntos ó com função categorial adverbial. Vejam-se os exemplos:

(74) a. *Eles compraram esse livro em Londres.* (objeto direto)

b. *Eles o compraram.*

(75) a. *O João ofereceu um CD ao Pedro.* (objeto indireto)

b. *O João ofereceu-lhe um CD.*

(76) *O Pedro discorda da Maria.* (oblíquo complemento)

(77) a. *João pôs o livro na estante.* (oblíquo complemento)

b. *Ele pôs o livro ali.*

(78) *Pedro viajou do México para Lisboa.* (oblíquos adjuntos)

(79) a. *Ana pintou esse quadro para a Maria.* (oblíquo adjunto)

b. *Ana pintou-lhe o quadro.*

Assim, nessa classificação, não se considera o critério da função categorial dos sintagmas que constituem os complementos: veja-se em (76) e (77) que os oblíquos complementos podem ter tanto função categorial substantiva quanto adverbial, e, em (78) e (79), que o mesmo acontece com os oblíquos adjuntos. Tampouco se adota o critério da (im)possibilidade de substituição por pronome oblíquo: enquanto os oblíquos adjuntos de (78) não são pronominalizáveis (porquanto adverbiais), o oblíquo adjunto de (79) o é.

Para Lima (2006), no entanto, todas essas distinções e critérios são importantes, de modo que o mestre fala em quatro tipos de complemento: objeto direto (termo com função categorial substantiva, equivalente aos pronomes *o/a/os/as*), objeto indireto (termo com função categorial substantiva, equivalente aos pronomes *lhe/lhes*), complemento relativo (termo com função categorial substantiva, não pronominalizável) e complemento circunstancial (termo com função categorial adverbial).

Sem mencionar as terminologias adotadas por cada autor, vamos então resumir os diferentes tipos de complementos e adjuntos do verbo encontrados, ocupantes das posições (3) e (4) da estrutura oracional, e identificá-los pela função categorial que exercem e equivalência com os pronomes oblíquos átonos *o/a/os/as* e *lhe/lhes*:

POSIÇÃO 3 (COMPLEMENTOS VERBAIS):

1. Termo com função categorial substantiva, equivalente aos pronomes *o/a/os/as*

Ex.: Amo você. Amo-o.

2. Termo com função categorial substantiva, equivalente aos pronomes *lhe/lhes*

Ex.: Obedeça a seu pai. Obedeça-lhe.

3. Termo com função categorial substantiva, não pronominalizável

Ex.: Gosto de você.

4. Termo com função categorial adverbial

Ex.: Fui ao cinema.

POSIÇÃO 4 (ADJUNTOS ÖVERBAISö):

5. Termo com função categorial adverbial

Ex.: Comi pipoca no cinema.

6. Termo com função categorial substantiva

Ex.: Pinte a parede para mim.

No quadro abaixo, catalogamos, para cada um dos seis tipos de complemento/adjunto mencionados acima, as nomenclaturas utilizadas nas gramáticas de Mateus *et alli* (2003) e Lima (2006), bem como as utilizadas nos dicionários estudados no capítulo anterior⁵⁹:

Quadro 17: Tipos de complemento e adjuntos do verbo segundo os dicionaristas e gramáticos estudados

	TIPO DE COMPLEMENTO/ADJUNTO DO VERBO					
	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5	TIPO 6
AULETE	OD	OI	OI	AA	AA	-
AURÉLIO	OD	OI	OI	CC	AA	-
SACCONI	OD	OI	OI	AA	AA	-
LUFT	OD	OI	OI	OI	AA	-
FERNANDES	OD	OI/CT	OI/CT	OI/CT	AA	-
R. LIMA	OD	OI	CR	CC	AA	-
M. MATEUS	OD	OI	OBL. COMP.	OBL. COMP.	OBL. ADJ.	OBL. ADJ.

Como se vê, somente Lima (2006) sugere um nome diferente para cada um dos quatro tipos de complemento identificados, enquanto os outros autores mantêm o mesmo rótulo para termos com comportamento sintático distinto, quando submetidos aos critérios da *função categorial* e *equivalência com os pronomes oblíquos átonos*. Por tal motivo, e por falta de melhor aparato terminológico, a partir deste momento vamos adotar a nomenclatura do referido gramático.

Ressalvamos, no entanto, que a terminologia utilizada não atende perfeitamente às necessidades do idioma para uma classificação sintática dos complementos verbais, por diversas razões, a seguir enumeradas:

⁵⁹ *Legenda:* OD: objeto direto, OI: objeto indireto, CT: complemento terminativo, CR: complemento relativo, CC: complemento circunstancial, AA: adjunto adverbial, OBL. COMP.: oblíquo complemento, OBL. ADJ.: oblíquo adjunto.

a) *objeto (objetivo ou objeto estativo)*⁶⁰ é um rótulo semântico, um tipo de papel temático, que se opõe a agente, causa, instrumento, paciente, tema, experienciador, beneficiário, locativo, alvo, fonte, etc.;

b) se a intenção é agrupar os termos com função categorial substantiva (substituíveis por pronomes oblíquos átonos), em oposição aos termos com função categorial adverbial, então o rótulo *objeto* não alcança seu escopo, pois só se aplica a complementos e não é utilizado para os adjuntos do tipo 6 mencionados acima, os quais, conquanto não façam parte da grade regencial, possuem função categorial substantiva;

c) se a oposição *direto/indireto* busca diferenciar os termos iniciados por preposição dos que não são, o objetivo também não foi alcançado, pois, como vimos na seção 3.4.1, o critério preposicionado/não preposicionado é falho e não consegue englobar todas as construções da língua;

d) o rótulo *terminativo* é por demais genérico, e parece referir-se a todo e qualquer termo que seja necessário à integralização sintática da sentença a partir do verbo, e, nesse sentido, abarcaria não só os denominados objetos indiretos e complementos relativos, mas também o objeto direto. Além disso, *terminativo* e *complementar* poderiam ser entendidos como sinônimos;

e) a expressão *complemento relativo* é obscura: relativo a quê? Ao verbo? Todos os tipos de complementos são relativos ao verbo. Ademais, a palavra *relativo* já é usada para a espécie de pronome que relaciona dois constituintes oracionais, e sua utilização na grade classificatória dos complementos verbais é causa de confusão na terminologia gramatical;

f) *circunstancial* é uma terminologia genérica que se refere a diversos papéis temáticos geralmente exercidos por advérbios e locuções adverbiais nas sentenças, mas não sempre. O que se quer dizer é que a circunstância não necessariamente tem que ser um complemento ou adjunto do verbo. Na oração A

⁶⁰ Cançado (2005: 113-114) cataloga o *objeto* como um dos papéis temáticos apontados por autores como Fillmore, Chafe, e outros.

chuva derrubou as casas, por exemplo, o sujeito exerce o papel temático de causador, e isso é um tipo de circunstância.

g) a palavra *adjunto* significa *“aquilo que está junto, que acompanha”* ou *“que auxilia”*. Conquanto a expressão possa ser aplicada à idéia que se quer imprimir a certos constituintes da sentença que não são necessários à integralização sintática da oração, a palavra *complemento*, que significa *“aquilo que torna completo”*, parece compor uma melhor dicotomia com a palavra *suplemento*: *“parte que se adiciona a um todo para ampliá-lo, esclarecê-lo e/ou aperfeiçoá-lo”* (Aurélio, 2004).

(h) *oblíquo* é um rótulo usado para identificar os pronomes pessoais que, na maior parte dos casos, não podem ocupar a posição de sujeito das orações. Analogicamente, só seriam complementos ou adjuntos oblíquos os termos que equivalessem aos denominados pronomes oblíquos (átonos ou tônicos), o que excluiria os termos com função categorial adverbial.

Como se sabe, corrigir essas possíveis inexatidões terminológicas não é tarefa de fácil execução e nem nosso objetivo principal no momento, mas isso não deve inibir o desenvolvimento de estudos mais aprofundados a respeito do assunto. Registramos, no entanto, que, a nosso ver, uma nomenclatura mais adequada para os complementos/adjuntos do verbo deveria considerar os critérios e características a seguir:

Quadro 18: Critérios para diferenciar complementos e adjuntos verbais

CONSTITUINTES ORACIONAIS RELATIVOS AO VERBO E POSICIONADOS À SUA DIREITA			
Grau de dependência	Função categorial	Equivalência com pronome oblíquo átono	Tipo de pronome
Complemento	Substantiva	SIM SIM NÃO	o/a/os/as lhe/lhes -
	Adverbial	NÃO	-
Suplemento (Adjunto)	Substantiva	SIM	lhe/lhes
	Adverbial	NÃO	-

Feitas essas considerações, reafirmamos que, nesta dissertação, prosseguiremos utilizando a terminologia adotada por Rocha Lima (2006) para diferenciar os cinco primeiros tipos de constituintes ocupantes das posições 3 e 4 da estrutura oracional: OD (objeto direto), OI (objeto indireto), CR (complemento relativo), CC (complemento circunstancial) e AA (adjunto adverbial). Chamaremos o último tipo de constituinte de AS (adjunto substantivo), por falta de rótulo mais adequado.

E o que dizer dos complementos que aparecem na forma de reflexivos acompanhando os chamados verbos pronominais? Para Luft (2006: 12-13), trata-se de complementos comuns (objetos diretos e indiretos), não merecendo tais verbos classificação própria, à parte da dicotomia *(in)transitivo/predicativo*.

Segundo o autor, a tradição distingue cinco tipos de construções reflexivas: (a) reflexiva simples, (b) reflexiva recíproca, (c) reflexiva dinâmica, (d) reflexiva enfática, estilística ou metafórica e (e) reflexiva essencial ou obrigatória, em seqüência exemplificadas abaixo:

(80) a. *O caçador feriu-se.* (VTD) (reflexiva simples)
 b. *Ele feriu o caçador.*
 OD

(81) a. *Os amigos se cumprimentaram.* (VTD) (reflexiva recíproca)
 b. *Os amigos cumprimentaram os amigos.*
 OD

(82) a. *Joana se levantou cedo.* (VTD) (reflexiva dinâmica)
 b. *Joana levantou Joana cedo.*
 OD

(83) *O corretor se riu da proposta.* (VTD) (reflexiva enfática)
 OD⁶¹

⁶¹ O normal é alguém/ri (de algo ou de outrem), i. é, padrão [S V], de verbo intransitivo, ou [S V OI], de verbo transitivo indireto. Acrescentar aí um pronome reflexivo é acrescentar um objeto direto (...) não lógico, natural, mas metafórico, figurado, para efeito expressivo (ênfase, enfusividade da ação: cp. sacudir-se, contorcer-se de riso).ö (Luft, 2006: 12)

(84) *Ninguém se queixou (do tratamento).* (VTD) (reflexiva essencial)

OD⁶²

Mas a possibilidade de pronominalização reflexiva não é uma propriedade exclusiva de verbos transitivos diretos, senão vejamos:

(85) a. *Aquelas pessoas não se falam.* (VTI)

b. *Aquelas pessoas não falam com aquelas pessoas.*

OI

Como se vê, os chamados verbos *pronominais* não passam de verbos transitivos com objetos diretos ou indiretos, e por isso não devem receber classificação especial. No entanto, consideramos não ser de todo inútil a inserção da notação *pronominal*⁶³, a título de acréscimo, quando se tratar dos dois últimos tipos de construções reflexivas (enfática e essencial), já que, nesses casos, o verbo exigirá sempre que o objeto seja co-referente ao sujeito, o que não necessariamente ocorrerá nos outros casos. Comparem-se os exemplos:

(86) a. *O caçador me feriu.*

b. *O caçador feriu a mim.*

(87) a. *Os amigos me cumprimentaram.*

b. *Os amigos cumprimentaram a mim.*

(88) a. *Joana levantou-me cedo.*

b. *Joana levantou a mim cedo.*

(89) **O corretor me riu da proposta.*

(90) **Ninguém me queixou do tratamento.*

⁶² Este é difícil de interpretar como objeto direto (paciente da ação ou sentimento), mas a construção é idêntica às anteriores: *x queixa-se*, se *se = x* (a mesma pessoa, i. é, òreflexivoò), então *x/queixa/x = O* [S V OD], com verbo transitivo direto. Luft (2006: 12) denomina esse objeto de *objeto direto fossilizado* ou *obliterado*.

⁶³ Luft (2006: 12-13) sugere a inserção da letra *p*, em minúsculo, na sigla correspondente ao verbo, mas adota tal procedimento para todos os cinco tipos de verbo pronominal mencionados.

- (91) a. *Aquelas pessoas não lhe falam.*
b. *Aquelas pessoas não falam com você.*

3.6 Critérios para diferenciar complementos e adjuntos

Nem sempre o liame entre os adjuntos e os complementos é claro, mas essa é uma questão basilar para a classificação dos verbos de língua portuguesa, motivo pelo qual nos é necessário discutir o problema.

Como vimos, denominam-se de transitivos os verbos que *exigem* complementos, sem os quais a estrutura frasal não se completa. Para a NGB, somente os verbos que exigem complementos de natureza *substantiva*⁶⁴ são transitivos. Mas, a nosso ver, não é a natureza do complemento exigido pelo verbo que define a sua transitividade, mas o fato de esse verbo *exigir* ou não um complemento. Assim, a princípio, poderíamos dizer que existem dois tipos básicos de complementos para os verbos transitivos: os de natureza *substantiva* e os de natureza *adverbial*, sendo que ambos podem ou não ser introduzidos por preposição. Vejam-se os complementos sublinhados nos exemplos abaixo:

(92) *Amo o João.*

(complemento não preposicionado, com função categorial substantiva)

(93) *Gosto do João.*

(complemento preposicionado, com função categorial substantiva)

(94) *Vou ali.*

(complemento não preposicionado, com função categorial adverbial)

(95) *Fui ao jogo.*

(complemento preposicionado, com função categorial adverbial)

⁶⁴ A expressão “natureza substantiva ou adverbial” se refere à função categorial, e não à classe de palavras.

(96) *O bolo pesa um quilo.*

(complemento não preposicionado, com função categorial adverbial)

Da mesma forma que os complementos, os adjuntos também podem ser de natureza substantiva ou adverbial, mas os adjuntos de natureza substantiva, quando não estão na forma de pronomes oblíquos átonos, sempre vêm precedidos de preposição, enquanto os de natureza adverbial podem ou não se fazer acompanhar de preposição. Os adjuntos destacados nos seguintes exemplos ilustram a explicação:

(97) *Eu comprei o bolo para ela. Eu lhe comprei o bolo.*

(adjunto preposicionado, com função categorial substantiva)

(98) *Eu voltarei amanhã.*

(adjunto não preposicionado, com função categorial adverbial)

(99) *Assisti ao jogo na casa da Joana.*

(adjunto preposicionado, com função categorial adverbial)

Mas, como identificar se um termo é ou não exigido pelo verbo? Em outras palavras, como diferenciar adjuntos de complementos? Essa não é uma tarefa fácil, pois os testes que costumamos utilizar às vezes nos dão respostas mascaradas.

Além dos testes da **verificação da estrutura mínima oracional** e da **retirada do termo da oração**, são comumente utilizados para diferenciar complementos e adjuntos os testes da **interrogação** e o da **pronominalização**, mas, como veremos nos exemplos abaixo, em algumas situações eles podem fornecer respostas erradas, motivo pelo qual Busse e Vilela (1983: 23-27) propõem ainda um outro critério: o da **reformulação por um pro-verbo coordenado**, o qual demonstraria a verdadeira natureza⁶⁵ do termo em análise.

Aplicaremos nos exemplos a seguir os cinco tipos de testes mencionados acima. Usaremos a notação (+) quando a aplicação do teste produzir o resultado adequado, (-) quando o resultado for contraditório, e (+/-) quando for duvidoso.

⁶⁵ O teste da reformulação por um pro-verbo coordenado objetiva demonstrar que, quando um termo é complemento, ele se subordina à estrutura verbal e, por isso, não pode ser extraído do núcleo frasal para compor um período composto por coordenação.

(100) *O Pedro deu o livro para a Raquel.*

(+) **Verificação da estrutura verbal:** *Quem dá, dá alguma coisa para alguém.*

(O termo está presente na estrutura oracional mínima, por isso seria complemento)

(+) **Retirada do termo da frase:** **O Pedro deu o livro.*

(A frase fica estruturalmente incompleta sem o termo *para a Raquel*, que, por isso, seria complemento)

(+) **Interrogação:** *Para quem o Pedro deu o livro? Para a Raquel.*

(O termo responde à interrogação introduzida por *para quem?*, de natureza substantiva, por isso seria complemento)

(+) **Pronominalização:** *O Pedro deu-lhe o livro.*

(O termo pode ser substituído por pronome oblíquo correspondente, por isso seria complemento)

(+) **Reformulação:** **O Pedro deu um livro e fez isso para a Raquel⁶⁶.*

(Os termos não podem ser separados por meio de duas orações coordenadas, por isso, *para a Raquel* seria complemento)

CONCLUSÃO: COMPLEMENTO (com função categorial substantiva)

(101) *O Pedro construiu um balanço para a Raquel.*

(+/-) **Verificação da estrutura verbal:** *Quem constrói, constrói alguma coisa.*

(ou seria: *Quem constrói, constrói alguma coisa para alguém?*)

(O termo faz ou não parte da estrutura oracional mínima?)

⁶⁶ Busse e Vilela, com base no português de Portugal, sugerem a reconstrução da sentença da seguinte maneira: *O Pedro deu um livro e fê-lo para a Raquel*. Como no Brasil essa construção com pronome enclítico não é muito usual, adaptamos o teste utilizando o pronome demonstrativo *isso*.

(+) **Retirada do termo na frase:** *O Pedro construiu um balanço.*

(A frase fica estruturalmente completa sem o termo *para a Raquel*, por isso ele seria adjunto)

(-) **Interrogação:** *Para quem o Pedro construiu um balanço? Para a Raquel.*

(O termo responde à interrogação introduzida por *para quem?*, de natureza substantiva, por isso seria complemento)

(-) **Pronominalização:** *O Pedro construiu-lhe um balanço.*

(O termo pode ser substituído por pronome oblíquo correspondente, por isso seria complemento)

(+) **Reformulação:** *O Pedro construiu um balanço e fez isso para a Raquel.*

(Os termos podem ser separados por meio de duas orações coordenadas, por isso o termo *para a Raquel* seria adjunto)

CONCLUSÃO: **ADJUNTO** (com função categorial substantiva)

Vemos, assim, que o verbo *dar* implica três lugares vazios, enquanto *construir* implica apenas dois, motivo pelo qual o termo *para a Raquel* é complemento (OI) no primeiro exemplo, e, no segundo, um adjunto que pode apresentar a mesma estrutura do objeto indireto. O critério da reformulação por um pro-verbo coordenado mostrou a verdadeira natureza dos termo *para a Raquel*: subordinativa, no primeiro exemplo, e coordenativa, no segundo exemplo. O teste da verificação da estrutura verbal nos apresentou uma resposta confusa, e os testes da interrogação e da pronominalização forneceram resultados falsos porque servem apenas para diferenciar complementos com função categorial substantiva e adverbial. Sua aplicação só faria sentido se todos os termos relacionados ao verbo com função categorial substantiva fossem complementos e todos os termos relacionados ao verbo com função categorial adverbial fossem adjuntos, como prega a tradição. Na prática, sabemos que não é isso o que ocorre.

A interrogação e a pronominalização também não se prestam a diferenciar complementos e adjuntos quando se trata de formas adverbiais. É a reformulação por um pro-verbo coordenado que revela a verdadeira natureza do termo. Vejam-se os exemplos a seguir:

(102) *O estudante trabalha a tarde toda.*

(+) **Verificação da estrutura verbal:** *Quem trabalha, trabalha.*

(O termo *a tarde toda* não faz parte da estrutura oracional mínima, por isso seria adjunto)

(+) **Retirada do termo na frase:** *O estudante trabalha.*

(A frase fica estruturalmente completa sem o termo *a tarde toda*, por isso ele seria adjunto)

(+) **Interrogação:** *Quando o estudante trabalha? A tarde toda.*

(O termo *a tarde toda* responde à interrogação introduzida por *quando?*, de natureza adverbial, por isso seria adjunto)

(+) **Pronominalização:** **O estudante trabalha-a.*

(O termo *a tarde toda* não pode ser substituído por pronome oblíquo correspondente, por isso seria adjunto)

(+) **Reformulação:** *O estudante trabalha, e faz isso a tarde toda.*

(Os termos podem ser separados por meio de duas orações coordenadas, por isso *a tarde toda* seria adjunto)

CONCLUSÃO: ADJUNTO (com função categorial adverbial)

(103) *A sessão durou a tarde toda.*

(+) **Verificação da estrutura verbal:** *Aquilo que dura, dura um certo tempo.*

(O termo *a tarde toda* faz parte da estrutura oracional mínima, por isso seria complemento)

(+) **Retirada do termo na frase:** **A sessão durou.*

(A frase fica estruturalmente incompleta sem o termo *a tarde toda*, por isso ele seria complemento)

(-) **Interrogação:** *Quanto tempo durou a sessão? A tarde toda.*

(O termo *a tarde toda* responde à interrogação introduzida por *quanto tempo?*, de natureza adverbial, por isso seria adjunto).

(-) **Pronominalização:** **A sessão durou-a.*

(O termo *a tarde toda* não pode ser substituído por pronome oblíquo correspondente, por isso seria adjunto).

(+) **Reformulação:** **A sessão durou e fez isso toda a tarde.*

(Os termos não podem ser separados por meio de duas orações coordenadas, por isso, *a tarde toda* seria complemento)

CONCLUSÃO: **COMPLEMENTO** (*com função categorial adverbial*)

3.7 Variação de regência verbal

Vimos que a valência (semântica) dos verbos é mais estável do que a sua regência (estrutura sintática), pois, enquanto aquela indica papéis temáticos previstos pelo significado verbal, em um nível anterior à sua realização na sentença (nível lexical), esta só pode ser verificada quando efetivamente há o emprego do verbo na língua (plano da realização, do uso). Dessa forma, as estruturas sintáticas previstas para cada verbo variam consideravelmente de uma língua para outra ou mesmo dentro da própria língua. Assim, acreditamos que a regência de um verbo (classificação sintática) só pode ser verificada em orações efetivamente constituídas, de modo que não cabe ao dicionarista taxar de modo definitivo um verbo (enquanto lexema) como *transitivo*, *intransitivo*, *transitivo direto*, etc.⁶⁷, cabendo-lhe primeiramente a tarefa de catalogar e descrever as estruturas possíveis para cada verbo, e então, em um segundo momento, agrupar sob uma mesma nomenclatura classificatória os itens com semelhante comportamento sintático.

⁶⁷ Corroborando esse ponto de vista, Bechara (2006a: 33), afirma que *o emprego na oração que assinalará se o verbo aparece como intransitivo ou transitivo*.

Essa compreensão de que o verbo deve ser classificado conforme sua realização nas sentenças efetivas é particularmente relevante quando percebemos que nem sempre os complementos que consideraríamos exigidos pelo verbo se realizam nas frases reais, ou que alguns verbos normalmente intransitivos podem ser usados transitivamente, além do que há verbos que podem compor estruturas sintáticas bastante variadas.

Antes de entrar no assunto, porém, importa mencionar que, nas situações de recuperação anafórica, a classificação do verbo não se altera, pois o complemento não desaparece por completo da estrutura sintática, mas é simplesmente omitido por ser recuperável pelo contexto. Esse tipo de fenômeno pode ocorrer com qualquer tipo de verbo, e não apresenta relevância para fins de classificação verbal⁶⁸, ou seja, na prática, mantém-se a classificação original, como se o objeto recuperável não houvesse sido elidido. Veja-se que, nos exemplos abaixo, a classificação regencial não se altera, pois o complemento, determinado, pode perfeitamente ser extraído do contexto:

(104) *Conhece-o? Conheço de vista.* (VTD)

(105) *Você fez o dever? Fiz.* (VTD)

(106) *Você come caviar? Como.* (VTD)

(107) *Todos viram o cometa passar, só ela não viu.* (VTD)

(108) *Expliquei-lhe do que se tratava. Ele compreendeu.* (VTD)

Voltando ao assunto da variação de regência, vejamos então os casos em que o complemento, em princípio exigido pela semântica do verbo, é efetivamente apagado da oração. Isso geralmente acontece quando a informação semântica que deveria ser expressa sintaticamente por meio do complemento pode ser extraída do significado global do lexema verbal, seja porque se deseja generalizá-la, seja porque seu conteúdo é

⁶⁸ Perini (2006: 171) chega a afirmar que frases anaforicamente reduzidas como *Elisa pegou o peixinho e colocou na geladeira*, muito comuns na língua portuguesa, são desprezadas para efeito da formulação das transitividades.

tão específico que descrevê-lo seria uma forma de redundância⁶⁹. Comparecem-se os exemplos abaixo, em que verbos normalmente transitivos foram empregados intransitivamente:

- (109) a. *A criança leu o livro.* (VTD)
 b. *Esta criança ainda não lê (textos em geral).* (VI)
- (110) a. *João bebeu todo o suco.* (VTD)
 b. *João bebe todo dia (especificamente bebida alcoólica)* (VI)
- (111) a. *Ela só janta macarronada.* (VTD)
 b. *Ele gosta de jantar (comida em geral).* (VI)
- (112) a. *Ele comprou um livro.* (VTD)
 b. *Ele compra muito⁷⁰ (compras em geral).* (VI)
- (113) a. *Ele joga futebol no flamengo.* (VTD)
 b. *Ele joga no flamengo (um esporte em particular).* (VI)
- (114) a. *Ele toca piano.* (VTD)
 b. *Ele toca na orquestra (um instrumento em particular).* (VI)

O contrário também ocorre, pois há verbos normalmente intransitivos que podem eventualmente ser empregados como transitivos:

- (115) a. *Clarice dorme.* (VI)
 b. *Clarice dorme o sono dos inocentes.* (VTD)

⁶⁹ Para Vilela (1992: 86), o grau de eliminabilidade do complemento direto ou qualquer complemento é proporcional ao número de traços semânticos que o verbo estabelece com o respectivo complemento. Quanto mais amplo for o domínio de seleção do complemento, menor será a aceitabilidade da facultatividade, e quanto mais específico e delimitado, maior a capacidade de apagamento. Assim, em verbos como *bordar* e *lavar*, em que o complemento direto é apertadamente delimitado, o seu grau de eliminabilidade é maior. O contrário ocorre com verbos como *fabricar* e *reparar*, que carregam um mínimo de traços semânticos dos seus complementos diretos e cuja eliminação é mais difícil. No exemplo a seguir, o complemento indireto, se elidido, é repostado pelo leitor ou é evidente: *Ele já deu as cartas (aos jogadores), agora é minha vez.*

⁷⁰ Nesse caso, o advérbio *muito* funciona como modalizador: tematiza-se apenas o processo, prescindindo do seu resultado. (Vilela, 1992: 47).

- (116) a. *Ele riu.* (VI)
 b. *Ele riu um riso cínico.* (VTD)

- (117) a. *Choveu.* (VI)
 b. *Choveu uma chuva fina*⁷¹. (VTD)

E existem ainda verbos cuja regência apresenta variações consideráveis, e que, por isso, devem receber uma classificação para cada estruturas sintática que compoñham⁷²:

- (118) a. *Ela reclamou do chefe com o namorado.* (VTRR)
 b. *Ela reclama com o namorado.* (VTR)
 c. *Ela reclama do chefe.* (VTR)
 d. *Ela reclama muito.* (VI)

- (119) a. *O Rui escreveu uma carta à Joana.* (VTDI)
 b. *O Rui escreveu uma carta.* (VTD)
 c. *O Rui escreveu à Joana.* (VTI)
 d. *O Rui escreveu.* (VI)

- (120) a. *Ele me convenceu do contrário.* (VTDR)
 b. *Ele me convenceu.* (VTD)
 c. *Sua resposta convence.* (VI)

- (121) a. *Ele planta flores no jardim.* (VTD)
 b. *Ele planta o jardim com flores.* (VTDR)

- (122) a. *Ele encontra alguém.* (VTD)
 b. *Ele se encontra com alguém.* (VTDR)

⁷¹ A esse tipo de actante Vilela (1992: 35, 82) chama de *complemento de conteúdo* ou *objeto interno*. Esclarece o autor que os objetos internos revelam uma atividade muito precisa, sendo nomeados apenas se houver algo de anormal.

⁷² A classificação apontada nos exemplos segue a grade sugerida na seção 3.9.

- (123) a. *Ele corre a cidade toda.* (VTD)
 b. *Ele corre na cidade toda.* (VI)
- (124) a. *A experiência amadureceu Alberto.* (VTD)
 b. *Alberto amadureceu com a experiência.* (VI)
- (125) a. *Ele roubou a galinha do lavrador.* (VTD)
 b. *Ele roubou o lavrador.*⁷³ (VTD)
- (126) a. *O filho parece-se com o pai.* (VTDR)
 b. *O filho e o pai se parecem.* (VTD)
 c. *Eles se parecem.* (VTD)
- (127) a. *Ele mandou uma carta para Lisboa.* (VTDC)
 b. *Ele mandou uma carta do Porto para Lisboa.* (VTDCC)
 c. *Ele mandou uma carta do Porto para Lisboa via Paris.* (VTDCC)
- (128) a. *O autor confunde o acusativo e o dativo.* (VTD)
 b. *O autor confunde os dois casos.* (VTD)
 c. *Os dois casos confundem-se.* (VTD)
 d. *O acusativo confunde-se com o dativo.* (VTDR)
 e. *O acusativo e o dativo confundem-se.* (VTD)
- (129) a. *Admiro-me da tua pergunta.* (VTDR)
 b. *Admiro-me de que faças tal pergunta.* (VTDR)
 c. *Admiro-me de teres feito esta pergunta.* (VTDR)
 d. *Admiro-me que faças tal pergunta.*⁷⁴ (VTDR)
 e. *Admira-me a tua pergunta.* (VTD)

⁷³ Note-se que, conquanto o arranjo dos argumentos, do ponto de vista *valencial* (papéis temáticos), seja diferente nos dois exemplos - no primeiro caso, o objeto é a *coisa roubada*, e, no segundo, a *pessoa lesada* -, a classificação *sintática* do verbo não sofreu alteração.

⁷⁴ Note-se que, para obter como resposta o complemento verbal *que faças tal pergunta*, faríamos a pergunta: *De que me admiro?* Isso prova que a elisão da preposição, que se restringe à completiva, não muda a classificação verbal, pois a preposição continua sempre apensa ao verbo, pronta para ser recuperada.

- (130) a. *Ele nada.* (VI)
 b. *Ele nada crawl.* (VTD)
- (131) a. *O João pediu um livro à Maria.* (VTDI)
 b. *O João pediu à Maria que lhe trouxesse um livro.* (VTDI)
- (132) a. *O Pedro partiu o vaso.* (VTD)
 b. *O vaso partiu-se.* (VTD)
 c. *O vaso partiu.* (VI)
- (133) a. *O calor secou a fonte.* (VTD)
 b. *A fonte secou.* (VI)
- (134) a. *Ele queimou a perna.* (VTD)
 b. *Ele queimou-se na perna.* (VTD)
 c. *A cozinheira queimou o bolo.* (VTD)
 d. *O bolo queimou.* (VI)

São tantos os casos de verbos que apresentam sistematicamente mais de uma construção sintática possível que Perini (2006: 166) chega a afirmar que eles são maioria no léxico da língua portuguesa.

Mas é importante frisar que, nas variações de estrutura sintática estudadas acima, os verbos não sofrem alteração na sua estrutura semântica, e, por isso, a situação é diferente da que ocorre nos exemplos abaixo, em que a variação de regência provoca mudanças no significado do lexema:

- (135) a. *Ele debateu (discutiu) os problemas.* (VTD)
 b. *Ele debate-se (agita-se muito) com os problemas.* (VTDR)
- (136) a. *Toda criança reclama (demanda) cuidados especiais.* (VTD)
 b. *Ela reclamou (queixou-se) da bagunça feita pela criança.* (VTR)

3.8 Classificação sintática regencial dos verbos nocionais de língua portuguesa

A partir de tudo o que foi visto até agora, concluímos que os verbos da língua portuguesa podem ser divididos, primeiramente, em três tipos: *nocionais, relacionais e mistos*⁷⁵. Os verbos nocionais, por sua vez, podem ser divididos em *intransitivos e transitivos*. Estes últimos, por definição, se fazem acompanhar de um ou mais *complementos verbais*, os quais podem ser de quatro tipos: *objeto direto (OD), objeto indireto (OI), complemento relativo (CR) e complemento circunstancial (CC)*⁷⁶. Assim, acreditamos que a classificação dos verbos deve obedecer à grade de complementos que o cerca, conforme exemplificado abaixo:

(137) *A Lúcia cortou o meu cabelo.*

(VT:D ó verbo transitivo com objeto direto)

(138) *Ana gosta de arroz.*

(VT:R ó verbo transitivo com complemento relativo)

(139) *Ela deu um carro para a mãe.*

(VT:DI ó verbo transitivo com objeto direto e indireto)

(140) *João foi ao baile.*

(VT:C ó verbo transitivo com complemento circunstancial)

(141) *Ela pôs o livro na estante.*

(VT:DC - verbo transitivo com objeto direto e complemento circunstancial)

A notação utilizada visa a deixar claro que a classificação do verbo se limita à dicotomia *transitivo/intransitivo*, sendo os verbos transitivos subclassificados conforme os complementos que venham a reger na sentença. Para facilitar, no entanto,

⁷⁵ Quais sejam, os que solicitam, para a integralização da estrutura oracional, um complemento verbal e um predicativo do objeto. Exemplifica-se: *O professor julgou o aluno inteligente*.

⁷⁶ Lembre-se que cada um desses complementos pode se apresentar na forma de sintagmas do tipo lexical, locucional, suboracional e oracional.

poderíamos suprimir os dois pontos e usar um rótulo mais enxuto: *verbo transitivo direto e circunstancial, verbo transitivo circunstancial e circunstancial*, etc.

Os exemplos acima são apenas amostras dos arranjos existentes nas estruturas oracionais da língua portuguesa. Como vimos anteriormente, um mesmo verbo pode apresentar várias regências, conforme a quantidade de estruturas em que seja capaz de figurar. Cada uma delas deve receber uma classificação sintática específica, e isso é possível na medida em que o fizemos a partir dos tipos de complemento que o cercam.

Vejamos então como ficaria a grade regencial dos verbos nocionais portugueses a partir de alguns exemplos correspondentes às estruturas frásicas nucleares identificadas por Busse e Vilela (1986: 50-54)⁷⁷.

1. VI: João gesticula muito.
2. VTD: A sua coragem me espanta.
3. VTI: O filho obedece ao pai.
4. VTR: A Maria pensa em ti.
5. VTC: A aldeia fica no monte. Esta casa data de 1985. O saco pesa 1 quilo.
6. VTDI: Ele deu-lhe o livro.
7. VTDR: Ele obrigou-o a esta decisão.
8. VTDC: Ele mandou a carta para Itu. Avaliou o valor da obra em mil reais.
9. VTRI: Falei com ela sobre o assunto.

Vejamos agora a grade obtida para os padrões verbais identificados por Luft (2006: 7-9)⁷⁸ a partir de alguns exemplos mencionados na parte introdutória do seu dicionário:

1. VI: A criança dorme.
2. VTD: A menina apanhou a boneca.
3. VTI: Os filhos obedecem ao pai.
4. VTR: Todo passarinho gosta do seu ninho.
5. VTRI: O professor falou aos alunos sobre educação.
6. VTCC: O zelador foi da portaria à garagem.

⁷⁷ Selecionamos somente exemplos de verbos nocionais. A lista das estruturas frásicas mencionadas encontra-se no capítulo 1.

⁷⁸ Também aqui selecionamos apenas exemplos de verbos nocionais.

7. VTDI: *João entregou os recibos ao gerente.*
8. VTDC: *A faxineira atirou os papéis na cesta de lixo.*
9. VTDC: *O bedel transportou as malas da portaria para o carro.*

Somando os resultados obtidos na avaliação das estruturas identificadas pelos autores nas duas obras, e acrescentando-se o tipo VTRR (Ex.: *Ela reclamou do chefe com o namorado*), obtemos, ao todo, 12 diferentes padrões verbais:

1. VI ó verbo intransitivo
2. VTD ó verbo transitivo direto
3. VTI ó verbo transitivo indireto
4. VTR ó verbo transitivo relativo
5. VTC ó verbo transitivo circunstancial
6. VTDI ó verbo transitivo direto e indireto
7. VTDR ó verbo transitivo direto e relativo
8. VTDC ó verbo transitivo direto e circunstancial
9. VTRI ó verbo transitivo indireto e relativo
10. VTCC ó verbo transitivo circunstancial e circunstancial
11. VTDC ó verbo transitivo direto circunstancial e circunstancial
12. VTRR ó verbo transitivo relativo e relativo

A classificação dos verbos nocionais proposta acima não é necessariamente exaustiva, podendo esta lista ser ampliada caso sejam identificadas outras estruturas frásicas nucleares em língua portuguesa.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi o de demonstrar que cada dicionário da língua portuguesa, ao adotar uma grade classificatória para os verbos nocionais, utiliza-se de critérios nem sempre muito bem definidos, o que comumente gera contradições e dificulta a compreensão das informações sintáticas fornecidas. Essa situação se agrava devido às diferenças nas terminologias adotadas por cada autor.

Buscando contribuir para os estudos relacionados nessa área, desenvolvemos então um raciocínio visando identificar os critérios que comumente são e os que consideramos deveriam ser utilizados para a diferenciação dos tipos de complementos verbais da língua, com vistas a propor uma grade de classificação regencial dos predicados. Chegamos então à conclusão de que os critérios da (im)possibilidade de construção na voz passiva e presença/ausência de preposição não são confiáveis. Aplicando-se, porém, os testes da função categorial do sintagma selecionado pelo verbo e da (im)possibilidade de substituição por pronome oblíquo correspondente, obtém-se quatro tipos de complementos para os verbos transitivos, abaixo nominados com rótulos sugeridos por Lima (2006):

- a) Objeto direto (OD) ó constituinte com função categorial substantiva, equivalente aos pronomes oblíquos átonos *o/a/os/as*;
- b) Objeto indireto (OI) ó constituinte com função categorial substantiva, equivalente aos pronomes oblíquos átonos *lhe/lhes*;
- c) Complemento Relativo (CR): *complemento relativo* ó constituinte com função categorial substantiva, não equivalente a pronomes oblíquos átonos;
- d) Complemento Circunstancial (CC) ó constituinte com função categorial adverbial.

A partir dessa constatação, montamos uma grade de classificação regencial para os verbos nocionais, que podem ser transitivos ou intransitivos. Os arranjos de complementos possíveis para cada verbo transitivo podem ser nominados da seguinte forma: após a notação VT, indica-se, com uma letra (para facilitar a visualização), os complementos que compõem o predicado, como no exemplo a seguir: *O bedel*

transportou as malas da portaria para o carro (VT:DCC ou VTDC, lê-se: *verbo transitivo com um complemento direto e dois complementos circunstanciais*, ou *verbo transitivo direto, circunstancial e circunstancial*).

Utilizando, entre outros, os modelos de estruturas frásicas nucleares encontrados por Busse e Vilela (1986), bem como os padrões verbais identificados por Luft (2006), obtivemos a seguinte grade classificatória para os verbos nocionais:

- 1) VI ó verbo intransitivo
- 2) VTD ó verbo transitivo direto
- 3) VTI ó verbo transitivo indireto
- 4) VTR ó verbo transitivo relativo
- 5) VTC ó verbo transitivo circunstancial
- 6) VTDI ó verbo transitivo direto e indireto
- 7) VTDR ó verbo transitivo direto e relativo
- 8) VTDC ó verbo transitivo direto e circunstancial
- 9) VTRI ó verbo transitivo indireto e relativo
- 10) VTCC ó verbo transitivo circunstancial e circunstancial
- 11) VTDC ó verbo transitivo direto circunstancial e circunstancial
- 12) VTRR ó verbo transitivo relativo e relativo

Obviamente esta lista não necessariamente é exaustiva, podendo ser modificada sempre que forem identificadas outras estruturas frásicas nucleares na língua portuguesa.

Na verdade, nossa proposta classifica os verbos nocionais em apenas dois tipos (intransitivo e transitivo), e não subclassifica diretamente os verbos transitivos, como fazem as gramáticas tradicionais, mas demonstra os arranjos possíveis a partir da indicação dos tipos de complementos selecionados, motivo pelo qual entendemos ser de fácil aplicação aos dicionários de regência verbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I ó Dicionários

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

AULETE, Caldas. *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

BORBA, Francisco da Silva *et alli*. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

BUSSE, Winfried (coordenador). *Dicionário sintático de verbos portugueses*. Coimbra: Almedina, 1994.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 43. ed. São Paulo: Globo, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio*. 6. ed. rev. atualiz. Curitiba: Positivo, 2004.

_____, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: W. M. JACKSON, INC., 1939.

RODRIGUES, Vera Cristina. *Dicionário Houaiss de verbos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LUFT, Celso Pedro. *Microdicionário Luft*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Melhoramentos dicionário da língua portuguesa. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

Oxford advanced learner's dictionary of current english. 7. ed. Oxford University Press, 2005.

SACCONI, Luiz Antonio. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996.

II ó Livros e artigos

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a.

_____. *Lições de português pela análise sintática*. 18. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006b.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006c.

BORBA, Francisco da Silva. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BUSSE, Winfried; VILELA, Mário. *Gramática de valências: apresentação e esboço de aplicação à língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1986.

CÂMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Sobre las categorías verbales (õPartes de la oracionõ)*. In: RLA ó *Revista de lingüística teórica y aplicada*. Vol. 10. Chile. Universidad de Concepción: 1972.

DUBOIS, Jean *et alli*. *Dicionário de lingüística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

FILLMORE, C. J. *The case for case*. In: BACH, E. / HARMS, R.T. (orgs.). *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, p. 1-88. (1968).

GIVÓN, Talmy. *Tale of two passives in Ute*. In: *Typological studies in language*. Vol. 16. SHIBATANI, Masayoshi. *Passive and voice*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Co., 1988.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. 2. ed. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. rev. atualiz. São Paulo. Globo, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mateus *et alii*. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

NASCENTES, Antenor. *Comentário à Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

NASCENTES, Antenor. *O problema da regência*. 2 ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos: 1960.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 18. ed. reform. e atual. São Paulo: Atual, 1994.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima de A. *Preposições do português: um estudo preliminar*. Brasília, 1992.

TESNIÈRE, L. (1988). *Éléments de syntaxe structurale*. 2 ed. Paris: Klincksieck, 1988.

VILELA, Mário. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1992.